

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 14 de Novembro de 2007

Número 219

ÍNDICE

2.º SUPLEMENTO

PARTE J

BBVA LEASIMO — Sociedade de Locação Financeira, S. A.

Relatório n.º 13-O/2007:

Relatório e contas de 2003 33 132-(6)

BPN — Banco Português de Negócios, S. A.

Relatório n.º 13-P/2007:

Relatório e contas de 2004 33 132-(21)

COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Relatório n.º 13-Q/2007:

Relatório e contas de 2003 33 132-(53)



PARTE J

BBVA LEASIMO — SOCIEDADE DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, S. A.

Relatório n.º 13-O/2007

Sede social: Avenida da Liberdade, 222, Lisboa.

Capital social: 7 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 502108312.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), sob o n.º 370.

Elisabete Gomes Coelho da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), certifica que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do ano de 2003.

Está conforme o original.

19 de Abril de 2005. — A Escriturária Superior, *Elisabete Gomes Coelho da Silva*.

Relatório e contas de 2003

Relatório do conselho de administração

O conselho de administração da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à assembleia geral, relativamente ao exercício de 2003, o seu relatório sobre as actividades e resultados da sociedade, bem como as contas, acompanhadas dos pareceres do conselho fiscal, da certificação legal e do relatório dos auditores externos.

1 — A conjuntura económica

Prosseguindo a tendência negativa verificada no ano anterior, a actividade económica global só começou a apresentar sinais visíveis, ainda que incipientes, de retoma, a partir do 2.º semestre de 2003.

Com um crescimento que não deverá exceder os 2,3%, a economia mundial permanece sujeita a um conjunto de riscos, incertezas e desequilíbrios estruturais que condicionarão a velocidade, a estabilidade e a amplitude da retoma.

O papel dinamizador da economia mundial continuou a pertencer aos EUA que continua a deter um peso determinante na evolução da economia global.

A sustentabilidade deste crescimento não está, no entanto, isenta de riscos. A existência de graves desequilíbrios estruturais ao nível das contas públicas e das contas externas poderão por em causa a consolidação da retoma.

Na economia da zona euro, apesar da procura interna permanecer deprimida, a incipiente recuperação económica iniciada no início do terceiro trimestre parece ganhar força, permitindo que, depois de um crescimento de 0,4% em 2003, a economia europeia, sustentada pela dinâmica do sector exportador, possa vir a apresentar um crescimento do PIB de 1,8% em 2004.

Os indicadores de actividade e os indicadores de confiança, nomeadamente a que se refere ao sector empresarial, apresentaram nos últimos meses do ano uma evolução positiva, reflectindo a dinâmica de aceleração da economia norte-americana e a consequente perspectiva de aumento das exportações.

É o elevado desemprego, consistentemente nos 8,8%, que condiciona a fraca confiança das famílias e deixa antever que não será o consumo o motor da retoma europeia.

A apatia da procura interna e a contracção ou estagnação nas principais economias europeias durante o 1.º semestre de 2003, conduziram a Alemanha e a França a adoptarem uma política anti-cíclica, incumprindo o Pacto de Estabilidade e Crescimento e a anunciarem para 2004 cortes nos impostos.

Uma das grandes incógnitas reside no comportamento do euro face ao dólar norte-americano em 2004 e em que medida essa evolução condicionará a retoma da economia europeia, retoma essa assente no sector exportador. Enquanto subsistirem dúvidas face à intensidade da

recuperação da economia europeia, e à estabilidade cambial, o BCE não deverá subir as suas taxas de juro. O movimento ascendente é apenas esperado a partir do final do 1.º semestre de 2004 e só se a valorização do dólar norte-americano face à moeda europeia não se revelar excessiva.

Condicionada por uma procura interna em franca contracção e por uma débil procura externa, a economia portuguesa sofreu a sua primeira recessão da última década. A necessidade de correcção dos desequilíbrios internos e externo, aliada à diluição do efeito estimulante da baixa das taxas de juro conduziu a uma queda do PIB que se estima poder atingir 1,3 %.

Esta queda assentou numa contracção do consumo, cujo grau de endividamento, perspectivas de aumento do desemprego e contenção salarial condicionaram a sua retoma, e numa derrapagem significativa do investimento, que caiu cerca de 10% em termos homólogos, limitado igualmente pelo endividamento excessivo dos últimos anos, pela fraca perspectiva de recuperação interna e pelo elevado grau de indefinição da retoma da economia externa. A necessidade de contenção orçamental potenciou esta retracção do produto por via do controlo da despesa pública.

Durante o 2.º semestre surgiram alguns sinais de recuperação económica, ainda que incipientes. Os indicadores de confiança dos diferentes agentes económicos, apesar de se manterem a níveis historicamente baixos, têm apresentado evoluções menos negativas. Os elevados níveis de desemprego, que atingiram os 6,4%, associados à quebra do rendimento disponível e à antevisão da permanência de políticas de contenção salarial aconselham uma perspectiva cautelosa face ao futuro próximo.

A retracção da procura interna, que traduziu a continuação do esforço de redução dos excessos despesistas acumulados pelos diferentes agentes económicos, conduziu à correcção de um dos principais desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, o défice externo. A redução do défice da balança corrente e de capital, em 2003, para cerca de 3% do PIB reflecte, não só a queda das importações por via da contracção do investimento, mas também o aumento da capacidade exportadora, apesar da valorização do euro e da frágil dinâmica da conjuntura europeia.

Positivo para a competitividade foi igualmente o comportamento dos preços que, apesar de sistematicamente acima da taxa de inflação média europeia, apresentaram uma trajectória descendente fixando-se em 3,3%.

A contenção visível do consumo público e o fraco esforço de investimento por parte do Estado, não foram suficientes para que o défice se mantivesse dentro dos limites definidos para o PEC. Para o cumprimento do défice abaixo dos 3% foi determinante a obtenção de receitas extraordinárias que colmatassem a insuficiência na obtenção de receitas.

Para 2004 perspectiva-se a hipótese da retoma da economia nacional, que deverá crescer a uma taxa que se estima ligeiramente superior a 1%. Os factores geradores da retoma deverão ser encontrados fundamentalmente nas exportações e, supletivamente, no crescimento do consumo e na evolução menos negativa do investimento.

2 — Evolução do sector

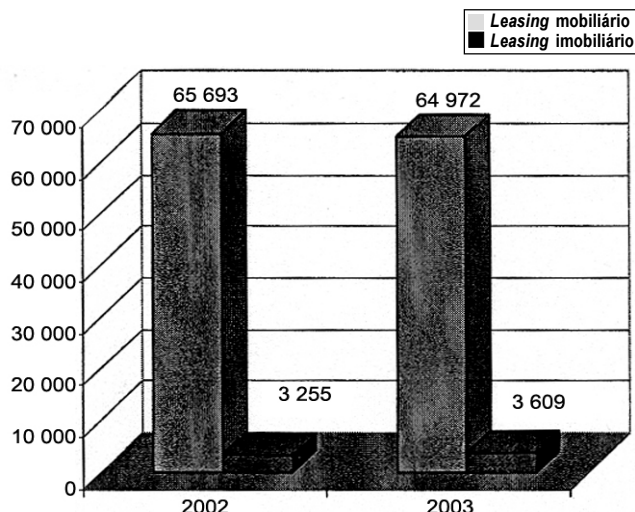
A acentuada contracção da actividade económica, aliada à manutenção de baixos índices de confiança e à persistência de factores de incerteza que conduziram à quebra do consumo e à retracção do investimento, condicionaram negativamente a globalidade do sector financeiro e, particularmente, o negócio de *leasing*.

Apesar desta envolvente macroeconómica adversa e mercê de um sentimento de antecipação de retoma, ainda que moderada, sentido a partir do 2.º semestre, a produção global do mercado apresentou uma evolução positiva de 2%, valor que compara com a queda de 14% verificada em 2002.

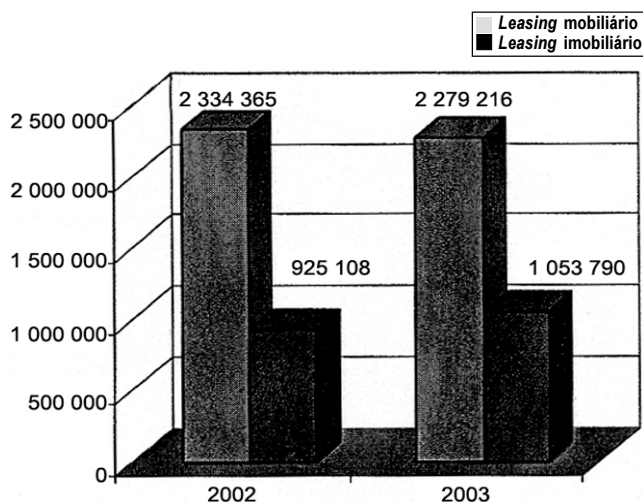
Em 2003, continua a prevalecer o dinamismo da actividade do *leasing* imobiliário, que cresceu 13,9% em termos de valor e 10,9% em número de contratos, face ao *leasing* mobiliário, que evoluiu negativamente, quer em termos de valor, — 2,4%, quer em termos de contratos, — 1,1%. A esta evolução não foi alheia a quebra significativa do mercado automóvel.

Assiste-se igualmente, em 2003, a uma progressiva importância do *leasing* imobiliário na produção total do sector.

Número de contratos



Valor dos contratos



3 — Actividade da BBVA Leasimo

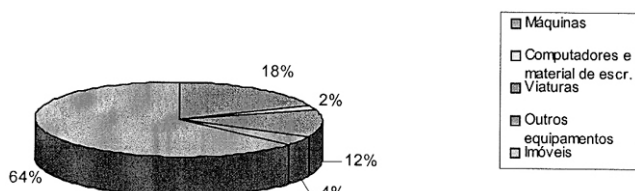
A BBVA Leasimo, responsável pelas operações de locação financeira originadas pela rede de balcões do BBVA Portugal, articula a sua actividade com as restantes empresas do grupo, apoiando-se na sua rede de distribuição e incluindo os seus serviços no conjunto de opções que o grupo disponibiliza junto dos seus clientes.

Condicionada por um enquadramento económico adverso a BBVA Leasimo, empreendeu uma política comercial mais agressiva, que lhe permitiu concretizar 551 novos contratos, 470 de *leasing* mobiliário, no valor de 21 507 000 euros e 81 contratos de *leasing* imobiliário, no valor de 14 497 000 euros, o que traduz um crescimento de 14,5% face ao ano anterior, em termos de valor, e 35,7% se considerarmos o número de novas operações.

De salientar o excelente comportamento da vertente imobiliária, mais atractivo num contexto de maior risco de crédito, cujo número de novos contratos cresceu 170% face a 2002.

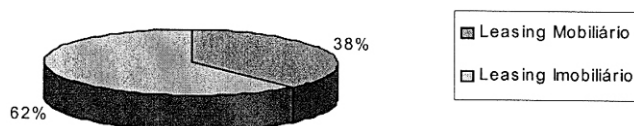
A composição do financiamento no final do exercício, em percentagem, era a seguinte:

Composição do financiamento



O total de financiamento concedido, no final de 2003, distribuiu-se da seguinte forma:

Total do financiamento



De salientar que, para o crescimento da Leasimo em termos de valor, foi determinante a evolução positiva de 12,5% no total do financiamento imobiliário.

4 — Principais indicadores económicos e financeiros

O activo registou um crescimento de 3,3%, evoluindo de 96,2 milhões de euros para 99,4 milhões de euros.

Não obstante a conjuntura adversa e a consequente quebra da procura de crédito, a postura dinâmica de negócio, permitiu, apesar da crescente concorrência, um aumento de 4,3% no crédito concedido, progressão essa superior aos 3,1% de 2002, passando de 92,4 milhões de euros para 96,4 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 726,1 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 84,4% face aos 393,8 milhares de euros obtidos em 2002, reflectindo uma gestão cautelosa e criteriosa que permitiu uma diminuição significativa de provisões.

5 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de 726 115,79 euros.

O conselho de administração, nos termos das disposições legais e estatutárias, propõe a seguinte distribuição do resultado do exercício (em euros):

Para reserva legal	72 611,58
Para distribuição de dividendos ao accionista único	653 504,21

O conselho de administração propõe igualmente uma distribuição adicional de dividendos ao accionista único, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., no montante de 7 388 079,61 euros, montante este contabilizado em reservas livres e resultados transitados, respectivamente por 1 048 363,09 euros e por 6 339 716,52 euros.

6 — Reconhecimento público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades monetárias e financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos órgãos sociais, quer o conselho de administração deixar expresso os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

12 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Anexo ao relatório do conselho de administração

Informação sobre os accionistas:

De acordo com os artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e, em especial, relativamente ao n.º 4 deste último artigo, informa-se que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., detém a totalidade das acções representativas dos 100% do capital social da sociedade, pelo que nenhum titular dos órgãos sociais detém qualquer acção da sociedade.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanço em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**ACTIVO**

(Em euros)

	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	43	—	43	123
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	571 525	—	571 525	1 538 884
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
4 — Créditos sobre clientes	98 002 359	1 594 622	96 407 737	92 408 871
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
a) De emissores públicos	—	—	—	—
b) De outros emissores	—	—	—	—
(Dos quais: títulos próprios)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	305 174	305 174	—	—
10 — Imobilizações corpóreas	73 689	70 381	3 308	5 332
(Dos quais: imóveis)	—	—	—	—
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	2 094 553	—	2 094 553	1 912 259
15 — Contas de regularização	281 123	—	281 123	289 874
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>101 328 466</i>	<i>1 970 177</i>	<i>99 358 289</i>	<i>96 155 343</i>

PASSIVO

	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito	69 085 077	55 283 944
a) A vista	—	—
b) A prazo	69 085 077	55 283 944
2 — Débitos para com clientes	—	—
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	—	—
ba) Débitos à vista	—	—
bb) Débitos a prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos	—	9 975 958
a) Obrigações em circulação	—	9 975 958
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	11 860 615	13 109 616
5 — Contas de regularização	694 727	863 999
6 — Provisão para riscos e encargos	876 446	806 518
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	876 446	806 518
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	7 500 000	7 500 000
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	2 275 591	1 881 825
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	6 339 717	6 339 717
14 — Lucro do exercício	726 116	393 766
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>99 358 289</i>	<i>96 155 343</i>

Rubricas extrapatrimoniais

(Em euros)

	2003	2002
1 — Passivos eventuais:		
Dos quais:		
1.1 — Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescotados	—	—
1.2 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos irrevogáveis:		
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	1 591 231	1 176 615
3 — Activos recebidos em garantia	—	—
4 — Rendas vincendas e valores residuais	106 385 618	84 211 850

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro 2003 e 2002

DÉBITO

	2003	2002
1 — Juros e custos equiparados	2 064 034	2 806 165
2 — Comissões	12 498	14 826
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	816 826	685 980
4.1 — Custos com o pessoal	346 808	227 218
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(169 218)	(169 207)
(— encargos sociais)	(43 145)	(39 723)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
4.2 — Outros gastos administrativos	470 018	458 762
5 — Amortizações do exercício	2 024	28 670
6 — Outros custos de exploração	31 814	55 165
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	1 042 400	3 227 521
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
9 — Resultado da actividade corrente	(1 325 958)	(571 912)
10 — Perdas extraordinárias	158 237	117 053
11 — Impostos sobre lucros	481 560	206 309
12 — Outros impostos	68 378	52 235
13 — Lucro do exercício	726 116	393 766
	5 403 887	7 587 690

CRÉDITO

	2003	2002
1 — Juros e proveitos equiparados	4 073 148	5 034 693
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
2 — Rendimentos de títulos	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	—	—
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	910 087	2 160 005

(Em euros)

	2003	2002
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	312 319	195 541
8 — Ganhos extraordinários	108 333	197 451
9 — Prejuízo do exercício	—	—
	5 403 887	7 587 690

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e das Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP, n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.

2 — Não existem situações relevantes que, consoante de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e a avaliação de mercado.

6 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém participações financeiras.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém quaisquer créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas com ligação de participação, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

BBVA (Portugal), S. A. — 553 626 euros.

10 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém carteira de títulos.

11 — Os movimentos das imobilizações, para o exercício de 2003, encontram-se detalhados nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém activos subordinados.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição das rubricas 3 e 4 do activo é apresentada na nota n.º 3 às demonstrações financeiras.

15 — Não foram efectuadas quaisquer reavaliações de imobilizações corpóreas ou financeiras no exercício ou exercícios anteriores, nem amortizações excepcionais.

16 — Os valores das rubricas registados como imobilizado incorpóreo estão incluídos na nota n.º 4 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, na sociedade, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos para com instituições de crédito, em função do prazo residual encontra-se apresentada na nota n.º 8 às demonstrações financeiras. À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem débitos para com clientes, na sociedade.

19 — A 31 de Dezembro de 2003, não existem, na sociedade, débitos representados por títulos.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, sobre empresas com as quais exista uma ligação de participação.

21 — Débitos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, perante empresas coligadas:

Recursos junto de BBVA (Portugal), S. A. — 67 924 842 euros.

22 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém passivos subordinados.

23 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade tem compromissos assumidos no valor de 1 591 231 euros, referentes a contratos de construção ainda não terminados.

24 — Os movimentos das contas de provisões da sociedade estão desenvolvidos nas notas n.ºs 3, 12 e 18 às demonstrações financeiras.

25 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer títulos de negociação, de investimento, ou imobilizações financeiras.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer títulos de negociação ou de investimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 7 e 11 às demonstrações financeiras.

28 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não detém quaisquer títulos de negociação ou de investimento, tal como referido no parágrafo 26.

29 — Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não adquiriu quaisquer participações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 6 e 10 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pela sociedade por conta de outrem.

33 — Em 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não tem operações a prazo efectuadas e não vencidas.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço na sociedade durante o exercício de 2003, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 21 às demonstrações financeiras.

35 — Durante o exercício de 2003, não foram atribuídas quaisquer remunerações aos órgãos de administração, de direcção ou fiscalização.

36 — Durante o exercício de 2003, a sociedade não prestou serviços de gestão e de representação a terceiros.

37 — À data de 31 de Dezembro de 2003, a sociedade não tem elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira.

38 — De acordo com a natureza da actividade da sociedade, esta é enquadrável num único segmento de negócio, sendo totalmente desenvolvida no mercado nacional.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada nas notas n.ºs 19 e 23 às demonstrações financeiras.

40 — À data de 31 de Dezembro de 2003, não existem encargos imputados e encargos pagos relativamente a passivos subordinados.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está apresentada na nota n.º 24 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., são objecto de consolidação pelo método integral no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., com sede em Lisboa, Avenida da Liberdade, 222, podendo as contas desta instituição ser obtidas por solicitação escrita dirigida à BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., ou directamente para a morada acima indicada.

44 — A sociedade não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros da União Europeia.

45 — À data de 31 de Dezembro de 2003, as operações de locação financeira na óptica do locador podem ser analisadas na nota n.º 3 às demonstrações financeiras. A sociedade não detém operações de locação financeira na óptica de locatário.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício.

49 — A sociedade não tem compromissos assumidos em matéria de pensões.

50 — A sociedade não detém participações financeiras.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas neste relatório, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da sociedade.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Balanço em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Activo:			
Caixa e disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2	571 568	1 539 007
Créditos sobre clientes	3	96 407 737	92 408 871
Imobilizações incorpóreas	4	—	—
Imobilizações corpóreas	5	3 308	5 332
Outros activos	6	2 094 553	1 912 259
Contas de regularização	7	281 123	289 874
<i>Total do activo</i>		<u>99 358 289</u>	<u>96 155 343</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito	8	69 085 077	55 283 944
Débitos representados por títulos	9	—	9 975 958
Outros passivos	10	11860 615	13 109 616
Contas de regularização	11	694 727	863 999
Provisão para riscos e encargos	12	876 446	806 518
<i>Total do passivo</i>		<u>82 516 865</u>	<u>80 040 035</u>
		<u>16 115 308</u>	<u>96 155 343</u>
Situação líquida:			
Capital	13	7 500 000	7 500 000
Reservas e resultados transitados	14 e 15	8 615 308	8 221 542
Resultado líquido do exercício		726 116	393 766
<i>Total da situação líquida</i>		<u>16 841 424</u>	<u>16 115 308</u>
		<u>99 358 289</u>	<u>96 155 343</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 25).

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Juros e proveitos equiparados	16	4 073 148	5 034 693
Juros e custos equiparados	17	2 064 034	2 806 165
Margem financeira		2 009 114	2 228 528
Provisões para riscos de crédito	18	132 313	1 067 516
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		1 876 801	1 161 012
Outros proveitos	19	420 652	392 992
Outros custos:			
Comissões	20	12 498	14 826
Custos com o pessoal	21	346 808	227 218
Outros gastos administrativos	22	470 018	458 762
Amortizações do exercício	4 e 5	2 024	28 670
Impostos		68 378	52 235
Outros custos	23	190 051	172 218
		1 089 777	953 929
Resultado antes de impostos		1 207 676	600 075
Impostos sobre os lucros	24	481 560	206 309
Resultado líquido do exercício		726 116	393 766

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)***Demonstração dos resultados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

	2003	2002
Margem financeira	2 009 114	2 228 528
Provisões para riscos de crédito	132 313	1 067 516
Margem financeira líquida	1 876 801	1 161 012
Comissões líquidas	(12 498)	(14 826)
Outros resultados de exploração líquidos	212 127	88 141
Margem de serviços	2 076 430	1 234 327
Resultado operacional antes dos custos de transformação	2 076 430	1 234 327
Custos com pessoal	346 808	227 218
Outros custos administrativos	470 018	458 762
Amortizações	2 024	28 670
Custos de transformação	818 850	714 650
Resultado operacional	1 257 580	519 677
Outros resultados extraordinários	(49 904)	80 398
Resultados antes de impostos	1 207 676	600 075
Impostos sobre os lucros	481 560	206 309
Resultado líquido	726 116	393 766
Resultado por acção	0,484	0,263

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)***Demonstração dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

	2003	2002
Juros e comissões recebidas	4 088 176	5 088 190
Juros e comissões pagas	(2 148 491)	(2 845 779)
Pagamentos a fornecedores	(470 398)	(461 326)
Pagamentos a colaboradores	(349 109)	(227 041)
Outros pagamentos e recebimentos	153 778	(105 255)
Fluxo de caixa de actividades operacionais	1 273 956	1 448 789

(Em euros)

	2003	2002
Aumento/diminuição em activos operacionais:		
Créditos sobre clientes	(4 061 251)	(3 919 808)
Aumento/diminuição em passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	13 801 133	3 720 168
	9 739 882	(199 640)
Impostos sobre os rendimentos pagos	(490 401)	(628 721)
	9 249 481	(828 361)
Receitas da alienação de imobilizado	399	379 611
Aquisição de imobilizado	(1 496)	—
Aumento/diminuição em outros activos	(179 350)	(1 687 800)
<i>Fluxo de caixa de actividades de investimento</i>	<i>(180 447)</i>	<i>(1 308 189)</i>
Aumento/diminuição em:		
Reembolso de obrigações de caixa	(9 975 958)	(4 987 979)
Outros passivos	(1 334 471)	6 088 160
<i>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</i>	<i>(11 310 429)</i>	<i>1 100 181</i>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(967 439)	412 420
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 539 007	1 126 587
Caixa e seus equivalentes no fim do período	571 568	1 539 007

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

	Total da situação líquida	Capital	Outras reservas	Reservas legais e estatutárias	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	15 721 542	7 500 000	—	1 036 926	7 184 616
Constituição de reservas:					
Reserva legal	—	—	—	84 490	(84 490)
Reservas livres	—	—	760 409	—	(760 409)
Resultado líquido do exercício	393 766	—	—	—	393 766
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	16 115 308	7 500 000	760 409	1 121 416	6 733 483
Constituição de reservas:					
Reserva legal	—	—	—	39 377	(39 377)
Reservas livres	—	—	354 389	—	(354 389)
Resultado líquido do exercício	726 116	—	—	—	726 116
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	16 841 424	7 500 000	1 114 798	1 160 793	7 065 833

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

(Valores expressos em euros)

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação.* — A Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., é uma sociedade privada, com sede social em Portugal, constituída em 22 de Dezembro de 1988.

A sociedade tem como objecto social a realização de operações de locação financeira imobiliária e mobiliária.

As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário estabele-

cido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva — n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras.

1.2 — *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.3 — *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela sociedade, tomando em consideração a existência de garantias reais e o período de incumprimento.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.ºs 3/95, de 30 de Junho, 2/99, de 15 de Janeiro, 7/2000, de 27 de Outubro e 8/2003, de 30 de Janeiro.

1.4 — *Provisão para outras aplicações.* — A provisão para outras aplicações corresponde às diferenças positivas entre o valor do capital vencendo dos bens recuperados e o respectivo valor de mercado, de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

1.5 — *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos avisos n.ºs 3/95, de 30 de Junho, 2/99, de 15 de Janeiro, e 8/2003, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

1.6 — *Imobilizações incorpóreas.* — O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, pelo período de três anos. Estas imobilizações incluem despesas de estabelecimento e *software*.

1.7 — *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas encontram-se contabilizadas ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Viaturas	4
Equipamentos	4
Outras imobilizações	5 a 8

1.8 — *Contratos de locação financeira:*

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como crédito concedido pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.9 — *Fiscalidade.* — A BBVA Leasimo está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

2 — Caixa e disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Caixa	43	123
BBVA (Portugal), S. A.	553 626	1 529 930
Outras disponibilidades	17 899	8 954
	<u>571 568</u>	<u>1 539 007</u>

3 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Crédito interno:		
Capital em locação imobiliária	58 194 075	40 591 873
Capital em locação mobiliária	34 541 995	32 902 189

	2003	2002
Adiantamentos por contratos a realizar:		
Locação imobiliária	3 047 724	17 452 332
Locação mobiliária	155 186	533 032
	<u>95 938 980</u>	<u>91 479 426</u>
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	238 552	222 721
Mais de 90 dias	1 824 827	2 242 571
	<u>2 063 379</u>	<u>2 465 292</u>
	<u>98 002 359</u>	<u>93 944 718</u>
Provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa	(1 594 622)	(1 535 847)
	<u>96 407 737</u>	<u>92 408 871</u>

A rubrica de capital em locação corresponde ao valor das rendas vincendas, líquidas de juros a receber, e acrescidas do valor residual, sendo analisada como segue:

	2003	2002
Rendas vincendas	94 166 127	74 564 254
Juros referentes às rendas de locação financeira a receber	(13 649 548)	(10 717 789)
Valor residual	12 219 491	9 647 597
	<u>92 736 070</u>	<u>73 494 062</u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	2003	2002
Agricultura e silvicultura	38 870	97 439
Alimentação, bebidas e tabaco	1 514 424	1 124 899
Têxteis e vestuário	729 775	1 058 059
Madeira e cortiça	1 633 056	2 305 950
Químicas	1 486 105	2 354 708
Máquinas e equipamento	1 836 077	3 888 008
Construção	5 469 782	3 757 265
Comércio	28 476 320	29 090 750
Transportes e comunicações	4 105 110	4 540 986
Serviços	30 021 938	27 700 872
Outras actividades nacionais	22 690 902	18 025 782
	<u>98 002 359</u>	<u>93 944 718</u>
Provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa	(1 594 622)	(1 535 847)
	<u>96 407 737</u>	<u>92 408 871</u>

A análise do crédito sobre clientes, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2003	2002
Até três meses	986 102	218 426
De três meses a um ano	7 265 464	5 604 496
De um ano até cinco anos	36 427 821	42 574 489
Mais de cinco anos	51 259 593	43 082 015
Duração indeterminada	2 063 379	2 465 292
	<u>98 002 359</u>	<u>93 944 718</u>
Provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa	(1 594 622)	(1 535 847)
	<u>96 407 737</u>	<u>92 408 871</u>

A rubrica de crédito e juros vencidos inclui os valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como o capital vincendo relativo a contratos rescindidos cujo bem não foi recuperado.

O quadro seguinte apresenta a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2003:

	Classes de incumprimento					Total
	Classe I	Classe II	Classe III e IV	Classe V a IX	Classe X a XII	
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de três anos	
Crédito vencido	238 552	182 387	115 712	1 325 460	201 268	2 063 379
Provisão específica	2 571	28 689	52 302	1 148 914	201 268	1 433 744
Provisão específica para crédito de cobrança duvidosa						160 878
Total da provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa						1 594 622

A provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa destina-se a fazer face a riscos específicos de cobrança duvidosa, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.3.

Os movimentos da provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa são analisados como segue:

	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	1 535 847	387 128
Transferências	3 955	—
Provisão do exercício	933 845	3 203 162
Reposições	(875 415)	(2 044 084)
Utilização de provisões	(3 610)	(10 359)
Saldo em 31 de Dezembro	1 594 622	1 535 847

Durante o exercício de 2003, a sociedade procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de provisões no montante de 3610 euros (2002: 10 359 euros).

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1.2, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

4 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Custo:		
Despesas de estabelecimento	10 564	10 564
Software	199 038	199 038
Outro imobilizado incorpóreo	95 572	95 572
	305 174	305 174

	2003	2002
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	—	(19 114)
Relativas a exercícios anteriores	(305 174)	(286 060)
	(305 174)	(286 060)

A 31 de Dezembro de 2003, o imobilizado incorpóreo da sociedade encontra-se totalmente amortizado.

5 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Custo:		
Mobiliário e equipamento	14 775	14 775
Máquinas e ferramentas	1 646	1 646
Equipamento informático	14 952	14 952
Outras imobilizações corpóreas	2 537	2 537
Equipamento de transporte	39 779	39 779
	73 689	73 689
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 024)	(9 556)
Relativas a exercícios anteriores	(68 357)	(58 801)
	(70 381)	(68 357)
	3 308	5 332

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas, durante o ano de 2003, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Mobiliário e equipamento	14 775	—	—	—	14 775
Máquinas e ferramentas	1 646	—	—	—	1 646
Equipamento informático	14 952	—	—	—	14 952
Outras imobilizações corpóreas	2 537	—	—	—	2 537
Equipamento de transporte	39 779	1 496	(1 496)	—	39 779
	73 689	1 496	(1 496)	—	73 689
Amortizações acumuladas:					
Mobiliário e equipamento	10 205	1 770	—	—	11 975
Máquinas e ferramentas	1 646	—	—	—	1 646
Equipamento informático	14 952	—	—	—	14 952
Outras imobilizações corpóreas	1 775	254	—	—	2 029
Equipamento de transporte	39 779	—	—	—	39 779
	68 357	2 024	—	—	70 381

6 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Aplicações por recuperação de crédito	1 861 422	1 717 014
Imposto sobre o rendimento a recuperar	199 087	190 246
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	31 398	—
Outros devedores	2 646	4 999
	2 094 553	1 912 259

A rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a imposto a recuperar em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, relativo ao exercício de 2002.

A rubrica de aplicações por recuperação de crédito representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra ou por resolução de contratos. O montante desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos de locação financeira, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação. De acordo com o tipo de bem, esta rubrica pode ser analisada como segue:

	2003	2002
Aplicações por recuperações de crédito:		
Imóveis	1 558 876	1 414 468
Equipamentos	302 546	302 546
	1 861 422	1 717 014

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002 (euros)
Obrigações de caixa:					
1.ª série	Abril de 1998	Abril de 2003	Euribor 6M + 0,375	200 000	9 975 958

10 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Fornecedores de bens para locação financeira	11 364 985	12 421 768
Imposto sobre o rendimento a pagar	328 896	—
Retenção de impostos na fonte	129 334	651 127
Outros credores	37 400	36 721
	11 860 615	13 109 616

A rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, no montante de 328 896 euros, refere-se a imposto a pagar em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, conforme mencionado na nota n.º 24.

A rubrica de retenção de imposto na fonte inclui o montante de 123 085 euros (2002: 644 511 euros) referente a imposto sobre o valor acrescentado a pagar, decorrente da actividade da sociedade.

11 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Juros a pagar	17 600	89 559
Férias e subsídio de férias a pagar	10 891	13 192

7 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Juros a receber de locação financeira	231 953	246 981
Despesas com custos diferidos	31 335	30 955
Outras contas de regularização	17 835	11 938
	281 123	289 874

8 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
BBVA (Portugal), S. A.	67 924 842	53 579 246
Outras instituições de crédito	1 160 235	1 704 698
	69 085 077	55 283 944

A rubrica de débitos para com instituições de crédito, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2003	2002
Até três meses	1 037 410	—
De três meses até um ano	68 047 668	51 687 499
De um ano até cinco anos	—	3 596 445
	69 085 077	55 283 944

9 — Débitos representados por títulos:

A 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica incluía as obrigações de caixa Leasimo, 1.ª série, no montante de 9 975 958 euros, que foram objecto de reembolso durante o ano de 2003:

	2003	2002
Outros custos a pagar	40 660	50 202
Outras contas de regularização	625 576	711 046
	694 727	863 999

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de juros a pagar inclui o montante de 8139 euros relativos a juros a pagar ao BBVA (Portugal), S. A.

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui o montante de 64 168 euros referente aos juros a pagar relativo às obrigações de caixa Leasimo, reembolsadas no exercício de 2003, conforme mencionado na nota n.º 9.

A rubrica de outras contas de regularização inclui o montante de 582 517 euros (2002: 667 988 euros) relativo a mais valias obtidas na realocação de imóveis recuperados. Estas mais-valias são imputadas a proveitos numa base sistemática durante o período de vida dos novos contratos de locação, conforme mencionado na nota n.º 19.

12 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro	806 518	898 080
Transferências	(3 955)	—
Provisão do exercício	108 555	24 359
Reposições	(34 672)	(115 921)
Saldo em 31 de Dezembro	876 446	806 518

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída no âmbito dos avisos n.ºs 3/95 de 30 de Junho e 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.5.

13 — Capital:

O capital de 7 500 000 euros representado por 1 500 000 acções de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O capital social da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., é integralmente detido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.

14 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, a sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, apresentados nas contas estatutárias devidamente aprovadas, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função dos resultados líquidos da sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, deverá ser afecto à reserva legal o montante de 72 612 euros.

15 — Reservas e resultados transitados:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Reserva legal	1 160 793	1 121 416
Outras reservas e resultados transitados	7 454 515	7 100 126
	<u>8 615 308</u>	<u>8 221 542</u>

	2003		
	Provisões do exercício	Reposições	Movimento líquido
Provisão específica para riscos de crédito	933 845	875 415	58 430
Provisão para riscos gerais de crédito	108 555	34 672	73 883
	<u>1 042 400</u>	<u>910 087</u>	<u>132 313</u>
	2002		
	Provisões do exercício	Reposições	Movimento líquido
Provisão específica para riscos de crédito	3 203 162	2 044 084	1 159 078
Provisão para riscos gerais de crédito	24 359	115 921	(91 562)
	<u>3 227 521</u>	<u>2 160 005</u>	<u>1 067 516</u>

19 — Outros proveitos:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Outros proveitos de exploração:		
Despesas cobradas nos financiamentos	175 103	95 273
Recuperação de crédito e juros vencidos	40 926	15 656
Outros proveitos de exploração	96 290	84 612
	<u>312 319</u>	<u>195 541</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos na alienação de imobilizado	85 470	174 816
Proveitos de exercícios anteriores	22 863	22 635
	<u>108 333</u>	<u>197 451</u>
	<u>420 652</u>	<u>392 992</u>

16 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Juros de locação financeira	4 024 119	4 953 432
Juros de depósitos	49 029	81 261
	<u>4 073 148</u>	<u>5 034 693</u>

A rubrica de juros de depósitos refere-se a juros recebidos de depósitos no BBVA (Portugal), S. A.

17 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Juros de recursos de instituições de crédito	1 580 626	1 875 527
Juros de obrigações de caixa	113 529	570 277
Outros juros	369 879	360 361
	<u>2 064 034</u>	<u>2 806 165</u>

A rubrica de juros de recursos de instituições de crédito inclui o montante de 1 494 935 euros (2002: 1 729 012 euros) cobrado pelo BBVA (Portugal), S. A.

A rubrica de juros de obrigações de caixa inclui o montante de 52 223 euros (2002: 262 329 euros) pago ao BBVA (Portugal), S. A.

18 — Provisão para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito, líquidas de reforços e anulações, são analisadas como segue:

A rubrica de outros proveitos de exploração inclui o montante de 45 977 euros (2002: 14 728 euros) referente a mais-valias de bens de contratos de locação financeira rescindidos.

A rubrica de ganhos na alienação de imobilizado refere-se a mais-valias obtidas na realocação financeira de imóveis recuperados, conforme referido na nota n.º 11.

A rubrica de recuperação de crédito e juros vencidos representa os montantes relativos à recuperação de crédito e proveitos de locação financeira, anteriormente anulados por utilização de provisões, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

20 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Custos de comissões:		
Por serviços bancários	1 416	4 247
Outros custos de comissões	11 082	10 579
	<u>12 498</u>	<u>14 826</u>

A rubrica de custos de comissões por serviços bancários no montante de 1259 euros (2002: 3936 euros) relativo a comissões pagas ao BBVA (Portugal), S. A.

21 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Remunerações	169 218	169 207
Encargos sociais obrigatórios	43 145	39 723
Outros custos com pessoal	134 445	18 288
	<u>346 808</u>	<u>227 218</u>

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2003	2002
Directores	1	2
Técnicos	1	1
Administrativos	2	2
	<u>4</u>	<u>5</u>

22 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Serviços especializados	354 022	331 998
Conservação e reparação	37 219	38 347
Judicial, contencioso e notariado	37 434	35 876
Avenças e honorários	19 122	16 724
Outros fornecimentos e serviços	22 221	35 817
	<u>470 018</u>	<u>458 762</u>

A rubrica de serviços especializados inclui o montante de 299 279 euros (2002: 299 279 euros) relativo à comissão de gestão paga ao BBVA (Portugal), S. A.

23 — Outros custos:

O valor desta rubrica é composto por:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Menos-valias em bens de locação financeira	25 719	49 568
Quotas e donativos	5 000	5 138
Outros custos	1 095	459
	<u>31 814</u>	<u>55 165</u>

Custos extraordinários:

Relativos a exercícios anteriores ...	152 268	112 045
Outros custos	5 969	5 008
	<u>158 237</u>	<u>117 053</u>
	<u>190 051</u>	<u>172 218</u>

A rubrica de menos-valias em bens de locação financeira refere-se a perdas verificadas na venda ou relocação de bens resultantes de rescisões de contratos de locação financeira.

A rubrica de custos relativos a exercícios anteriores inclui o montante de 116 192 euros (2002: 74 444 euros) relativo a juros e outros valores anulados.

24 — Impostos sobre os lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

Carga fiscal imputada (dotações):

Exercício de 2001	528 868
Exercício de 2002	206 309
Exercício de 2003	481 560

Carga fiscal paga:

Exercício de 2001	296 702
Exercício de 2002	396 555
Exercício de 2003	152 664

Diferença:

Exercício de 2003	328 896
-------------------------	---------

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se registada em outros passivos na rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, conforme mencionado na nota n.º 10.

A provisão para impostos sobre lucros foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

25 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Garantias recebidas	910 547	1 347 708
Compromissos perante terceiros	1 591 231	1 176 615
Compromissos assumidos por terceiros	2 272 803	812 501
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	56 595	52 985
Juros e despesas de crédito vencido anulados	205 453	111 038
Rendas vincendas:		
De contratos sem rendas em atraso	85 178 819	62 967 960
De contratos com rendas em atraso	8 987 308	11 596 293
Valores residuais:		
De contratos sem rendas em atraso	11 643 939	8 182 206
De contratos com rendas em atraso	575 552	1 465 391
Obrigações de caixa emitidas	—	14 963 937

26 — Saldos e transacções com empresas do Grupo:

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da BBVA Leasimio — Sociedade de Locação Financeira, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 99 358 289 euros e um total de capital próprio de 16 841 424 euros, incluindo um resultado líquido de 726 116 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

12 de Janeiro de 2004. — Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes*, revisora oficial de contas.

Relatório sobre a fiscalização efectuada

1 — O presente relatório é emitido nos termos do artigo 451.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 52.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., incluindo o exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data, a respectiva certificação Legal das contas, sem reserva.

O trabalho de suporte ao nosso exame foi quase totalmente realizado pela empresa de auditoria KPMG Auditores, S. A..

3 — De entre outros foram realizados os seguintes procedimentos:

1.º Acompanhamento da gestão da sociedade, através da leitura das actas do conselho de administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

2.º Apreciação das políticas contabilísticas da sociedade quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos;

3.º Verificação da conformidade das contas que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração dos resultados do ano então findo, bem como as respectivas notas anexas e a demonstração dos fluxos de caixa com as normas aplicáveis em Portugal;

4.º Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;

5.º Apreciação do sistema de controlo interno existente na sociedade, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados;

6.º Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela sociedade;

Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de bancos e clientes dos saldos respectivos;

Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como as respectivas amortizações;

Análise da situação fiscal da sociedade e revisão do cálculo do montante estimado com impostos sobre lucros;

Análise dos passivos, provisões e contas de regularização do branco;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balançamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que a sociedade se insere;

Apreciação da informação divulgada nas notas anexas às contas;

Solicitação aos advogados da sociedade de informações sobre eventuais litígios quanto a cobranças em curso, acções judiciais pendentes e reclamações fiscais.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do relatório de gestão do conselho de administração com as contas examinadas e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.

6 — Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a menção neste relatório.

7 — Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso das nossas funções.

12 de Janeiro de 2004. — Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes*, revisora oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 421.º do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções de fiscal único da sociedade BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, procedemos à fiscalização dos actos da administração da sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da lei e dos estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do relatório de gestão e à verificação da correcção das contas da sociedade em 31 de Dezembro de 2003, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados, as respectivas notas explicativas bem como a demonstração dos fluxos de caixa. Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1 — O relatório de gestão e as contas da sociedade BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., relativos a 2003, e os livros de contabilidade satisfazem as disposições legais e estatutárias;

2 — Os actos da administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da Lei e dos estatutos;

3 — As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados encontram-se devidamente evidenciados nas notas às demonstrações financeiras.

Ainda apreciamos o relatório sobre a fiscalização efectuada, elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas, e tomámos conhecimento da sua certificação legal das contas de 2003, à qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

a) O relatório de gestão e as contas do exercício de 2003 apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão;

c) A gestão da sociedade em 2003 pelo conselho de administração.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do conselho de administração da sociedade.

12 de Janeiro de 2004. — O Fiscal Único, Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Silvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes*, revisora oficial de contas.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2003 e 2002. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos referidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e as Normas do Banco de Portugal.

12 de Janeiro de 2004. — Os Auditores, *KPMG*.

Acta n.º 21 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Janeiro de 2004, pelas 10 horas, reuniu na sua sede social, sita na Avenida da Liberdade, 222, em Lisboa, a assembleia geral da sociedade BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., com o capital social integralmente subscrito e realizado de 7 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 370, pessoa colectiva n.º 502108312.

Encontrava-se presente ou devidamente representado o accionista único titular de acções representativas da totalidade do capital social, conforme lista de presenças mandada organizar pelo presidente da mesa e cartas mandado que ficam arquivadas na sociedade.

Encontravam-se igualmente presentes os membros do conselho de administração da sociedade, bem como o fiscal único, nos termos dos artigos 379.º, n.º 4, e 422.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais.

A assembleia geral reuniu de acordo com os requisitos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, dispensando assim a observância das formalidades prévias, nomeadamente a de convocatória, uma vez que o accionista único manifestou a vontade de que a assembleia se constituísse e deliberasse sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Distribuição de dividendos ao accionista único;
- 4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 5.º Proceder à nomeação dos órgãos sociais da assembleia geral, do conselho de administração e do fiscal único para o triénio 2004-2006.

A assembleia foi presidida pela presidente da mesa da assembleia geral, Maria do Carmo Barbosa, a qual foi secretariada pela secretária da mesa, Margarida Isabel Mateus da Cruz.

A presidente da mesa da assembleia geral verificou a qualidade do representante do accionista único e a regularidade do mandato conferido e a titularidade das respectivas acções, após o que declarou aberta a sessão.

Deu-se início à sessão com a entrada no ponto 1.º da ordem de trabalhos, tendo sido pelos presentes dispensada a leitura dos documentos submetidos a esta assembleia, por os mesmos terem sido disponibilizados para apreciação dos accionistas no prazo legal, nos termos do artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais. Foram então submetidas à apreciação da assembleia o balanço, a demonstração dos resultados e respectivos anexos e o relatório de gestão, conforme apresentados a esta sociedade pelo conselho de administração, bem como o relatório e o parecer do fiscal único, todos reportados ao período que decorreu entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2003, os quais reflectem um resultado positivo de 726 115,79 euros.

Não tendo sido requerida a sua votação nominal, foram os referidos documentos postos conjuntamente à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

Entrando-se no ponto 2.º da ordem de trabalhos e, após análise da proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo conselho de administração, foi deliberado por unanimidade que o referido resultado positivo tenha a seguinte aplicação:

10% por cento para reserva legal, no montante de 72 611,58 euros; 653 504,21 euros para distribuição de dividendos ao accionista.

Entrando-se no ponto 3.º, foi aprovada por unanimidade a proposta do conselho de administração da sociedade de proceder à distribuição a título de dividendos, ao accionista único, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., o montante de 7 388 079,61 euros, montante este contabilizado em reservas livres.

No âmbito do ponto 4.º da ordem de trabalhos e, para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 dos artigos 376.º e do 455.º do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado por unanimidade conferir um voto de louvor e confiança aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e aos respectivos membros pela forma como desempenharam as suas funções no ano de 2003.

No âmbito do ponto 5.º da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade nomear para o triénio 2004-2006 os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Maria do Carmo Barbosa, solteira, maior, com residência profissional na Avenida da Liberdade, 222, em Lisboa.

Secretária: Margarida Isabel Mateus da Cruz, solteira, maior, com residência profissional na Avenida da Liberdade, 222 em Lisboa.

Conselho de administração:

Presidente: José Eduardo Vera Cruz Jardim, com funções de gestão corrente, casado, com residência profissional na Avenida Duque d'Ávila, 66, 5.º, em Lisboa.

Vogais:

Guilherme Vitorino Guimarães da Palma Carlos, com funções de gestão corrente, casado, com residência profissional na Avenida Duque de Palmela, 2, 6.º, em Lisboa.

José Joaquim Ponte da Silva, casado, com residência profissional na Avenida da Liberdade, 222, em Lisboa.

Fiscal único:

Efectivo: Ferreira, Pereira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Silvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes*, casada, residente no Edifício Monumental, Avenida da Praia da Vitória, 71-A, 11.º, em Lisboa, revisora oficial de contas.

Suplente: Fernando Manuel Carvalhos Pereira, casado, residente no Edifício Monumental, Avenida da Praia da Vitória, 71-A, 11.º, em Lisboa, revisor oficial de contas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas 12 horas, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente e pelo secretário da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: (Sem assinaturas.) 2004802588

BPN — BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S. A.**Relatório n.º 13-P/2007**

Sede social: Rua de Álvares Cabral, 108, 4.º, 4050-040 Porto.
 Capital social: 300 000 000 de euros.
 Pessoa colectiva n.º 503159093.
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto
 (1.ª Secção), sob o n.º 2243.

A ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto
 (1.ª Secção), certifica que foram depositados na pasta respectiva, os
 documentos de prestação de contas do ano de 2004, da sociedade em
 epígrafe.

Está conforme o original.

6 de Setembro de 2005. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e contas de 2004**Relatório do conselho de administração****Enquadramento macroeconómico****A economia internacional**

O crescimento económico mundial em 2004 foi de 5,1%, acelerando de 4% em 2003, em resultado de uma aceleração da actividade distribuída por quase todo o globo.

Crescimento económico

	2003	2004	Previsões	
			2005	2006
Economia mundial	4,0	5,1	4,3	4,4
EUA	3,0	4,4	3,6	3,6
Zona euro	0,5	2,0	1,6	2,3
Japão	1,4	2,6	0,8	1,9
Outras economias desenvolvidas	2,5	4,4	3,4	3,9
Economias emergentes	6,4	7,2	6,3	6,0

Fonte. — FMI.

O ano de 2004 poderá ter marcado o ponto mais alto deste ciclo económico mundial, uma vez que, segundo as previsões do FMI, o ritmo deverá moderar em 2005.

Apesar do abrandamento verificado no 2.º trimestre de 2004, o crescimento económico mundial continuou a ser liderado pelos EUA cujo PIB aumentou 4,4%. A economia global teve ainda um impulso forte proveniente de toda a região da Ásia, onde para além da China (9%) e da Índia (6,4%), se destacou o surpreendente desempenho do Japão (2,6%). É de realçar também a evolução favorável das principais economias da América Latina (México, Brasil e Argentina), onde quer a procura interna, quer as exportações contribuíram para um bom desempenho.

O PIB da zona euro cresceu 2% em 2004, depois dos valores diminutos de 0,9% em 2002 e de 0,6% em 2003. Apesar desta estagnação, a zona euro só registou dois trimestres, não consecutivos, de crescimento negativo durante todo este período.

Zona euro

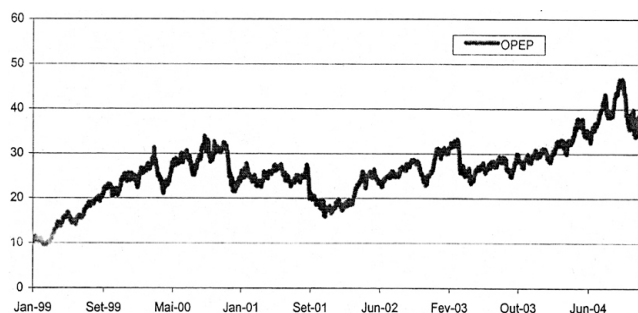
	2001	2002	2003	2004	Previsões	
					2005	2006
PIB	1,6	0,9	0,6	2,0	1,6	2,1
Consumo	1,9	0,7	1,1	1,3	1,6	1,8
Formação bruta de capital fixo	-0,1	-2,4	-0,5	2,1	2,8	3,7
Taxa de desemprego	7,8	8,2	8,7	8,8	8,8	8,5
Inflação	2,4	2,3	2,1	2,1	1,9	1,5
Défice público (percentagem do GDP)	-1,7	-2,4	-2,8	-2,7	-2,6	-2,7
Dívida pública (percentagem do GDP)	69,6	69,5	70,8	71,3	71,7	71,9
Défice corrente (percentagem do GDP)	0,5	1,2	0,6	0,6	0,6	0,6

Fonte. — Comissão Europeia.

Ao mesmo tempo, a consolidação da União Europeia continuou. Em Maio de 2004 deu-se a entrada de 10 novos países, numa adesão que marcou o seu alargamento em direcção ao Leste europeu.

Segundo o FMI, o volume do comércio mundial cresceu 9,9% em 2004. A globalização das correntes do comércio mundial conheceu em 2004 um novo impulso, num movimento que teve a sua origem mais próxima na entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em Dezembro de 2001, mas que é uma tendência de fundo desde o Uruguai Round de 1994.

A cotação do cabaz de petróleo dos países da OPEP atingiu os 46,7 dólares, apesar do anúncio de aumento de quotas de produção ocorrido em Maio. O aumento do consumo e a tentativa de constituição de *stocks* influenciaram a subida de preços.

**A economia portuguesa**

O PIB português em 2004 cresceu uma taxa de 1,1%, depois de, em 2003, ter diminuído 1,3%. As previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB na ordem dos 1,6% para 2005 e 2% para o ano de 2006.

Portugal

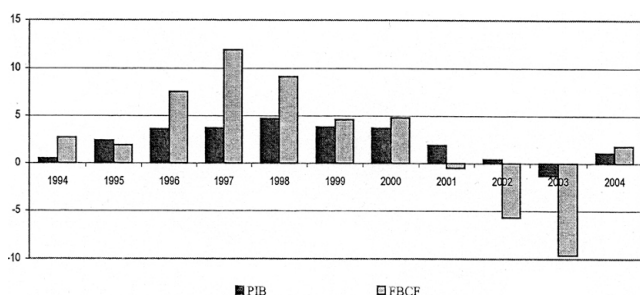
	2003	2004	Previsões	
			2005	2006
Consumo privado	-0,7	2,2	1,5	2,2
Consumo público	0,5	0,6	-	-0,1
Formação bruta de capital fixo	-9,6	1,8	1,7	3,3
Procura interna	-2,5	1,9	1,2	2,0
Exportações	4,1	6,8	7,5	8,6
Procura global	-1,0	3,0	2,6	3,6
Importações	-0,5	8,2	5,2	7,5
PIB	-1,3	1,1	1,6	2,0
Inflação	3,3	2,5	2,1	2,0

Fonte. — Banco de Portugal.

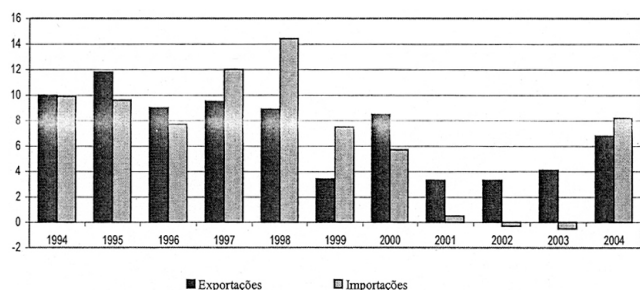
A procura interna privada em Portugal deverá ter expandido 1,9% em 2004, após ter retraído 2,5% em 2003. As vendas de veículos

ligeiros de passageiros aumentaram de 4,1% em 2004, depois de, no ano anterior, terem apresentado uma redução de 16,1%.

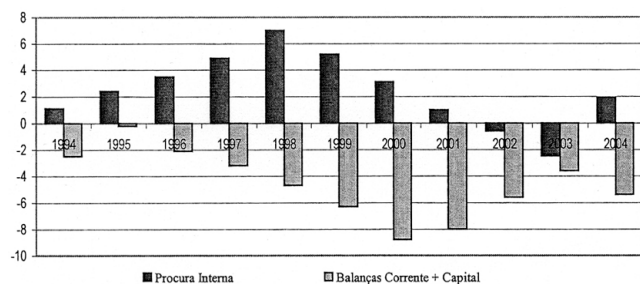
Pela primeira vez desde 2001 o investimento total, público e privado, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), teve uma variação positiva de 1,8% em 2004.



O ano de 2004 confirmou ainda a tendência de crescimento das exportações que vem sendo registada desde 2001. Menos positiva foi a evolução das importações ao longo do ano as quais, após terem retraído 0,5% em 2003, registaram um crescimento de 8,2% em 2004, o mais elevado dos últimos cinco anos.



Ao longo do ano de 2004, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa (que se traduzem no défice conjunto das balanças correntes e de capital), aumentaram de 3,6% do PIB em 2003, para cerca de 6% do PIB em 2004.

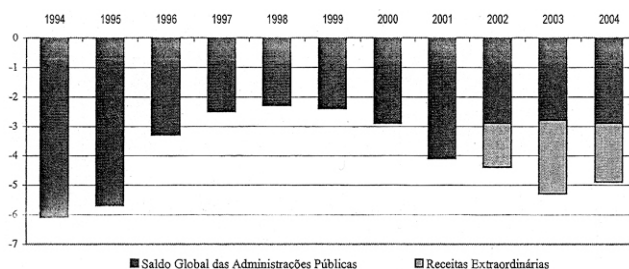


O aumento das necessidades de financiamento da economia portuguesa em 2004 resultou, por um lado, do crescimento elevado que as importações registaram e, pelo outro, do aumento que o preço do petróleo teve ao longo do ano.

Finanças públicas

O défice das finanças públicas portuguesas em 2004 ficou pelos 2,9% do PIB, apesar de só ter sido atingido à custa de receitas não recorrentes. Sem a transferência dos fundos de pensões de empresas na órbita do Estado, o défice situar-se-ia nos 4,8% do PIB, segundo os dados actualmente disponíveis.

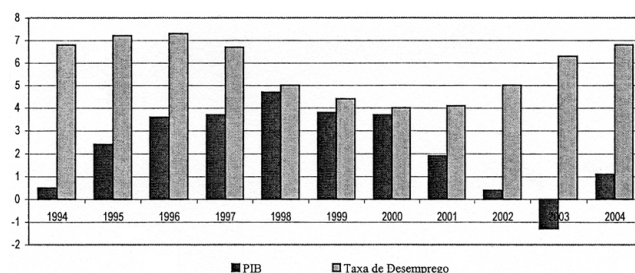
Apesar da flexibilização acordada no início de 2005, das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, é certo que será crescentemente difícil encontrar receitas orçamentais extraordinárias. Deste modo, urge consolidar as finanças públicas portuguesas, não só pelos compromissos externos assumidos por via da nossa participação numa união monetária, mas também porque o actual saldo orçamental decorre de um défice agregado de poupança do país que tem como reflexo o défice das nossas contas externas.



Inflação e emprego

A inflação média em Portugal foi de 2,5% em 2004, o que representa um crescimento inferior ao de 2003, em que a inflação foi 3,3%. A desaceleração do preço dos bens industriais não energéticos e dos bens alimentares não processados, acompanhada da valorização do euro, permitiu uma taxa de inflação inferior à do ano de 2003, contrariando factores adversos como a subida dos preços do petróleo (em dólares) e a dinâmica da procura interna.

Após um ano de 2003, em que o abrandamento económico levou à contracção de 0,4% no volume de emprego da economia portuguesa, o ano de 2004 teve um crescimento de 0,1% no emprego, insuficiente para compensar o aumento da população activa. Desta forma, a taxa de desemprego aumentou para 6,7% em 2004, contra 6,3% em 2003.

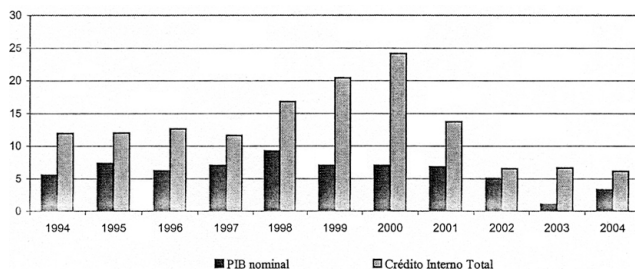


Evolução monetária e do sector bancário

O crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 6,5% em 2004.

As sociedades não financeiras apresentaram um aumento muito moderado (variação de 2,5% em 2004). Já a taxa de variação dos empréstimos a particulares foi de 9,2% em 2004, sendo o crescimento anual no crédito ao consumo e para outros fins de 4,5% e o aumento do crédito para a aquisição de habitação de 10,5%.

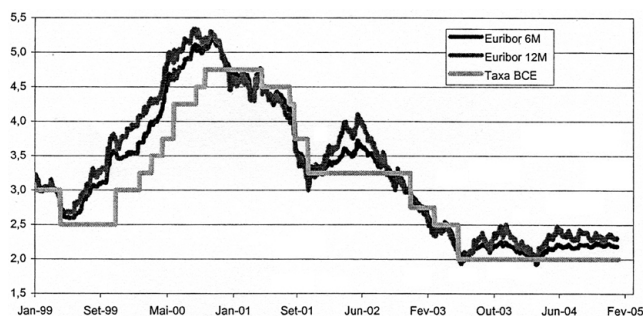
O nível de endividamento das famílias portuguesas representava 118% do rendimento disponível no final de 2004. Apesar disto, um estudo recente do Banco de Portugal aponta o aumento do número de famílias com endividamento (e não o aumento do endividamento dos agregados familiares), como a causa do valor mencionado. Assim, a capacidade dos particulares fazerem face ao serviço das suas dívidas (salvo situações de desemprego e ruptura dos agregados familiares), permanecia aceitável.



Taxas de juro

Na zona euro, o crescimento económico permaneceu moderado e sem pressões inflacionistas, pelo terceiro ano consecutivo. O Banco Central Europeu não fez qualquer mexida nas suas taxas directoras durante 2004, existindo expectativas que o mesmo não venha também a acontecer durante o 1.º semestre de 2005. Em resultado, as

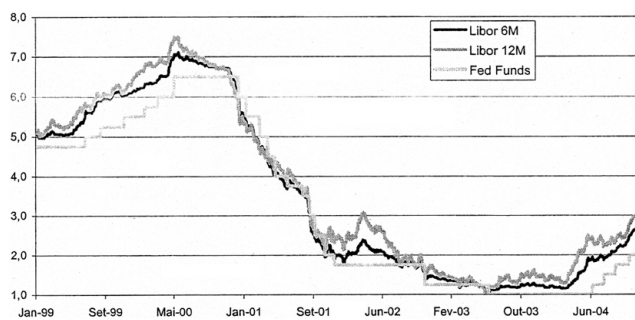
Euribor de seis meses e 12 meses permaneceram em valores inferiores a 2,5%, o que acontece desde o início de 2003.



As taxas de mercado das obrigações alemãs a 10 anos, na Alemanha, situaram-se, no final de 2004, em valores entre 3,68%, muito próximo dos valores mínimos registados em 2003 e de 1999. Ainda assim, as condições monetárias na zona euro não são acomodáticas, em consequência da valorização do euro face ao dólar. Depois de uma desvalorização face ao dólar de 23,7%, desde a sua introdução até ao final de 2001, o euro apreciou-se, sucessivamente, 18% em 2002, 19,6% em 2003 e 7,9% em 2004, atingindo os 1356 no final deste ano.

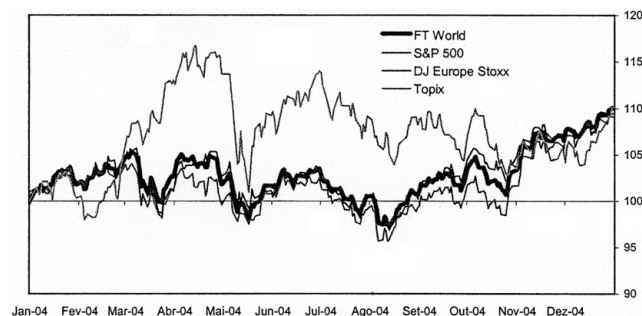


O ano de 2004 marcou o início da normalização de taxas directoras pela Reserva Federal dos EUA, que atingiram os 1% em Junho de 2003. O FED começou, na sua reunião de 30 de Junho de 2004, um processo de subida por incrementos de 0,25% que trouxe os *fed funds* de 1% para 2,25% no final de 2004. Em 2005, é previsível a continuação deste processo, sendo apenas uma incógnita o valor em que o FED parará os aumentos.



Mercados financeiros

O ano de 2004 registou uma evolução positiva nos mercados bolsistas mundiais, dando sequência ao verificado no ano transacto. O índice global *FT world*, medido em moeda local, subiu 10% em 2004, face a uma subida de 23% em 2003. Continuou assim, a tendência de recuperação dos mercados, após o período negativo ocorrido entre os anos de 2000 e 2002.



Todas as classes de activos financeiros de risco registaram evoluções positivas em 2004. Para além dos mercados accionistas ná que registar a evolução das obrigações de taxa fixa (com uma rentabilidade de 7,6% na zona euro e 3,5% nos EUA), das obrigações de empresas com *ratings* de investimento e das obrigações com *rating* especulativo.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

		2004			
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	2003
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51	287 384	—	287 384	592 464
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	99 332	—	99 332	121 777
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	611 527	—	611 527	614 378
4 — Créditos sobre clientes	14	3 102 118	26 512	3 075 606	2 691 173
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	7 e 10	—	—	—	—
a) De emissores públicos		28 572	—	28 572	28 003
b) De outros emissores		7 249	—	7 249	47 705
(Dos quais: obrigações próprias)		—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	43 099	76	43 023	84 237
7 — Participações	6, 10 e 50	6 661	275	6 386	6 273
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6 e 10	18 135	—	18 135	10 635
9 — Imobilizações incorpóreas	11 e 16	15 221	10 209	5 012	6 844
10 — Imobilizações corpóreas	11 e 16	45 019	21 632	23 387	28 171
(Dos quais: imóveis)		(23 686)	(6 833)	(16 853)	(17 302)
11 — Capital subscrito não realizado		25 000	—	25 000	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
12 — Acções próprias ou partes de capital próprios		—	—	—	—
13 — Outros activos	31	177 891	—	177 891	209 020
15 — Contas de regularização	27	34 346	—	34 346	24 937
16 — Prejuízo do exercício		—	—	—	—
<i>Total do activo</i>		4 501 554	58 704	4 442 850	4 465 617

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Notas	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito	18	—	—
a) À vista		322 915	700 523
b) A prazo ou com pré-aviso		485 704	140 870
2 — Débitos para com clientes	18	—	—
a) Depósitos de poupança		119 905	60 657
b) Outros débitos		—	—
ba) À vista		897 746	968 783
bb) A prazo		2 073 626	2 130 878
3 — Débitos representados por títulos		—	—
a) Obrigações em circulação		20 000	—
b) Outros		—	—
4 — Outros passivos	31	9 315	14 368
5 — Contas de regularização	27	42 625	34 050
6 — Provisão para riscos e encargos	24	—	—
a) Provisões para pensões e encargos similares		—	—
b) Outras provisões		32 753	27 289
6-A — Fundo para riscos bancários gerais		14 281	15 500
8 — Passivos subordinados	22	100 000	100 000
9 — Capital subscrito	29	300 000	230 000
10 — Prémios de emissão	29	6 790	6 790
11 — Reservas	29	7 821	6 513
12 — Reservas de reavaliação	15 e 29	3	3
13 — Resultados transitados	29	(2 962)	(3 686)
14 — Lucro do exercício		12 328	13 079
<i>Total do passivo</i>		4 442 850	4 465 617

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2004	2003
1 — Passivos eventuais		394 908	385 144
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		28 560	25 550
2 — Compromissos:			
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		—	—

O Conselho de Administração: José de Oliveira Costa, presidente — António Coelho Marinho, vogal — José Manuel Fragoso de Sousa, vogal — Armando José Fonseca Pinto, vogal — José Luis Pinto da Silva, vogal — Abdool Magid Abdool Karim Vakil, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados individuais em 31 de Dezembro de 2004**CUSTOS**

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	53	97 042	102 272
2 — Comissões	54	4 939	1 483
3 — Prejuízos em operações financeiras	55	28 486	23 191
4 — Gastos gerais administrativos		—	—
a) Custos com o pessoal	34	39 388	32 891
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(30 187)	(25 553)
(— encargos sociais)		(9 045)	(7 299)
Dos quais:			
(— com pensões)		(3 657)	(2 594)
b) Outros gastos administrativos		55 664	42 535
5 — Amortizações do exercício	11	7 360	7 498
6 — Outros custos de exploração	39	245	598
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	24	17 660	21 952
8 — Provisões para imobilizações financeiras	50	12	23
11 — Perdas extraordinárias	39	3 068	2 312
13 — Impostos sobre os lucros	41	5 020	4 004
14 — Outros impostos		555	401
15 — Lucro do exercício		12 328	13 079
<i>Total</i>		271 767	252 239

PROVEITOS

	Notas	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	53	185 867	179 120
Dos quais:			
(De títulos de rendimento fixo)		(1 812)	(3 470)
2 — Rendimento de títulos	53	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		156	447
b) Rendimento de participações		168	70
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		—	—
3 — Comissões	54	34 301	23 594
4 — Lucros em operações financeiras	55	33 281	35 855
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	24	5 182	2 323
6 — Reposição e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas		—	—
7 — Outros proveitos de exploração	39	10 557	9 526
9 — Ganhos extraordinários	39	2 255	1 304
11 — Prejuízo do exercício		—	—
<i>Total</i>		271 767	252 239

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*.

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

Introdução:

O BPN — Banco Português de Negócios, S. A. (BPN ou Banco), é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão de duas sociedades de investimento que lhe deram origem.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro. A sua actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

Para o efeito, o Banco dispõe de uma rede nacional de 193 agências (2003 — 187 agências), de uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, e de uma sucursal financeira internacional de França, com duas agências.

As notas às contas a seguir apresentadas contêm as indicações e o ordenamento estabelecido pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração não figuram neste anexo, não são aplicáveis.

1 — Valores comparativos:

Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, pelo que os valores de 2004 são comparáveis, em todos os aspectos relevantes, aos do exercício de 2003.

3 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais do Banco, das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

As demonstrações financeiras das sucursais financeiras são agrupadas ao nível do Banco. Todos os saldos e transacções, entre a sede e as sucursais, foram eliminados no âmbito do processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do Banco, referentes a 31 de Dezembro de 2004, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto é convicção do conselho de administração do Banco que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as contas do BPN, das suas subsidiárias e associadas, foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e respeitam aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003.

Neste contexto, procedeu-se à uniformização dos critérios contabilísticos de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi julgado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada segundo o método de integração global nas situações em que se verifique uma relação de domínio e que possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão (v. nota n.º 6), excepto no que se refere à Real Seguros de Vida, S. A., BPN Creditas Brasil — Promotora de Vendas, Ltda. e Real Re, Ltd., que não foram consolidadas pelo método de integração global mas sim valorizadas segundo o método de equivalência patrimonial, dado que as suas actividades são consideradas incompatíveis com a natureza da actividade do BPN, conforme definido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março.

Os saldos e as transacções de maior significado existentes entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

Nas contas consolidadas, as participações do Banco em empresas associadas encontram-se valorizadas segundo o método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do BPN nessas empresas.

A inclusão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio da divisa, divulgado pelo Banco de Portugal. Os activos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos ao câmbio do final de ano e os proveitos e custos ao câmbio médio do ano, sendo o efeito cambial originado na conversão reconhecido em outras reservas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas (diferenças de consolidação, positivas e negativas, e de reavaliação — *goodwill*) apuradas à data da primeira consolidação (exercício de 1993), ou à data de aquisição, se posterior, foram anuladas directamente por contrapartida da rubrica de outras reservas.

As participações que não foram objecto de consolidação, pelo método da integração global ou pelo método de equivalência patrimonial, encontram-se registadas no balanço consolidado pelo seu custo de aquisição, na rubrica de outras participações financeiras.

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003.

a) *Especialização de exercícios.* — O BPN e as suas subsidiárias seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em

relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 90 dias (excepto no caso de terem garantias reais em que não há suspensão de juros) ou, embora não vencidas, existam dúvidas razoáveis relativamente à sua cobrabilidade, o BPN e as suas subsidiárias suspendem a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

b) Provisões:

Provisões para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro, e incluem:

i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos destinada a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza do crédito e do tipo da garantia, caso exista;

ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa destinada a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, sendo consideradas como tais:

a) As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

a.1) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

a.2) Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos e inferior a 10 anos;

24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

A parte vincenda dos créditos referidos na presente alínea deve ser reclassificada — apenas para efeitos de provisionamento — como crédito vencido;

b) Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25 % do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

Esta provisão é apresentada no activo a deduzir à rubrica de créditos sobre clientes, correspondendo esta a uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido, aplicada às prestações vincendas do crédito concedido a um mesmo cliente em que se verifique a aplicação desta situação. Os créditos e juros vencidos abatidos ao activo foram considerados como provisionados a 100% para efeitos de determinação desta provisão;

iii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito destinada a cobrir riscos potenciais existentes, sendo apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, correspondente a um mínimo de:

0,5% no crédito não vencido à habitação;

1,5% no crédito não vencido, considerado ao consumo;

1% no restante crédito não vencido concedido pelo Banco e pelas suas subsidiárias financeiras.

O crédito inclui o representado por aceites, garantias e avais prestados.

Provisões para títulos:

As provisões para menos-valias em títulos apresentadas no activo a deduzir à rubrica de Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, incluem:

i) Uma provisão específica para títulos e juros vencidos, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de títulos e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza dos títulos e do tipo de garantia dada, caso exista;

ii) Uma provisão específica destinada a cobrir o total das menos-valias latentes, à data do encerramento das contas, verificadas nas respectivas contas dos títulos de negociação e de investimento, nos termos do n.º 10 do mencionado aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Provisões para imobilizações financeiras:

As provisões para imobilizações financeiras destinam-se a fazer face ao risco imputado aos activos imobilizados financeiros, sendo constituídas de acordo com os avisos n.ºs 3/95, de 30 de Junho, e 4/2002, de 11 de Junho, do Banco de Portugal.

Até 30 de Junho de 2002 (exclusivo), a constituição de provisões para participações financeiras foi efectuada nos termos do aviso n.º 3/95 que não obrigava à constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à entidade participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;

Encontrar-se em situação de insolvência, ter cessado a actividade, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter sido declarada em estado de falência.

A partir de 30 de Junho de 2002 (inclusive), o Banco de Portugal, através do seu aviso n.º 4/2002, de 11 de Junho, tornou também obrigatória a constituição de provisões para menos-valias latentes nas demais participações financeiras. Assim, quando o montante da menos-valia latente numa participação financeira — calculada com base na média das cotações diárias dos últimos seis meses, no caso de títulos cotados, ou, calculada pelo produto da parte correspondente à situação líquida da sociedade participada pelo factor 1,5, no caso dos títulos não cotados — exceder 15% do valor de inscrição no balanço, há lugar à constituição de uma provisão correspondente a, pelo menos, 40% daquele excesso, sendo o montante não provisionado daquele excesso deduzido aos fundos próprios.

O aviso n.º 4/2002 estabeleceu ainda um regime transitório para as participações que já se encontravam em carteira em 31 de Dezembro de 2001. Assim a constituição de provisões para as menos-valias latentes apuradas naquele conjunto de participações podem ser diferidas ao longo de 10 anos (até 2011) para empresas não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal ou cinco anos (até 2006) para empresas sujeitas à supervisão daquelas entidades. Ao abrigo deste regime, as provisões constituídas em 2003 e 2004 podem ser registadas por contrapartida de reservas.

Provisões para risco-país:

As provisões para risco-país destinam-se a fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países e territórios classificados de risco, sendo constituída de acordo com o aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal e com a instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, incluindo as alterações ao disposto no n.º 4 (listagem revista anualmente dos países e territórios classificados segundo os seus graus de risco) da mesma instrução.

Provisões para outros riscos e encargos:

Estas provisões destinam-se a fazer face a outros riscos e encargos, mas afectas a finalidades específicas.

c) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável. — As compras e vendas de títulos são registadas na data da transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionados são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicação sobre a intenção de aquisição.

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não pode exceder seis meses, e em que a sua natureza e principais características não oferecem quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade (v. nota n.º 10).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados pelo valor de aquisição e reavaliados com base no valor de mercado, acrescido dos juros corridos e não cobrados. Não existindo valor de mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento. As diferenças apuradas entre o valor de aquisição e o valor de valorização são registadas como custos ou proveitos.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja detenção assume um carácter duradouro (ou adquiridos há mais de seis meses), e que não sejam considerados como imobilizações financeiras (v. nota n.º 10).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizados nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, é provisionada por contrapartida de resultados.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é relevado nas respectivas contas de regularização do passivo. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos.

As Acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo a diferença quando positiva, entre este custo e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, totalmente provisionada por contrapartida de resultados.

d) Operações em moeda estrangeira. — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal. Relativamente aos proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, esta conversão é efectuada mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

As compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada mensalmente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (*currency forwards*) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

e) Instrumentos derivados. — Os instrumentos financeiros derivados são classificados em função da sua intenção de negociação ou para outros fins que não de negociação (cobertura). Os instrumentos derivados utilizados para efeitos de cobertura do risco inerente a operações de negociação são classificados como operações de negociação.

Contratos de trocas de taxas de juro (*swaps* de taxas de juro):

Os contratos de troca de taxas de juro que têm a natureza de cobertura são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor notional. Os juros pagos ou recebidos são registados em contas de Despesas com custo diferido de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios até ao vencimento das operações.

Os contratos de troca de taxas de juro que têm a natureza de negociação são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor notional, sendo valorizados ao valor de mercado.

Contratos de trocas de divisas (*swaps* de moedas):

Os contratos de troca de moeda (*currency swaps*) e as operações da posição cambial à vista cobertas por operações a prazo, destinadas à eliminação ou redução substancial do risco inerente aos activos e passivos (operações de cobertura), não são consideradas na reavaliação

das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados até à data do seu vencimento por contrapartida de custos ou proveitos.

Futuros:

As posições de negociação em contratos de futuros transaccionados em mercados organizados são registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor notional e são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo que as perdas e os ganhos, realizados e não realizados (proveito ou custo necessário ao encerramento das posições), são relevados em resultados do exercício.

f) Partes de capital em empresas associadas, partes de capital em empresas coligadas e em empresas filiais excluídas de consolidação e outras participações financeiras. — A rubrica de partes de capital em empresas associadas inclui as participações em empresas associadas, as quais são registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização, no balanço individual, e pelo método de equivalência patrimonial no balanço consolidado.

A rubrica de partes de capital em empresas coligadas e empresas filiais excluídas da consolidação inclui as partes de capital em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização, no balanço individual, e pelo método de equivalência patrimonial no balanço consolidado.

A rubrica de outras participações financeiras regista as participações com carácter de estabilidade, mas cuja percentagem do capital detido é inferior a 20%, as quais não são objecto de consolidação, sendo registadas ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão específica sempre que sejam estimadas perdas no respectivo valor de realização.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no ano em que são gerados, numa base de acréscimo, desde que a atribuição e recebimento ocorra antes da data efectiva do fecho de contas.

g) Imobilizações incorpóreas. — O imobilizado incorpóreo do BPN e das suas subsidiárias é composto essencialmente por custos capitalizados relativos a despesas notariais e de registo com aumentos de capital, despesas com estudos de desenvolvimento, despesas no período de formação do pessoal admitido para expansão da rede de balcões, e com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados.

A semelhança de anos anteriores, os custos com formação e adaptação aos procedimentos técnicos do Banco, que correspondem, em média a pouco mais de três meses de actividade não produtiva dos novos empregados, foi imobilizado apenas na componente salarial, a fim de serem amortizados em três anos a contar da data de admissão. O valor desta imobilização equivalente aos três primeiros meses de actividade elevaram-se no decurso do ano a 486 milhares de euros (valor líquido de amortizações — 324 milhares de euros).

Estas imobilizações são amortizadas no período de três anos pelo método das quotas constantes, de acordo com o critério fiscal aplicável.

h) Imobilizações corpóreas. — O imobilizado corpóreo das subsidiárias do BPN encontra-se registado pelo seu custo de aquisição, com excepção dos bens transferidos da Soserfin — Sociedade de Investimentos e Serviços Financeiros, S. A., para o BPN, os quais foram objecto de reavaliação de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 41/91, de 25 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro. A reserva de reavaliação então gerada, no montante líquido de 407 milhares de euros, foi integrada nos capitais próprios do Banco, aquando do processo de fusão que lhe deu origem.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, tendo por base as taxas máximas, permitidas para efeitos fiscais, pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se considera não diferirem significativamente da vida útil estimada dos bens. O período de amortização, utilizado para os diversos grupos de activos, é o seguinte:

	Anos
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

Nos termos das disposições legais em vigor, uma parcela correspondente a 40% do aumentadas amortizações que resulta das reavaliações registadas não é considerada como custo para efeitos fiscais.

i) Pensões de reforma. — Até 31 de Dezembro de 1997 o Banco ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam

enquadrados no esquema de reformas da segurança social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, acordos de adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do grupo BPN gerido pela Real — Seguros de Vida, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo fundo de pensões acima referido.

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2002 foram avaliadas respeitando os pressupostos correspondentes ao aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal. Esse aviso veio introduzir um conjunto de alterações ao regime de cálculo, registo e financiamento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. As alterações e os aspectos mais significativos deste novo regime são:

i) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado;

ii) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referência para o cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do exercício que serve de referência para o cálculo dos desvios. O Banco utilizou esta faculdade de diferimento, tendo registado em flutuação de valores o montante de 3255 milhares de euros.

iii) Não utilização, no cálculo do valor actual por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

Nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como a parcela não enquadrável no corredor dos ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados devem ser amortizados no prazo máximo de 10 anos.

O financiamento das responsabilidades com pensões de reforma dos empregados no activo é efectuado pelo Banco e suas subsidiárias do sector financeiro da seguinte forma:

i) As responsabilidades por serviços passados dos activos admitidos na banca antes de 1995, são financiadas integralmente através de um plano de amortizações de prestações uniformes anuais até 2014;

ii) O acréscimo de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, calculado de acordo com o referido aviso n.º 12/2001, resultante do somatório das componentes, custo do serviço corrente, custo dos juros, rendimento esperado dos activos do Fundo e ganhos e perdas actuariais, são financiadas integralmente através de contribuições efectuadas pelo Banco;

iii) O acréscimo de responsabilidades resultante de programas de reforma antecipada é também integralmente financiado pelo BPN e suas subsidiárias.

j) Fiscalidade. — O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (TRC). Porém, a SLN Madeira — SGPS, S. A., a BPN Madeira — SGPS, S. A., e a sucursal financeira exterior sediadas na Zona Franca da Madeira beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Adicionalmente, foram ainda considerados como impostos diferidos, e registados na rubrica de provisões para riscos e encargos, a estimativa de imposto a pagar sobre os resultados de operações cujos proveitos ou custos serão imputáveis ao exercício da liquidação das correspondentes operações, designadamente, com as operações de fixação de câmbios a prazo.

Não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com a reavaliação do imobilizado por se tratarem de valores imateriais.

k) *Locação financeira*. — Locação financeira é uma locação na qual, em substância, o locador transfere para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um activo, independentemente de o título de propriedade poder, ou não, vir a ser transferido.

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea h).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos do exercício e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) *Locação operacional*. — Locação operacional é uma locação que não se enquadra nas condições descritas no parágrafo inicial da alínea k) *Locação financeira*.

Como locatário:

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de credores diversos por contrapartida de custos do exercício.

Como locador:

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de imobilizado corpóreo — imobilizado em locação operacional pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea h).

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de devedores — clientes de locação operacional por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

m) *Factoring*. — As operações de factoring com recurso são relevadas como crédito concedido pelos valores dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Caso as operações de factoring sejam contratadas sem recurso, estas são igualmente relevadas como crédito concedido mas por contrapartida da rubrica de credores por operações de factoring. Esta última conta é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de factoring, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial de contratos com recurso — facturas não financiadas. A regularização do seu saldo ocorrerá à medida que essas facturas forem sendo liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas seguem o regime geral de contabilização previsto nas contas extrapatrimoniais.

n) *Fundo de Garantia de Depósitos*. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos e definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN e o Banco EFISA fazem parte integrante.

As contribuições iniciais efectuadas no final de 1994 foram amortizadas em cinco anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2004 esta componente foi de 50%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

o) *Sistema de indemnização aos investidores*. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho foi criado o sistema de indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2004, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o sistema de indemnização aos investidores.

p) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de cotação, ou na sua falta ao valor nominal.

q) *Fundo para riscos bancários gerais*. — O BPN tem um fundo constituído para riscos bancários gerais, que se destina a cobrir riscos contingentes de natureza não específica, relacionados com a sua actividade.

4 — Derrogações a critérios valorimétricos:

Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

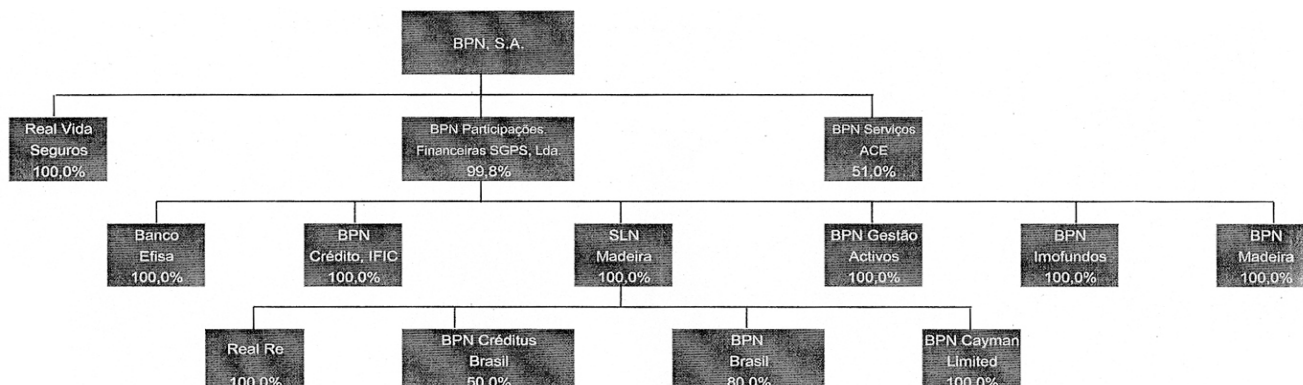
5 — Activos com valor de balanço diferente do valor de mercado:

As menos-valias referentes aos títulos de negociação e de investimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são provisionados de acordo com a política referida na nota n.º 3.3, alínea c), sendo o valor das provisões apresentado como dedução aos respectivos activos.

6 — Participações financeiras superiores ou iguais a 20%:

O Banco detém participações em empresas subsidiárias (coligadas ou filiais) e associadas, cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer por complementaridade com a sua actividade. São consideradas empresas subsidiárias, as participações de capital superiores a 50%, em que seja exercido controlo pelo Banco. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja participação do Banco no seu capital se situa entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém em 31 de Dezembro de 2004 uma participação, directa ou indirecta, superior ou igual a 20% é como segue:



A informação mais relevante relativa às participações detidas pelo Banco resume-se como segue:

Empresa	Sede	Percentagem de participação		Custo de participação	Dados financeiros			
		Directa	Indirecta		Activo líquido	Capitais próprios	Total de proveitos do exercício	
BPN — Participações Financeiras, SGPS, L. ^{da}	Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa	99,8	99,80	50	123 585	10 736	6 019	5 136
BPN Crédito — Instituição Financeira de Crédito, S. A.	Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa	—	99,80	63 932	552 133	73 665	83 786	8 290
BPN Gestão de Activos — Soc. Gest. de Fundos de Inv. Mob., S. A.	Avenida da França, 680/694, Porto	—	99,80	4 952	5 859	4 382	4 845	2 138
BPN Imofinidos — Soc. Gest. de Fundos de Invest. Imobiliário, S. A.	Avenida da França, 686/694, Porto	—	99,80	574	7 182	6 120	7 211	4 554
Banco Efisa, S. A.	Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa	—	99,80	21 519	272 470	24 282	30 824	1 729
BPN Madeira — SGPS, S. A.	Avenida Arriaga, 34, Funchal	—	99,80	100	99	89	—	(9)
SLN Madeira — SGPS, S. A.	Rua João de Deus, 12, Funchal	—	99,80	250	70 462	5 169	6 425	5 168
BPN Cayman, Ltd.	George Town, Grand Cayman, Cayman Islands	—	99,80	33 037	753 005	34 940	71 548	6 670
BPN Brasil — Banco Múltiplo, S. A.	Rua Diogo Moreira, 132, 24.º, São Paulo, Brasil	—	79,84	11 479	19 553	12 228	5 986	(175)
BPN Serviços — Serv. Adm., Operacionais e Informáticos, ACE	Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa	51,0	80,24	80	18 482	100	29 244	—
Partes de capital em empresas filiais				135 973	1 822 830	171 711	245 888	33 501
Real Vida Seguros, S. A.	Avenida da França, 316, Porto	100,0	100,00	18 085	190 776	15 923	177 957	597
BPN Creditais Brasil — Promotora de Vendas, Ltda.	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1306, 7.º, São Paulo, Brasil	—	49,90	343	2 495	326	2 234	(482)
Real Re, Ltd.	Canon's Court, 22, Victoria Street, Hamilton, HM 12, Bermuda	—	99,80	385	866	698	402	298
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação				18 813	294 137	16 947	180 593	413

Nota. — Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2004 (salvos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação).

De referir que durante o exercício de 2004 procedeu-se à fusão por incorporação da sociedade BPN — Gestão de Activos, S. A., na BPN Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A. A sociedade incorporante alterou, por sua vez, a respectiva denominação social, que passou a ser a seguinte BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Igualmente durante este exercício, a subsidiária SLN Madeira — SGPS, S. A., procedeu à alienação de 30% do capital social do BPN Creditais Brasil — Promotora de Vendas, Ltda.

Ver inventário consolidado de títulos e participações financeiras, detalhe sobre as participações financeiras detidas pelo Banco.

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Em 31 de Dezembro de 2004 o montante dos títulos de rendimento fixo resume-se como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	46 306	28 572	35 269	28 003
De outros emissores	60 485	7 249	101 411	47 705
	106 791	35 821	136 680	75 708
Provisão para menos-valias	(924)	—	(954)	—
	105 867	35 821	135 726	75 708

Os títulos que compõem o saldo do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e que têm vencimento durante o exercício de 2005 ascendem a 27 919 milhares de euros (no balanço individual 1447 milhares de euros), tendo os restantes títulos o seu encimamento em exercícios posteriores.

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante dos créditos concedidos pelo consolidado BPN, S. A., a empresas participadas ascende a 1099 milhares de euros (em 2003 eram 17 406 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do mapa seguinte. Individualmente não existiam créditos concedidos pelo BPN, S. A., a empresas participadas (em 2003 eram 1963 milhares de euros).

Débitos e créditos com empresas participadas e coligadas

Empresas	Débitos		Créditos	
	Participadas	Coligadas	Participadas	Coligadas
Banco da África Ocidental	1 160	—	—	—
Planfin, S. A.	6	—	25	—
Real Vida Seguros, S. A.	—	68 948	—	86
BPN Serviços, ACE	—	294	—	12 129
Soserfin, S. A.	—	56	—	—
Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique	—	—	1 052	—
Cimpofin, S. A.	—	—	22	—
Totais	1 166	69 298	1 099	12 215

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante dos créditos concedidos pelo consolidado BPN, S. A., a empresas coligadas ascende a 12 215 milhares de euros (em 2003 eram 12 100 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do mapa anterior. Individualmente o montante dos créditos concedidos pelo BPN, S. A. a empresas coligadas ascende a 12 110 milhares de euros (em 2003 eram 12 020 milhares de euros).

10 — Inventário da carteira de títulos:

O inventário da carteira de títulos do BPN elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, consta do mapa seguinte, não existindo outros títulos nas outras sociedades.

Inventário consolidado de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

Natureza e espécie de títulos	Quan- tidade	Valor	Valor	Cotação unitária	Valor	Valias	Provi- sões
		nominal unitário	médio de aquisição		de balanço	— Títulos de rendi- mento variável	
		Euros				Milhares de euros	
A) Títulos — negociação	—	—	—	—	54 369	104	—
De rendimento fixo — emitidos por residentes	—	—	—	—	8 041	—	—
De outros residentes	—	—	—	—	8 041	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	8 041	—	—
Centauri	3 143 196	—	100,00	100,00	3 174	—	—
Parkland, SN — 15-9-11	3 150 000	—	100,00	100,00	3 156	—	—
Banif 0 — 11-21-06	1 050 000	—	100,13	99,82	1 051	—	—
BPIN 0 — 8-29-49	469 974	—	102,31	101,15	497	—	—
Megafo 8 — 12-10-09	223 182	—	73,21	72,77	163	—	—
De rendimento fixo — emitidos por não residentes ...	—	—	—	—	41 322	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—	10 273	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	1 044	—	—
Bubill 0 — 1-12-05	1 044 300	—	99,59	99,96	1 044	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	9 229	—	—
BKO 2 1/2 — 3-18-05	2 600 000	—	100,10	100,08	2 653	—	—
SPGB 3 1/4 — 1-05	1 600 000	—	100,10	100,08	1 650	—	—
FHLMC 4 5/8 — 5-15-05	1 500 000	—	100,86	100,85	1 557	—	—
FRTR 7 1/2 — 4-25-05	1 000 000	—	101,71	101,61	1 067	—	—
POLGB 6%	4 000 000	—	0,24	0,24	1 010	—	—
C 0 — 27-5-05	838 020	—	95,40	99,81	838	—	—
Brazil 8 — 2-26-07	504 706	—	53,63	55,26	226	—	—
Wnight 0 — 12-7-05	147 020	—	73,42	73,42	108	—	—
Citmos 10,95 — 4-06	42 458	—	111,85	109,28	50	—	—
De outros não residentes	—	—	—	—	31 049	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	1 969	—	—
VTB 0 — 4-28-2005	1 200 000	—	73,54	73,60	890	—	—
MDM Float — Abril de 2005	588 527	—	95,50	97,98	579	—	—
Banfin 0 — 12-31-05	504 298	—	99,12	99,14	500	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	29 080	—	—
EURHYP 3 1/4 — 1-18-05	1 804 850	—	100,13	100,04	1 861	—	—
LLE Float — 22 de Agosto de 2007	1 768 147	—	100,00	101,15	1 788	—	—
Eucre FRN — 20 de Maio de 2009	1 517 575	—	100,00	100,50	1 525	—	—
NATGRE 0 — 6-25-12	1 429 973	—	100,44	100,93	1 444	—	—
SBERRU 0 10-24-2006	1 687 948	—	73,29	74,15	1 260	—	—
HYPESS 3 1/4 — 1-28-2005	1 205 604	—	100,20	100,07	1 243	—	—
ABE 0 — 4-18-07 — D	1 100 000	—	100,00	100,83	1 109	—	—
ITAUEU 0 — 7-24-06	1 062 000	—	100,20	100,34	1 070	—	—
CFC 0 — 11-24-08	1 050 000	—	100,14	100,02	1 053	—	—
BAVB 0 — 12-29-49	843 197	—	101,26	103,50	873	—	—
HBCY 0 — 11-14-2006	800 000	—	100,07	100,04	803	—	—
White Pine — 12-31-13	1 041 659	—	73,42	73,42	765	—	—
C 0 — 3-8-06	750 000	—	92,75	97,99	740	—	—
Banif 0 — 8-5-09	700 000	—	99,70	99,78	701	—	—
VTB 0 — 7-30-07	899 062	—	74,34	75,99	689	—	—
ARTBV 0 — 10-16-05	600 000	—	95,28	99,13	597	—	—
Banif 0 — 12-29-49	534 617	—	100,00	101,40	543	—	—
NGGLN 0 — 8-11-05	540 000	—	99,94	100,15	543	—	—
Santan 8 1/4 — 11-7-05	1 000 000	—	53,81	53,30	539	—	—
Best 0 — 14-1-2005	510 861	—	99,99	99,87	510	—	—
Arena 2004 — II A	500 000	—	100,05	100,15	504	—	—
Herme 8 A	500 000	—	100,07	100,23	503	—	—

Natureza e espécie de títulos	Quan- tidade	Valor	Valor	Cotação unitária	Valor	Valias	Provi- sões
		nominal unitário	médio de aquisição		de balanço	— Títulos de rendi- mento variável	
		Euros				Milhares de euros	
Herme 8 B	500 000	—	100,00	100,24	503	—	—
MMKFIN 10 — 2-18-05	454 000	—	101,75	100,79	497	—	—
F 0 — 3-21-06	500 000	—	99,76	9,25	496	—	—
BOCCY 0 — 6-20-11	491 704	—	100,63	100,70	496	—	—
INTNED 0 — 9-28-09	472 007	—	100,00	101,20	482	—	—
Blue Flag FM — 13 de Julho de 2006	457 758	—	94,26	98,40	453	—	—
VTB 0 — 6-22-06	584 745	—	73,42	73,56	431	—	—
EDNIM 0 — 7-19-11	422 282	—	101,6	101,25	430	—	—
Autstr 0 — 6-9-11	418 545	—	100,64	99,90	419	—	—
EARLS 0 — 6-6-07	391 905	—	100,00	100,06	393	—	—
Mobtel 9 3/4 — 1-30-08	440 156	—	78,91	78,19	357	—	—
ESF 0 — 7-30-06	289 270	—	99,75	100,00	293	—	—
Allegro — 30 de Abril de 2010	292 126	—	100,00	98,02	286	—	—
SNSBNK 0 — 5-14-13	239 784	—	100,90	101,25	244	—	—
Mosnar 0 — 1-7-08	241 947	—	90,85	100,10	242	—	—
PRTP 0 — 10-22-07	239 235	—	99,92	100,22	241	—	—
MER 0 — 7-22-14	239 235	—	99,78	99,44	239	—	—
SBRY 0 — 6-29-07	239 169	—	100,07	100,08	239	—	—
KPN 0 — 7-21-09	218 302	—	100,56	100,57	221	—	—
DT 0 — 11-23-09	217 549	—	99,91	99,87	218	—	—
ESPSAN 0 — 12-30-06	199 520	—	98,75	100,00	200	—	—
MDMBK 10 3/4 — 12-16-05	250 000	—	77,75	75,07	188	—	—
KKB 7 — 11-3-09	223 336	—	72,66	74,78	169	—	—
MQB 0 — 6-20-13	159 456	—	100,72	101,43	162	—	—
BOOT 0 — 10-19-07	150 228	—	100,15	100,22	151	—	—
Capim 0 — 10-21-16	139 017	—	99,33	99,33	139	—	—
VW 0 — 3-24-09	119 584	—	99,90	99,78	119	—	—
Renaul 0 — 9-22-09	108 403	—	100,19	100,11	109	—	—
Valores de rendimento variável	—	—	—	—	5 006	104	—
Emitido por não residentes	—	—	—	—	5 006	104	—
Acções	—	—	—	—	7	—	—
Taib Bank E.C.	11 000	1,00	0,99	0,65	7	—	—
Unidades de participação	—	—	—	—	4 068	104	—
Pangaea Defensive Series	2 493 155	—	116,18	120,34	2 897	104	—
Advisory Lever European EM Neutral Fund	909	—	1 100,11	1 112,44	1 011	—	—
Fairfield Sentry, Ltd.	213	—	743,48	752,83	160	—	—
Outros valores	—	—	—	—	931	—	—
Bear Stearns-Distressed Securities	2	73 416,05	159 817,00	83 942,50	168	—	—
Bear Stearns-Event Driven	2	73 416,05	151 699,00	80 959,00	162	—	—
Bear Stearns-Relative Value Arbitrage	2	73 416,05	149 288,00	75 775,50	152	—	—
Bear Stearns-Merger Arbitrage	2	73 416,05	146 398,00	75 676,50	151	—	—
Bear Stearns-Equity Edge	2	73 416,50	146 847,00	75 197,00	150	—	—
Bear Stearns-Macro	2	73 416,50	140 719,00	73 857,50	148	—	—
B) Títulos — investimento	—	—	—	—	143 568	—	4 722
De rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—	36 033	—	—
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—	31 791	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	3 051	—	—
OT Outubro — 2000-2005	300 000 000	—	106,24	102,00	3 051	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	28 740	—	—
OT Julho — 2003-2006 (a)	27 800 000	—	100,03	100,60	27 806	—	—
OT Agosto — 2002-2007 (b)	870 000	—	101,55	105,35	881	—	—
OT Fevereiro — 1997-2007	5 000 000	—	113,23	107,80	53	—	—
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	—	4 242	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	4 164	—	—
Letra financeira do Tesouro brasileiro	3 404	276,65	545,91	597,66	2 035	—	—

Natureza e espécie de títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias	Provi- sões
						Títulos de rendi- mento variável	
						Milhares de euros	
Euros							
Turkey 7,75% — 14-4-2005 — EUR	2 000 000	1,00	1,03	1,01	2 020	—	—
US Treasury Bils	150 000	0,81	0,80	0,73	109	—	—
A médio e a longo prazos	—	—	—	—	78	—	—
Letra financeira do Tesouro brasileiro	133	276,65	418,24	581,29	78	—	—
De rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—	21 395	—	924
Emitidos por residentes	—	—	—	—	2 097	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	2 097	—	—
Sociedade Agrícola de Oliveira do Bairro — 7.ª emissão (a)	1 446 514	1,00	1,00	—	1 447	—	—
Papel comercial — Inapa	650 000	1,00	1,00	—	650	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—	19 298	—	924
Por outros não residentes	—	—	—	—	19 298	—	924
A longo e a médio prazos	—	—	—	—	19 298	—	924
K2 Corporation (a)	7 903 628	500,00	80,59	73,42	5 802	—	—
Caitrin Investments	2 200 000	1,46	1,46	1,42	3 120	—	—
Banco Nacional de Desenvolvimento Econó- mico	2 000 000	1,00	1,04	1,01	2 015	—	—
BNP Paribas — série 2782	3 500 000	0,73	0,52	0,54	1 836	—	—
K2 Capital Notes	2 000 000	0,81	0,81	0,81	1 468	—	—
Eclipse Income Notes (F1)	2 000 000	0,81	0,81	0,73	1 468	—	—
Promise PLC — 2000-2010	1 000 000	1,00	1,00	1,00	1 000	—	—
Amstel Secur	1 000 000	1,00	1,00	1,00	1 000	—	—
SAIR Group	1 000 000	1,00	0,95	—	924	—	924
ABN AMRO	665 984	1,00	1,00	1,00	665	—	—
Valores de rendimento variável	—	—	—	—	86 140	—	3 798
Emitidos por residentes	—	—	—	—	55 615	—	76
Acções	—	—	—	—	5	—	—
Real Seguros, S. A.	944	5,00	4,99	—	5	—	—
Unidades de participação	—	—	—	—	55 608	—	76
Fundo de Investimento BPN Imoreal (a)	246 633	100,00	105,78	107,10	26 089	—	—
Fundo de Investimento Imosocial (a)	1 749 276	5,00	6,13	—	10 723	—	76
Fundo de Investimento Imodesenvolvimento	976 349	4,99	8,00	8,00	7 817	—	—
Fundo de Investimento BPN Imonegócio (a)	864 143	4,99	5,83	6,06	5 040	—	—
Fundo de Capital de Risco para Investidores							
Qualificados do Banco Efisa	187	25 000,00	25 000,00	—	4 675	—	—
Fundo de Investimento BPN Acções Global (a)	250 000	4,99	4,99	5,35	1 246	—	—
Excellence Assets Funds	28 012	100,00	100,40	100,40	18	—	—
Outros valores	—	—	—	—	2	—	—
Pirites Alentejanas, S. A.	2 329	1,00	1,00	—	2	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—	30 525	—	3 722
Outros valores	—	—	—	—	30 525	—	3 722
Chaves Funding N.º 3 e N.º 4 Residual Certifi- cates	—	—	—	—	22 325	—	3 722
Floating Rates Notes (Class BB)	—	—	—	—	8 200	—	—
D) Imobilizações financeiras	—	—	—	—	30 289	—	547
Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—	1 743	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	937	—	—
Centro de Estudos e Línguas do Fogueteiro — SGPS, S. A.	847 900	1,00	1,00	—	848	—	—

Natureza e espécie de títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Cotação unitária	Valor de balanço	Valias	Provi- sões
						Títulos de rendi- mento variável	
						Milhares de euros	
Euros							
Nea Rent, S. A.	1 000	4,99	17,51	—	60	—	—
Bypass	4 500	5,00	5,00	—	23	—	—
Schoolgest, S. A.	1 000	10,00	10,00	—	7	—	—
Ergorent, S. A.	1 000	4,99	4,99	—	—	—	—
Sensorent, S. A.	1 000	4,99	4,99	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	806	—	—
ERGI — Empreendimentos, S. A.	3 000 000	—	—	—	670	—	—
Nea Rent Ibérica, S. A.	1 000	6,01	6,01	—	114	—	—
Locagest, S.A.R.L.	5 000	—	4,35	—	22	—	—
CGM — Compras em Grupo de Moçambique	212	—	38,83	—	—	—	—
Partes de capital em empresas filiais excluídas da con- solidação	—	—	—	—	16 889	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	16 028	—	—
Real Vida Seguros, S. A. (a)	3 000 000	5,00	6,03	—	15 923	—	—
BNP Serviços — Serviços Administrativos, Ope- e Informáticos, ACE (d)	80 300	1,00	1,00	—	80	—	—
Soserfin — Serviços Financeiros, S. A.	10 000	5,00	2,49	—	25	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	861	—	—
Real RE, Ltd.	120 000	0,73	5,82	—	698	—	—
BPN Creditus (Brasil) — Promotora de Ven- das, L. ^{da}	1 354 003	0,27	0,25	—	163	—	—
Outras participações financeiras	—	—	—	—	11 626	—	547
Em instituições de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	915	—	—
Banco de Desenvolvimento e Comércio de Mo- çambique, S.A.R.L.	190 000	10,00	3,88	—	737	—	—
Banco da África Ocidental	23 373	5,00	7,62	—	178	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	9 550	—	547
Casa da Sorte, S. A. (a)	195 000	5,00	13,72	—	2 675	—	197
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A. (a)	20 000	4,99	117,12	—	2 343	—	—
Calzeus — Calçado e Acessórios de Moda, S. A.	63 428	5,00	22,02	—	1 398	—	164
Efisacar — Aluguer e Comércio de Bens Mó- veis, S. A.	60 000	5,00	14,67	—	880	—	108
Cimpofin — Projectos Técnicos e Financei- ros, S. A. (a)	129 687	4,99	5,00	—	649	—	—
Avipronto — Sociedade Transf. de Produtos Alimentares, S. A.	597 000	1,00	1,00	—	597	—	—
Unicre — Cartão Inter. de Crédito, S. A. (a)	5 000	4,99	110,89	—	555	—	44
AMB — SGPS, S. A. (a)	33 300	4,99	4,99	—	166	—	34
Sociedade Desenv. e Exploração da Marina da Barra, S. A. (a)	125 000	1,00	1,00	—	125	—	—
Coimbravita — Agência de Desenvolvimento Regional, S. A. (a)	1	—	74 819,69	—	75	—	—
Quartenaire Portugal, S. A. (a)	4 920	4,99	8,17	—	40	—	—
Adrave — Agência de Desenvolvimento do Vale do Ave, S. A. (a)	5 000	4,99	4,99	—	25	—	—
PME Investimentos, S. A. (c)	2 000	4,99	4,77	—	10	—	—
PME Capital — Soc. Port. de Risco, S. A. (c)	2 000	4,99	4,77	—	10	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	1 161	—	—
Cervejas de Nampula, S.A.R.L.	14 214	—	—	—	1 099	—	—
Moçambique — Companhia de Seguros, S.A.R.L.	1 080 000	—	0,04	—	42	—	—
Velmax, L. ^{da}	1	—	19,52	—	20	—	—
Outras imobilizações financeiras	—	—	—	—	31	—	—
Suprimentos	—	—	—	—	—	—	—
CGM — Compras em Grupo de Moçambique	—	—	—	—	31	—	—
Total					228 227	104	5 268

(a) Títulos da carteira individual do BPN.

(b) Dos quais 760 000 títulos pertencentes à carteira individual do BPN.

(c) Dos quais 1000 títulos pertencentes à carteira individual do BPN.

(d) Dos quais 51 000 títulos pertencentes à carteira individual do BPN.

11 — Activo imobilizado:

Os movimentos e saldos do activo imobilizado constam dos dois mapas seguintes, elaborados de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

Imobilizações corpóreas e incorpóreas consolidadas

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	22 804	14 443	2 878	—	393	3 814	(104)	4	7 710
Trespases	2 077	—	350	—	—	—	—	—	2 427
Despesas de estabelecimento	6 373	4 378	589	—	60	1 360	(61)	—	1 223
Custos plurianuais	1 619	1 461	—	—	(60)	93	—	4	1
Despesas de investigação e desenvol-vimento	1 122	1 010	1 628	—	(83)	75	—	—	1 582
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	11 033	7 099	295	—	476	2 245	—	—	2 460
Outras	580	495	16	—	—	41	(43)	—	17
Imobilizações corpóreas	77 422	28 139	6 599	—	144	9 417	(1 304)	7 313	37 992
Imóveis de serviço próprio	5 304	514	9	—	68	97	1	—	4 771
Obras em imóveis arrendados	18 500	5 074	1 316	—	131	1 998	(17)	—	12 858
Outros imóveis	1 742	501	—	—	(64)	11	(1 113)	—	53
Equipamento	23 744	15 267	784	—	9	2 779	(96)	111	6 284
Património artístico	2 618	—	188	—	—	—	—	1 904	902
Imóveis em locação financeira	20 088	3 325	4 236	—	—	3 657	(81)	5 290	11 971
Equipamento em locação financeira	5 283	3 366	66	—	—	846	2	8	1 131
Outras imobilizações corpóreas	143	92	—	—	—	29	—	—	22
Imobilizações em curso	801	—	454	—	(537)	—	(275)	8	435
Imobilizações incorpóreas	272	—	250	—	—	(344)	—	—	178
Imóveis	138	—	103	—	(135)	—	—	—	106
Equipamento	39	—	1	—	(39)	—	—	—	1
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobili-zações	352	—	100	—	(19)	—	(275)	8	150
<i>Totais</i>	101 027	42 582	9 931	—	—	13 231	(1 683)	7 325	46 137

Imobilizações corpóreas e incorpóreas individuais

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	14 101	7 510	870	—	284	2 784	(43)	—	4 918
Trespases	2 077	—	350	—	—	—	—	—	2 427
Despesas de estabelecimento	4 467	3 040	486	—	—	2 212	—	—	701
Custos plurianuais	469	373	—	—	—	66	—	—	30
Despesas de investigação e desenvol-vimento	173	173	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	6 373	3 463	18	—	284	1 468	—	—	1 744
Outras	542	461	16	—	—	38	(43)	—	16
Imobilizações corpóreas	44 749	17 080	1 803	—	144	4 576	—	1 909	23 131
Imóveis de serviço próprio	5 218	505	9	—	68	88	—	—	4 702
Obras em imóveis arrendados	16 803	4 352	1 269	—	67	1 742	—	—	12 045
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	16 790	10 482	366	—	9	1 942	—	4	4 737
Património artístico	2 439	—	159	—	—	—	—	1 904	694
Imóveis em locação financeira	146	146	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento em locação financeira	3 345	1 157	—	—	—	804	—	1	953
Outras imobilizações corpóreas	8	8	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	755	—	298	—	(428)	—	(275)	—	350
Imobilizações incorpóreas	253	—	95	—	(254)	—	—	—	94
Imóveis	138	—	103	—	(135)	—	—	—	106

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amorti- zações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amorti- zações acumuladas	Aqui- sições	Reava- liações (líquido)					
Equipamento	39	—	—	—	(39)	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações	325	—	100	—	—	—	(275)	—	150
<i>Totais</i>	59 605	24 590	2 791	—	—	7 360	(318)	1 909	28 399

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Aplicações em instituições de crédito no País:				
Mercado monetário interbancário	—	—	426	—
Depósitos com pré-aviso e a prazo	1 743	35 000	5 516	12 500
Aplicações a muito curto prazo	—	—	—	44 246
Outras aplicações	—	534 400	4 246	505 239
	<u>1 743</u>	<u>569 400</u>	<u>10 188</u>	<u>561 985</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos com pré-aviso e a prazo	17 497	16 689	4 997	4 997
Aplicações a muito curto prazo	—	—	15 835	15 835
Outras aplicações	61 710	25 438	16 651	31 561
	<u>79 207</u>	<u>42 127</u>	<u>37 483</u>	<u>52 393</u>
	<u>80 950</u>	<u>611 527</u>	<u>47 671</u>	<u>614 378</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o escalonamento dos outros créditos sobre instituições de crédito, desdobrados em função da sua duração residual, era o seguinte:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Até três meses	62 448	441 295	32 736	540 873
De três meses a um ano	18 316	170 232	2 375	23 505
De um ano a cinco anos	—	—	4 959	50 000
Mais de cinco anos	186	—	7 601	—
	<u>80 950</u>	<u>611 527</u>	<u>47 671</u>	<u>614 378</u>

Créditos sobre clientes:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre clientes analisam-se como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Crédito interno:				
Desconto	189 586	189 586	180 568	180 568
Outros créditos titulados por efeitos	149 797	149 797	144 386	144 386
Créditos em conta corrente	1 478 958	1 467 257	1 265 145	1 227 982
Descobertos em depósitos à ordem	104 353	101 403	203 029	199 919
Créditos tomados — <i>factoring</i>	86 522	21	57 724	—
Créditos de operações de locação financeira	242 640	—	242 133	7 318
Outros créditos	1 264 045	997 885	1 120 016	781 731
	<u>3 515 901</u>	<u>2 905 949</u>	<u>3 213 001</u>	<u>2 541 904</u>
Crédito ao exterior	322 145	163 197	313 889	143 344
	<u>3 838 046</u>	<u>3 069 146</u>	<u>3 526 890</u>	<u>2 685 248</u>
Crédito e juros vencidos	98 837	32 972	99 187	31 259
	<u>3 936 883</u>	<u>3 102 118</u>	<u>3 626 077</u>	<u>2 716 507</u>

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	(19 488)	(6 887)	(18 078)	(5 970)
Provisão para crédito vencido	(67 248)	(19 209)	(64 261)	(19 114)
Provisão para risco-país	(864)	(416)	(1 319)	(250)
<i>Total de provisões</i>	<i>(87 600)</i>	<i>(26 512)</i>	<i>(83 658)</i>	<i>(25 334)</i>
	3 849 283	3 075 606	3 542 419	2 691 173

Para além da provisão para créditos e juros vencidos e para risco-país, o Banco e o consolidado têm outras provisões apresentadas no passivo (v. nota n.º 24) no valor de 31 428 milhares de euros (2003 — 27 233 milhares de euros) e 38 974 milhares de euros (2003 — 34 981 milhares de euros), respectivamente, que também se destinam a cobrir riscos de crédito (provisões para riscos gerais de crédito).

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Até três meses	1 183 793	1 040 980	1 205 845	1 007 332
De três meses a um ano	1 106 586	915 468	903 923	772 239
De um a cinco anos	829 323	604 723	960 141	575 496
Mais de cinco anos	717 827	507 975	457 934	330 181
Duração indeterminada	99 354	32 972	98 234	31 259
	3 936 883	3 102 118	3 626 077	2 716 507

A carteira de crédito (valores consolidados), no final de 2004, encontrava-se distribuída pelas seguintes instituições:

Empresa	2004 (a)	2003 (b)	Variação anual (percentagem)	Porcentagem no total do crédito
BPN, S. A.	3 083 945	2 698 973	14,3	73,5
Banco Efisa	202 139	257 928	— 21,6	4,8
BPN Cayman	132 898	121 305	9,6	3,2
BPN Crédito, IFIC	766 835	736 240	4,2	18,3
BPN Creditas Brasil (b)	—	91	—	—
BPN Brasil	12 646	3210	294,0	0,3
<i>Total</i>	<i>4 198 463</i>	<i>3 817 747</i>	<i>10,0</i>	<i>100,0</i>

(a) Inclui o crédito securitizado no montante de 261 580 milhares de euros em 2004 e de 191 669 milhares de euros em 2003.

(b) Em 2004 a empresa consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

Sector de actividade	2004 (a)	2003 (a)	Variação anual (percentagem)	Porcentagem no total do crédito
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	53 389	77 699	— 31,3	1,27
Indústrias extractivas	42 297	32 484	30,2	1,01
Alimentação, bebidas e tabacos	59 998	32 845	82,7	1,43
Têxteis	85 244	77 659	9,8	2,03
Madeira e cortiça	36 843	33 050	11,5	0,88
Papel, artes gráficas e editoras	33 061	17 715	86,6	0,79
Químicas e actividades conexas	19 566	13 541	44,5	0,47
Produtos minerais não metálicos	62 580	42 135	48,5	1,49
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	57 121	29 838	91,4	1,36
Fabrico de mobiliário e outras indústrias transformadoras	76 177	61 208	24,5	1,81
Electricidade, água e gás	20 087	16 707	20,2	0,48
Construção	489 598	384 258	27,4	11,66
Actividades imobiliárias	619 026	525 008	17,9	14,74
Comércio a retalho (excepto de veículos)	120 090	83 517	43,8	2,86
Comércio por grosso e agentes de comércio	296 776	283 735	4,6	7,07
Comércio, manutenção e reparação de veículos	79 750	60 381	32,1	1,90
Restaurantes e hotéis	73 896	56 596	30,6	1,76
Transporte, armazenagem e comunicações	96 034	64 385	49,2	2,29
Outras actividades de serviços prestados	287 358	297 407	— 3,4	6,84
Intermediação financeira	288 099	246 842	16,7	6,86
Outros	245 425	452 804	— 45,8	5,85
Particulares	1 056 048	927 932	13,8	25,15
<i>Total</i>	<i>4 198 463</i>	<i>3 817 747</i>	<i>10,0</i>	<i>100,00</i>

(a) Inclui o crédito securitizado no montante de 261 580 milhares de euros em 2004 e de 191 669 milhares de euros em 2003.

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas e financeiras:

Não foi efectuada qualquer reavaliação de imobilizado durante o exercício de 2004.

O saldo apresentado na rubrica de reservas de reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 3 milhares de euros, é pela atribuição de novas acções de uma participação do Banco (reavaliação de imobilizações financeiras), ocorrida em anteriores;

As imobilizações corpóreas e financeiras reavaliadas em exercícios anteriores do Banco resumem-se como segue:

	Custo histórico	Reavaliações de exercícios anteriores	Amortizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2004
Imobilizações:				
Corpóreas	1 386	437	(606)	1 217
Corpóreas (não reavaliadas)	42 939	—	(21 025)	21 914
	44 325	437	(21 631)	23 131
Financeiras	24 793	3	—	24 796

16 — Trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

Conforme o mapa de movimentos e saldos do activo imobilizado apresentado na nota n.º 11, encontram-se reflectidos na rubrica de imobilizações incorpóreas os seguintes montantes:

Trespasses — 2427 milhares de euros relativos à aquisição dos direitos de arrendamento para instalação de agências do BPN;

Despesas de estabelecimento — 6961 milhares de euros (BPN individual — 4953 milhares de euros) referentes essencialmente a despesas de constituição e abertura de agências;

Custos plurianuais — 1555 milhares de euros (BPN individual — 469 milhares de euros) respeitantes a despesas com aumentos de capital e publicidade institucional;

Despesas de investigação e desenvolvimento — 2667 milhares de euros (BPN individual — 173 milhares de euros) relativos, na sua maioria, a custos com desenvolvimento interno de *software* e com estudos de mercado;

Sistemas de tratamento automático de dados — 11 804 milhares de euros (BPN individual — 6675 milhares de euros) relativos, essencialmente, à aquisição e desenvolvimentos de programas informáticos.

18 — Débitos para com instituições de crédito, para com clientes e outros débitos representados por títulos:

Débitos para com instituições de crédito:

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo ou compré-aviso, quanto à sua natureza é composto como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
À vista:				
No País	3 555	17 286	5 301	7 956
No estrangeiro	21 024	305 629	16 239	692 567
	24 579	322 915	21 540	700 523
A prazo ou com pré-aviso:				
No País:				
Mercado monetário interbancário	4 000	4 000	14 000	—
Depósitos a prazo	52 682	52 682	38 651	38 652
Outros recursos	32 745	23 108	13 609	—
	89 427	79 790	66 260	38 652
No estrangeiro:				
Depósitos a prazo	66 396	267 852	129 454	81 898
Outros recursos	205 937	138 062	30 106	20 320
	272 333	405 914	159 560	102 218
	386 339	808 619	247 360	841 393

Quanto à sua duração residual, os débitos para com instituições de crédito decompõem-se como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Exigível à vista	24 579	322 915	21 540	700 523
Exigível a prazo:				
Até três meses	212 270	278 927	66 547	26 442
De três meses a um ano	29 879	96 777	15 426	12 695
De um ano a cinco anos	110 000	110 000	134 233	101 733
Duração indeterminada	9 611	—	9 614	—
	361 760	485 704	225 820	140 870
	386 339	808 619	247 360	841 393

Débitos para com clientes:

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
À vista:				
Depósitos à ordem	956 123	897 746	1 089 058	988 783
A prazo:				
Depósitos a prazo	2 622 766	2 061 372	2 833 832	2 118 294
Cheques e ordens a pagar	6 701	6 644	7 720	7 720
Outros	21 236	5 610	22 303	4 864
	<u>2 650 703</u>	<u>2 073 626</u>	<u>2 863 855</u>	<u>2 130 878</u>
Depósitos de poupança:				
Reformados	41 767	41 767	38 437	38 437
Outros	78 138	78 138	22 220	22 220
	<u>119 905</u>	<u>119 905</u>	<u>60 657</u>	<u>60 657</u>
	<u>3 726 731</u>	<u>3 091 277</u>	<u>4 013 570</u>	<u>3 180 318</u>

Quanto à sua duração residual, estes débitos decompõem-se como segue:

Prazos	2004						2003	
	Consolidado			Banco			Consolidado	Banco
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Total	Total
Exigível à vista	—	956 123	956 123	—	897 746	897 746	1 089 058	988 783
Exigível a prazo:								
Até três meses	32 949	1 866 387	1 899 336	32 949	1 555 827	1 588 776	2 050 858	1 660 460
De três meses a um ano ..	83 167	712 972	796 139	83 167	473 038	556 205	807 238	487 226
De um a cinco anos	3 789	71 193	74 982	3 789	44 761	48 550	65 695	43 849
Mais de cinco anos	—	151	151	—	—	—	168	—
Indeterminado	—	—	—	—	—	—	553	—
	<u>119 905</u>	<u>2 650 703</u>	<u>2 770 608</u>	<u>119 905</u>	<u>2 073 626</u>	<u>2 193 511</u>	<u>2 924 512</u>	<u>2 191 515</u>
	<u>119 905</u>	<u>3 606 826</u>	<u>3 726 731</u>	<u>119 905</u>	<u>2 971 372</u>	<u>3 091 277</u>	<u>4 013 570</u>	<u>3 180 318</u>

Débitos representados por títulos — outros:

Esta rubrica relativamente à sua duração residual, decompõe-se como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Exigível a prazo:				
Até três meses	72	—	12 984	—
De três meses a um ano	27 144	—	21 344	—
De um ano a cinco anos	9	—	27 484	—
	<u>27 225</u>	<u>—</u>	<u>61 812</u>	<u>—</u>

20 — Débitos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante dos débitos do consolidado BPN, S. A. relativos a empresas participadas ascende a 1166 milhares de euros (2003 — 4560 milhares de euros). Individualmente não existem débitos do BPN, S. A., perante empresas participadas (2003 — 158 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do mapa do mapa de débitos e créditos com empresas participadas e coligadas (v. nota n.º 8).

21 — Débitos perante empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante dos débitos do consolidado BPN, S. A., relativos a empresas coligadas ascende a 69 298 milhares de euros (2003 — 32 835 milhares de euros). Este montante é na sua totalidade de débitos do BPN, S. A., perante empresas coligadas (2003 — 32 835 milhares de euros). O detalhe deste saldo, por empresa, consta do mapa de débitos e créditos com empresas participadas e coligadas (v. nota n.º 8).

22 — Passivos subordinados:

A rubrica de passivos subordinados compõe-se como segue:

Denominação	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	25 000	Maio de 2003	Maio de 2013	(a)
Obrigações de caixa subordinadas BPN	50 000	Junho de 2003	Junho de 2013	(a)
Obrigações de caixa subordinadas BPN	25 000	Junho de 2003	Junho de 2013	(a)

(a) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos assumidos perante terceiros encontram-se relevados nas contas extrapatrimoniais, tendo a seguinte discriminação:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:				
Garantias e avals prestados	353 240	347 679	296 620	297 589
Cartas de crédito <i>stand-by</i> — papel comercial	4 439	4 439	20 689	50 689
Créditos documentários abertos	14 837	14 230	11 559	11 315
Transacções com recurso	—	—	—	—
	<u>377 516</u>	<u>366 348</u>	<u>328 868</u>	<u>359 593</u>
Activos dados em garantia	<u>31 647</u>	<u>28 560</u>	<u>28 874</u>	<u>25 550</u>
Compromissos perante terceiros:				
Compromissos irrevogáveis	119 219	117 791	116 088	93 658
Compromissos revogáveis	585 448	503 337	622 856	505 064
	<u>704 667</u>	<u>621 128</u>	<u>738 944</u>	<u>598 722</u>
Responsabilidades por prestações de serviços:				
Por depósito e guarda de valores	6 138 927	5 602 855	3 076 779	3 067 105
Por cobrança de valores	74 549	72 376	3 746	—
	<u>6 213 476</u>	<u>5 675 131</u>	<u>3 080 525</u>	<u>3 067 105</u>

24 — Movimento de provisões:

Os movimentos ocorridos nas várias rubricas de provisões decompõem-se como segue:

	Banco					
	Saldo inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Transfe-rências	Saldo final
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	5 970	2 724	(1 807)	—	—	6 887
Provisões para crédito vencido	19 114	9 039	(480)	(8 464)	—	19 209
Provisões para depreciação de títulos de investimento	231	873	(1 018)	—	(10)	76
Provisões para risco-país	250	393	(227)	—	—	416
Provisões para imobilizações financeiras	263	12	—	—	—	275
Provisões para riscos gerais de crédito	27 233	4 399	(204)	—	—	31 428
Provisões para outros riscos e encargos	56	1 269	(227)	227	—	1 325
	<u>53 117</u>	<u>18 709</u>	<u>(3 963)</u>	<u>(8 237)</u>	<u>(10)</u>	<u>59 616</u>
	Consolidado					
	Saldo inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Transfe-rências	Saldo final
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	18 079	8 941	(7 532)	—	—	19 488
Provisões para crédito vencido	64 260	38 024	(11 733)	(23 303)	—	67 248
Provisões para depreciação de títulos de investimento	3 196	3 716	(2 180)	—	(10)	4 722
Provisões para risco-país	1 319	1 213	(1 668)	—	—	864
Provisões para imobilizações financeiras	726	131	(310)	—	—	547
Provisões para riscos gerais de crédito	34 981	6 785	(2 792)	—	—	38 974
Provisões para outros riscos e encargos	1 303	2 310	(957)	(269)	(239)	2 148
Provisões para outras aplicações	87	1 157	(23)	—	—	1 221
	<u>123 951</u>	<u>62 277</u>	<u>(27 195)</u>	<u>(23 572)</u>	<u>(249)</u>	<u>135 212</u>

Na subsidiária BPN, S. A., foi calculado um montante de 1264 milhares de euros sobre os resultados do exercício, como impostos diferidos, que foram registados na rubrica de provisão para outros riscos e encargos tendo como contrapartida a rubrica de impostos sobre os lucros.

Na mesma subsidiária, foi registado, durante o exercício de 2004, na rubrica de provisões para outros riscos e encargos o montante de 227 milhares de euros que foram anulados pela rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

25 — Critérios de distinção entre títulos de negociação e de investimento:

Os critérios utilizados para distinguir os títulos de negociação constantes das rubricas de obrigações e os outros títulos de rendimento fixo e acções e outros títulos de rendimento variável do activo dos que constituem títulos de investimento estão referidos na nota n.º 3.3, alínea c).

27 — Contas de regularização:

Contas de regularização do activo:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Proveitos a receber:				
De disponibilidades	5	5	20	20
De aplicações	26 341	19 113	21 054	14 844
De imobilizações	179	—	229	—
De outros proveitos a receber	1 472	—	512	41
De operações extrapatrimoniais	41	—	—	—
	<u>28 038</u>	<u>19 118</u>	<u>21 815</u>	<u>14 905</u>
Despesas com custo diferido:				
De recursos alheios	173	—	474	—
Outras despesas	10 794	9 133	7 748	5 237
Comissões pagas	2 251	410	3 095	—
De operações extrapatrimoniais	466	466	8	9
	<u>13 684</u>	<u>10 009</u>	<u>11 325</u>	<u>5 246</u>
Flutuação de valores:				
Em aplicações	—	—	—	—
Ganhos actuariais	4 138	4 080	3 301	3 255
Em imobilizações	11 972	—	8 825	—
Outras	214	—	107	—
	<u>16 324</u>	<u>4 080</u>	<u>12 233</u>	<u>3 255</u>
Outras contas de regularização:				
Proveitos e custos em suspenso	3 527	—	7 012	—
Operações activas a regularizar	2 061	1 109	3 173	1 446
Operações de bolsa a regularizar	—	—	—	—
Economato	—	—	36	35
Outras	—	30	3 783	50
	<u>5 588</u>	<u>3 139</u>	<u>14 004</u>	<u>1 531</u>
	<u>63 634</u>	<u>34 346</u>	<u>59 377</u>	<u>24 937</u>

Contas de regularização do passivo:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Custos a pagar:				
De recursos alheios	28 645	22 022	20 930	13 448
De capitais próprios e equiparados	259	259	265	265
De custos administrativos	6 785	5 104	6 132	4 781
De outros custos a pagar	693	105	655	84
De operações extrapatrimoniais	52	—	—	—
	<u>36 434</u>	<u>27 490</u>	<u>27 982</u>	<u>18 578</u>
Receitas com proveito diferido:				
De aplicações	3 030	2 846	4 171	4 161
De rendas de locação operacional	165	—	50	—
Outras receitas	2 172	1 518	2 487	1 708
De operações extrapatrimoniais	622	606	499	496
	<u>5 989</u>	<u>4 970</u>	<u>7 207</u>	<u>6 365</u>

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Flutuação de valores:				
Em aplicações	104	—	394	389
Outras contas de regularização:				
Proveitos e custos em suspenso	1 176	896	3 421	3 100
Valores cobrados a regularizar	326	240	307	307
Operações sobre valores mobiliários	—	6 509	—	1 874
Outras	11 139	2 336	5 686	1 035
	12 641	9 981	9 414	6 316
Outras contas internas	181	184	—	2 402
	55 349	42 625	44 997	34 050

28 — Valorização da carteira de títulos:

a) O montante ainda não imputado a resultados respeitante:

A títulos emitidos pelo Banco e pelas suas subsidiárias — não foram emitidos quaisquer títulos por valor inferior ao seu valor de reembolso;

A diferença nos títulos de investimento que tenham sido adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso ascende ao montante de 101 milhares de euros — prémio — (Banco individual — 12 milhares de euros), sendo repartido igualmente de forma escalonada até ao vencimento dos mesmos;

A diferença nos títulos de investimento que tenham sido adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso ascende ao montante de 735 milhares de euros — desconto — (Banco individual sem valores), sendo repartido igualmente de forma escalonada até ao vencimento dos mesmos;

A movimentos de títulos a vencimento — não existem movimentos.

b) A diferença entre o valor de mercado e o montante por que estão contabilizados os títulos de investimento é positiva em 1620 milhares de euros (Banco individual — 826 milhares de euros), tendo

sido constituídas provisões para menos-valias potenciais existentes, no montante de 76 milhares de euros (Banco individual — 76 milhares de euros).

c) Existem títulos de negociação nos activos à data de 31 de Dezembro de 2004 nos quais o valor de mercado é:

Superior ao valor de aquisição no montante de 467 milhares de euros (Banco individual sem valores);

Inferior ao valor de aquisição no montante de 45 milhares de euros (Banco individual sem valores).

d) Não existem lucros e prejuízos não realizados, e imputados aos resultados do exercício, com origem na avaliação a preços de mercado dos títulos da carteira de negociação constante do balanço à data de 31 de Dezembro de 2004.

29 — Movimento das contas de capitais próprios:

O movimento ocorrido nas contas de capitais próprios foi como segue:

	Banco				
	Saldo em 2003	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo em 2004
Capital subscrito	230 000	70 000	—	—	300 000
Prémios de emissão	6 790	—	—	—	6 790
Reservas:					
Reserva legal	5 484	—	—	1 308	6 792
Reservas de reavaliação	3	—	—	—	3
Outras reservas	1 029	—	—	—	1 029
	6 516	—	—	1 308	7 824
Resultados transitados	(3 686)	—	—	724	(2 962)
Resultados do exercício:					
2003	13 079	—	(11 047)	(2 032)	—
2004	—	12 328	—	—	12 328
	252 699	82 328	(11 047)	—	323 980

	Consolidado				
	Saldo em 2003	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo em 2004
Capital subscrito	230 000	70 000	—	—	300 000
Prémios de emissão	6 790	—	—	—	6 790
Reservas:					
Reserva legal	5 484	—	—	1 308	6 792
Reservas de reavaliação	3	—	—	—	3
Outras reservas	(4 943)	—	—	13 170	8 227
	544	—	—	14 478	15 022
Resultados transitados	(3 686)	—	—	724	(2 962)
Interesses minoritários	1 828	—	—	681	2 509

	Consolidado			
	Saldo em 2003	Aumentos	Reduções	Saldo em 2004
Resultados do exercício:				
2003	27 579	—	(11 696)	—
2004	—	34 457	—	34 457
	263 055	104 457	(11 696)	355 816

Capital subscrito e prémios de emissão:

O Capital social está representado por 60 milhões de acções de valor nominal de 5 euros e encontrando-se realizado no montante de 275 000 milhares de euros.

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. Conforme deliberação da assembleia geral realizada em 9 de Março de 2004, foi transferido para reserva legal como aplicação do resultado de 2003, o valor de 1308 milhares de euros.

Resultados transitados:

Os resultados transitados incluem, para além de resultados de exercícios anteriores, uma variação positiva de 724 milhares de euros, distribuído no exercício de 2004 como aplicação do resultado de 2003, conforme deliberação da assembleia geral realizada em 9 de Março de 2004.

Outras reservas:

A variação ocorrida na rubrica de reservas do balanço consolidado, durante o exercício de 2004, teve a seguinte decomposição:

	Montante
Reservas em 31 de Dezembro de 2003	(4 943)
Lucro consolidado de 2003	27 579
Dividendos distribuídos de 2004 (BPN Cayman)	(6 000)
Outros ajustamentos	2 637

	Montante
Distribuição aos colaboradores	(1 046)
Dividendos distribuídos de 2003	(10 000)
	8 227

Resultado consolidado:

O Resultado consolidado do BPN, S. A. foi determinado da seguinte forma:

	Montante
BPN — Banco Português de Negócios, S. A.	12 328
BPN Participações Financeiras — SGPS, L. ^{da}	5 136
BPN Crédito — Instituição Financeira de Crédito, S. A.	8 290
Banco Efisa, S. A.	1 729
BPN Imofundos — Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, S. A.	4 554
BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora Fundos Investimento Mobiliário, S. A.	2 138
SLN Madeira — SGPS, S. A.	5 168
BPN Cayman, Ltd.	6 670
BPN Brasil, S. A.	(175)
BPN Créditos Brasil, L. ^{da}	(482)
Real Vida Seguros, S. A.	597
BPN Madeira, SGPS, S. A.	(9)
Ajustamentos de consolidação	(11 487)
	34 457

31 — Outros activos e passivos:

Outros activos:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	4	—	4	—
Devedores:				
IVA a recuperar	565	274	4 539	218
Por IRC a recuperar	761	375	779	—
Diversos	17 384	10 471	26 056	7 075
Aplicações por recuperação de créditos	26 622	17 361	18 617	13 447
Aplicações — conta caução	2	2	—	—
Devedores por operações sobre futuros e opções	903	517	643	509
Outras aplicações	42 852	42 852	81 732	81 732
Prestações suplementares de capital	—	—	—	—
Suprimentos	31	106 039	1761	106 039
	89 124	177 891	134 131	209 020

Outros passivos:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Credores	—	—	—	—
Fornecedores	6 572	4 218	10 579	5 600
Credores por contratos de <i>factoring</i>	2 928	—	2 540	—

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Credores	—	—	—	—
Credores por operações sobre valores mobiliários	—	—	—	—
Credores diversos	27 868	160	23 094	1 481
Sector público administrativo:				
IRC a pagar	2 689	15	3 015	2 307
Outros impostos a entregar ao Estado	5 566	4 307	5 094	4 310
Outras	1 097	615	2 171	670
	46 720	9 315	46 493	14 368

Na rubrica supra de outros activos — outras aplicações estão incluídos os montantes de 42 852 milhares de euros adquiridos pelo Banco no exercício, e respeitantes à aquisição da componente de juros nos contratos cedidos no âmbito de operações de securitização.

O detalhe do saldo de suprimentos concedidos, em termos consolidados, consta do inventário consolidado de títulos e participações financeiras (v. nota n.º 10).

Na rubrica supra de outros activos — suprimentos, do Banco individual, estão incluídos 105 988 milhares de euros, referentes a suprimentos à sociedade BPN Participações Financeiras — SGPS, L.da

Na rubrica de credores diversos, estão incluídos suprimentos da BPN — SGPS, S. A., à sociedade BPN Participações Financeiras — SGPS, L.da, no valor de 5956 milhares de euros.

32 — Fundos administrativos em nome próprio mas por conta de outrem:

O Banco não tem fundos de conta de outrem administrados em nome próprio. Contudo as subsidiárias administram os fundos a seguir indicados:

	2004	2003
Administração em nome próprio mas por conta de outrem	191 109	167 719
Administração por procuração	294 894	217 703
Fundos de investimento	1 580 772	1 031 605

De referir ainda que a subsidiária BPN Crédito IFIC, S. A., de acordo com os *receivables servicing agreement* celebrado no momento da concretização de titularização de créditos, recebe valores de rendas (capital e juros) dos contratos titularizados por conta das entidades adquirentes daquelas, valores que entrega até dia 10 do mês seguinte a que dizem respeito.

A 31 de Dezembro de 2004 encontram-se registados na rubrica de outros passivos 3831 milhares de euros (3596 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2003) entregues em Janeiro de 2005.

33 — Operações a prazo:

Com referência a 31 de Dezembro de 2004, existiam os seguintes montantes respeitantes a operações a prazo, realizadas pelo Banco e pelo consolidado, e ainda não vencidas:

	Banco			
	Valor de contrato	Valor de mercado	Valor de balanço	Risco de crédito
Operações cambiais:				
Forward:				
Compra	194 023	191 816	191 816	191 816
Venda	61 431	59 978	59 978	
Interest rate swaps:				
Cobertura	66 896	466	466	466
Negociação	630 820	307	307	—
Forward rate agreement:				
Negociação:				
Venda	250 000	17	17	17
	—	—	—	
	Consolidado			
	Valor de contrato	Valor de mercado	Valor de balanço	Risco de crédito
Operações cambiais:				
Forward:				
Compra	269 857	254 351	254 351	254 351
Venda	189 652	171 586	171 586	
Interest rate swaps:				
Cobertura	4 235	—	—	—
Negociação	630 820	307	307	

	Consolidado			
	Valor de contrato	Valor de mercado	Valor de balanço	Risco de crédito
<i>Forward rate agreement:</i>				
Negociação:				
Venda	250 000	17	17	17
	—	—	—	
Futuros de taxa de juro:				
Negociação:				
Compra	4 349	5 723	5 723	5 723
	—	—	—	
Futuros de moeda:				
Negociação:				
Compra	5 193	5 079	5 079	5 079
	—	—	—	

A 31 de Dezembro de 2004, encontram-se registados em *interest rate swaps* de negociação, 480 819 milhares de euros, respeitantes às titularizações efectuadas (v. nota n.º 48).

O montante registado em *forward rate agreements* e o montante de 150 000 milhares de euros constante na rubrica de *interest rate swap* de negociação, respeitam a operações de cobertura de taxa de juro de balanço (macrocobertura).

A decomposição do valor nominal, em 31 de Dezembro de 2004, dos contratos por maturidade é como segue:

	Banco					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<i>Forward:</i>						
Compra	161 173	20 664	12 186	—	—	194 023
Venda	49 193	11 283	955	—	—	61 431
<i>Interest rate swaps</i>	—	150 000	104 496	148 080	295 140	697 716
<i>Forward rate agreement:</i>						
Venda	250 000	—	—	—	—	250 000
	Consolidado					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<i>Forward:</i>						
Compra	237 002	20 664	12 191		—	269 857
Venda	129 136	31 947	13 146	15 423	—	189 652
<i>Interest rate swaps</i>	—	150 000	70 825	119 090	295 140	635 055
<i>Forward rate agreement:</i>						
Venda	250 000	—	—	—	—	250 000
Futuros de taxa de juro:						
Compra	4 349	—	—	—	—	4 439
Futuros de moeda:						
Negociação:						
Compra	—	5 193	—	—	—	5 193

34 — Efectivo médio anual de colaboradores:

O efectivo médio anual dos colaboradores ao serviço do consolidado BPN, S. A., resume-se como segue:

	2004	2003
Colaboradores do BPN	1 304	1 216
Colaboradores das subsidiárias financeiras do consolidado	317	334
Total colaboradores em empresas financeiras do consolidado	1 621	1 550
Colaboradores das subsidiárias não financeiras do consolidado	67	60
	1 688	1 610

A distribuição, por grandes categorias profissionais, do número médio de efectivos resume-se como segue:

	Consolidado		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Funções de administração	21	21	7	7
Funções de quadros superiores	137	142	89	86
Outras funções	1530	1 447	1 208	1 123
	1 688	1 610	1 304	1 216

Os custos com o pessoal ascendem aos montantes constantes do quadro anexo:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	2 371	1 177	2 314	1 171
Remunerações de empregados	37 267	29 010	32 757	24 381
Encargos sociais:				
Obrigatórios	11 299	8 979	9 351	7 160
Facultativos	186	66	366	140
Outros custos com o pessoal	1 381	156	568	39
	52 506	39 388	45 356	32 891

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

As remunerações pagas pelo BPN e pelas suas subsidiárias financeiras aos membros dos diversos conselhos de administração, durante o exercício de 2004, ascenderam a 2371 milhares de euros.

Aos fiscais únicos e revisores oficiais de contas do BPN e das mesmas subsidiárias foram pagos no exercício de 2004, a título de honorários, 130 milhares de euros.

Não foram assumidos ou contratados quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros daqueles órgãos.

37 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

O contravalor em euros em 31 de Dezembro de 2004 das rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, do Banco e do consolidado, expressas em moeda estrangeira, bem como o seu peso relativo face ao activo líquido e ao passivo total é como segue:

	Banco						
	2004						
	Dólares americanos	Ienes	Libras esterlinas	Franco suíços	Coroas norueguesas	Outras moedas	Total
Activo	101 000	1 178	8 088	1 085	600	372	112 323
Passivo	212 970	1 059	8 476	571	1 684	4 775	229 535
Activo/(passivo) líquido	(111 970)	119	(388)	514	(1 084)	(4 403)	(117 212)
Operações cambiais a prazo	123 145	76	1 773	—	1 153	5 691	131 838
Posição cambial global	11 175	195	1 385	514	69	1 288	14 626
Representado por:							
Posição estrutural	—	—	—	—	—	—	—
Posição operacional	11 175	195	1 385	514	69	1 288	14 626

	Consolidado						
	2004						
	Dólares americanos	Ienes	Libras esterlinas	Franco suíços	Coroas norueguesas	Outras moedas	Total
Activo	300 261	1 447	13 605	1 422	12 876	8 075	337 686
Passivo	310 118	1 315	14 115	904	—	12 561	339 013
Activo/(passivo) líquido	(9 857)	132	(510)	518	12 876	(4 486)	(1 327)
Operações cambiais a prazo	42 550	76	1 973	—	—	6 840	51 439
Posição cambial global	32 693	208	1 463	518	12 876	2 354	50 112
Representado por:							
Posição estrutural	—	—	—	—	12 876	1 172	14 048
Posição operacional	32 693	208	1 463	518	—	1 182	36 064

38 — Distribuição dos proveitos por mercados geográficos:

O detalhe dos proveitos gerados no exercício de 2004 por linhas de negócio e por mercados geográficos constam dos três mapas seguintes.

Modelo de segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2004:

	<i>Corporate finance</i>	<i>Trading and sales</i>	Corretagem (retalho)	Banca de retalho	Banca comercial
Juros e proveitos equiparados	3 706	6 809	—	63 375	143 272
Juros e custos equiparados	3 576	1 225	—	45 474	53 411
Comissões (proveito)	195	23	2 085	8 475	31 072
Comissões (custo)	5	53	370	7 131	1 091
Rendimento de títulos	—	328	—	—	—
Lucros em operações financeiras	—	78 432	—	3 832	2 400
Prejuízos em operações financeiras	—	72 213	—	2	674
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	21	1 777	—	15 029	9 986
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	—	1 639	—	36 171	22 365
Outros proveitos de exploração	3 859	43	—	8 868	14 376
Resultado líquido do exercício	4 200	12 282	1 715	10 801	123 565
Crédito sobre clientes	8 743	924	—	899 907	3 025 853
Débitos para com clientes	894	3 397	—	1 836 174	1 886 224
Activo líquido total	51 858	131 136	—	862 622	2 359 533

	Paga- mentos e liqui- dação	Custódia	Gestão de activos	Outros	Total
Juros e proveitos equiparados	—	—	—	21 877	239 039
Juros e custos equiparados	—	—	—	8 860	112 546
Comissões (proveito)	458	141	11 413	3 145	57 007
Comissões (custo)	—	—	2	1 005	9 657
Rendimento de títulos	—	—	—	178	506
Lucros em operações financeiras	—	—	—	4	84 668
Prejuízos em operações financeiras	—	—	—	—	72 889
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—	53	1 548	28 414
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	—	—	133	801	61 109
Outros proveitos de exploração	—	—	—	4 366	31 512
Resultado líquido do exercício	458	141	11 331	20 452	184 945
Crédito sobre clientes	—	—	—	1 456	3 936 883
Débitos para com clientes	—	—	—	42	3 726 731
Activo líquido total	—	—	2 959	1 365 475	4 773 583

Modelo de segmentação por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2004:

	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	África	Resto do mundo	Total
Juros e proveitos equiparados	208 416	17 952	12 671	—	—	239 039
Juros e custos equiparados	84 237	7 136	21 173	—	—	112 546
Comissões (proveito)	52 326	1 261	3 420	—	—	57 007
Comissões (custo)	9 043	88	526	—	—	9 657
Rendimento de títulos	506	—	—	—	—	506
Lucros em operações financeiras	34 391	5 771	44 506	—	—	84 668
Prejuízos em operações financeiras	29 983	2	42 904	—	—	72 889
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	27 283	463	668	—	—	28 414
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	58 846	641	1 622	—	—	61 109
Outros proveitos de exploração	31 120	29	363	—	—	31 512
Resultado líquido do exercício	171 933	17 609	(4 598)	—	—	184 945
Crédito sobre clientes	3 771 580	19 759	145 544	—	—	3 936 883
Débitos para com clientes	3 092 430	42 634	591 667	—	—	3 726 731
Activo líquido total	4 402 979	77 383	247 791	1 149	44 281	4 773 583

39 — Custos e proveitos residuais e extrapatrimoniais:

Outros proveitos e custos de exploração:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Outros proveitos de exploração:				
Rendimento de imóveis	4 511	288	2 914	124
Remuneração pelo exercício de cargos sociais	—	—	—	—
Prestação de serviços diversos	8 968	4 469	19 435	5 292
Reembolso de despesas	5 405	2 345	5 966	1 949
Lucros na alienação de bens adquiridos para cobrança de créditos	420	420	—	—
Mais-valias em bens de locação	5 017	—	563	—
Outros	7 191	3 035	7 038	2 161
	<u>31 512</u>	<u>10 557</u>	<u>35 916</u>	<u>9 526</u>
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	313	195	755	568
Contribuições para sistema indemnização a investidores	—	—	—	—
Outros	2 471	50	3 097	30
	<u>2 784</u>	<u>245</u>	<u>3 852</u>	<u>598</u>

Ganhos e perdas extraordinários:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias na realização de valores imobilizados	2 262	1 178	1 057	81
Indemnizações por incumprimento contratual	469	45	733	9
Recuperação de créditos incobráveis	1	—	39	—
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1	—	1	—
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	1 144	628	1 692	985
Outros	1 137	404	1 418	229
	<u>5 014</u>	<u>2 255</u>	<u>4 940</u>	<u>1 304</u>
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias na realização de valores imobilizados	7	—	366	—
Outras perdas em valores imobilizados	—	—	—	—
Multas e outras penalidades legais	177	67	72	48
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	27	27	41	41
Indemnizações por incumprimento contratual	4	4	—	—
Perdas relativas a exercícios anteriores	5 113	2 208	8 906	2 069
Outras perdas extraordinárias	955	762	180	154
	<u>6 283</u>	<u>3 068</u>	<u>9 565</u>	<u>2 312</u>

40 — Encargos no exercício relativos a passivos subordinados:

Os encargos no exercício relativos a passivos subordinados foram os seguintes:

	2004
Encargos imputados com passivos subordinados	4 267
Encargos pagos com passivos subordinados	4 273

41 — Imposto sobre o rendimento:

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos, individualmente, a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2001 e posteriores ficam

sujeitas a inspecção durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. Contado, é convicção das administrações do BPN e das subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A carga fiscal e os impostos pagos resume-se como segue:

	2004		2003		2002	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Estimativa para impostos	9 151	5 020	6 517	4 004	5 257	3 253
Pagamentos por conta de IRC efectuados no exercício	5 458	4 102	4 011	2 591	1 918	1 009

	2004		2003		2002	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Impostos diferidos	(1 265)	(1 265)	(609)	(609)	665	665
Entrega adicional/(reembolso) a efectuar no exercício seguinte	4 958	2 183	3 115	2 022	2 674	1 579

De acordo com o artigo 68.º-B do Código do IRC, os resultados das operações sobre instrumentos financeiros derivados (resultados com os contratos a prazo sobre divisas) são imputáveis ao exercício da liquidação das correspondentes operações, estando o imposto diferido no montante de 1321 milhares de euros sobre estes resultados, registado na rubrica de provisões para riscos e encargos.

No presente exercício, o BPN Crédito IFIC, não tem registado no seu activo qualquer valor correspondente a impostos diferidos activos. No entanto, o seu valor calculado à data de 31 de Dezembro de 2004 ascende a 7000 milhares de euros, resultando de diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e fiscais, sendo convicção da administração da sociedade que os mesmos são integralmente realizáveis.

42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício, numa base consolidada, ascende a 9151 milhares de euros, incidindo, essencialmente, sobre os resultados correntes e extraordinários, havendo lucros isentos no montante de 375 milhares de euros reportados à sucursal financeira exterior da Madeira do BPN e de 5168 milhares de euros da SLN Madeira — SGPS, S. A.

43 — Inclusão das contas do Banco noutra instituição:

As contas do BPN, S. A., serão consolidadas nas contas da sociedade BPN — SGPS, S. A., e SLN — Sociedade Lusa de Negócios, S. A., ambas com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2004 a sociedade BPN — SGPS, S. A., detém a totalidade do capital social do Banco.

44 — Empresas filiais noutros Estados-membros da União Europeia:

O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros da União Europeia, tendo instalada em França uma sucursal.

45 — Montantes das operações de locação financeira e locação operacional:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante das operações de locação financeira, como locador, ascende a 242 639 milhares de euros (2003 — 242 133 milhares de euros), o qual se encontra registado na rubrica de créditos sobre clientes. O saldo referente a 31 de Dezembro de 2004 é repartido pelo BPN Crédito IFIC (228 771 milhares de euros) e pelo Banco EFISA (13 868 milhares de euros).

Em relação às operações de locação operacional, as rendas futuras relativas a contratos deste tipo de locação ascendem a 4706 milhares de euros. Este saldo é na sua totalidade do BPN Crédito IFIC.

47 — Resultados provenientes de transacções com subsidiárias:

Os resultados individuais do Banco incluem 16 302 milhares de euros de custos e 13 156 milhares de euros de proveitos provenientes de transacções realizadas com empresas subsidiárias.

Os custos suportados pelo Banco dizem respeito essencialmente a juros e custos equiparados dentro da actividade corrente do Banco.

Em relação aos proveitos, 12 346 milhares de euros referem-se a juros e proveitos equiparados debitados às empresas subsidiárias dentro da actividade corrente do Banco (no ano anterior ascenderam a 13 576 milhares de euros), 425 milhares de euros proveniente do débito de comissões por serviços prestados pelo Banco, 209 milhares de euros relacionados com lucros em operações financeiras e 176 milhares de euros a título de participação no reembolso de despesas suportadas pelo Banco.

48 — Operações de titularização:

No dia 16 de Junho de 2004, a subsidiária BPN Crédito IFIC, concretizou uma operação de titularização de créditos no valor total de 185 622 milhares de euros, à entidade Chaves Funding N.º 4, Plc, a qual foi responsável pela emissão dos títulos (*notes*) para o mercado, com as seguintes características:

Denominação	Valor	Vencimento	Rating		Taxa de juro (percentagem)
			S&P	Moody's	
<i>Class A secured floating rate notes</i>	150 300	Maio de 2015	AAA	Aaa	Euribor 3M + 0,18
<i>Class B secured floating rate notes</i>	11 100	Maio de 2015	AA	Aa2	Euribor 3M + 0,35
<i>Class C secured floating rate notes</i>	9 300	Maio de 2015	A	A2	Euribor 3M + 0,50
<i>Class D secured floating rate notes</i>	14 900	Maio de 2015	BBB	Baa2	Euribor 3M + 0,95
	185 600				

A entidade Chaves Funding N.º 4, Plc, emitiu adicionalmente *residual certificates* (*class E secured floating rate notes*) no valor total de 15 000 000 de euros.

A sociedade subsidiária BPN Crédito IFIC adquiriu a totalidade dos títulos acima referidos (*residual certificates*), conforme apresentado na nota n.º 10 deste relatório.

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos nas contas da subsidiária BPN Crédito IFIC, dada a transferência da sua posse a título definitivo à entidade Chaves Funding N.º 4 Plc, mencionada anteriormente. No entanto, e em virtude da subsidiária BPN Crédito IFIC ter os títulos acima referidos (*residual certificates*) no seu balanço, os contratos cedidos continuam a ser objecto de provisionamento de acordo com os avisos n.ºs 3/95, 2/99 e 8/2003 e pela instrução n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

Entidade cedente/*originator*:

BPN Crédito DFIC, S. A.

Entidade compradora e emitente dos títulos/*issuer*:

Chaves Funding N.º 4, Plc.

Gestores/*managers*:

HSBC Bank, Plc;
Banco EFISA, S. A.

Principal agente pagador:

HSBC Bank, Plc.

Agente pagador:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

Agente depositário/*trustee*:

HSBC Trustee (C. I.), Ltd.

Conselheiros legais:

Matheson Orsmy Prentice;
Norton Rose;
Rebello de Sousa & Associados;
Vieira de Almeida & Associados.

Auditores da entidade emitente/issuer:

BDO Simpson Xavier.

Listing agent:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

A sociedade subsidiária BPN Crédito IFIC exerceu ainda a *call-option* da operação de titularização de créditos de Chaves I, que terminou assim antecipadamente em 2004.

Deste modo, estão a decorrer três operações de titularização de créditos, Chaves II, Chaves III e Chaves IV, sendo que, o saldo total sob gestão das referidas operações na subsidiária BPN Crédito IFIC era a 31 de Dezembro de 2004 de 261 580 439 euros.

49 — Pensões de reforma e de sobrevivência:

a) Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do acordo colectivo de trabalho da actividade bancária para com os empregados do BPN e das suas subsidiárias financeiras BPN Crédito IFIC, BPN Imofundos e BPN Gestão de Activos.

Estas responsabilidades estão cobertas por um fundo de pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2004, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados	1 467
Número de reformados e pensionistas	4

b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões:

O fundo é gerido pela companhia Real Seguros Vida, S. A.

c) Valor actual das responsabilidades:

1 — Reformados e pensionistas:

	2004	
	Consolidado	Banco
Pensão de viuvez e órfãos	584	191
Reforma antecipada	442	442
	1 026	633

2 — Activos:

	2004	
	Consolidado	Banco
2.1 — Responsabilidades com reformas (invalidez e velhice):		
Responsabilidades com serviços passados	36 365	33 703
Responsabilidades com serviços futuros	131 114	113 742
	167 479	147 445
2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:		
Responsabilidades com serviços passados	4 861	4 437
Responsabilidades com serviços futuros	8 922	7 484
	13 783	11 921

d) Valor do fundo de pensões:

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2004 ascende a 38 715 milhares de euros.

e) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

O montante das responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo, com origem nos empregados admitidos na banca antes de 1 de Janeiro de 1995, ascende a 3258 milhares de euros (BPN — 3142 milhares de euros).

f) Activos do fundo utilizados por sociedades em relação de Grupo:

Não existe qualquer activo do fundo utilizado pelas sociedades em relação de grupo.

g) Reconhecimento de custos:

Relevação contabilística dos custos anuais	2004	
	Consolidado	Banco
1 — Custos com o pessoal:		
1.1 — Custo do serviço corrente	4 027	3 384
1.2 — Custos dos juros	2 016	1 813
1.3 — Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(1 711)	(1 540)
2 — Resultados extraordinários — perdas relativas a exercícios anteriores:		
2.1 — Custo anual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, com idade presumível de reforma depois de 31 de Dezembro de 1997	320	314
2.2 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas	—	—
3 — Resultados extraordinários — outras perdas:		
3.1 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	621	430
4 — Resultados extraordinários — outros ganhos:		
4.1 — Amortização anual de receitas com proveito diferido relativas a ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos ou das condições dos planos	(765)	(190)
5 — Reconhecimento como custos do exercício	4 508	4 211

h) Contribuições entregues ao fundo no exercício:

No exercício de 2004 foram efectuadas entregas para o fundo de pensões no montante de 9991 milhares de euros (BPN — 9431 milhares de euros).

i) Montante das pensões pagas pelo fundo durante o exercício:

Durante este exercício o fundo de pensões efectuou o pagamento de 45 milhares de euros (BPN — 39 milhares de euros).

j) Principais pressupostos actuariais e financeiros:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Taxa de rendimento para os pensionistas (em percentagem)	5
Taxa de rendimento para os activos (em percentagem)	5,5
Taxa de crescimento salarial (em percentagem)	2,5
Taxa de crescimento para as pensões (em percentagem)	1,5

k) Movimentos verificados no exercício de 2004:

A taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 4,22%;
A taxa de crescimento dos salários foi aproximadamente de 7%, resultante, entre outros efeitos, do crescimento da tabela salarial do ACTV e das promoções obrigatórias;

As pensões em pagamento cresceram de acordo com o crescimento das tabelas salariais do ACTV;

Não se registou qualquer situação de reforma;

Não se registou qualquer situação de invalidez;

Não se registou qualquer óbito;

Tratando-se de um grupo bancário em forte expansão não foi considerado qualquer turnover em termos estatísticos;

Foram considerados dois tipos de decrementos: invalidez e morte.

l) Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com pensionistas é utilizado o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, em curso de pagamento. Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do *unit credit* projectado [nota n.º 3, alínea i)].

m) Contratos de seguro:

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal.

50 — Participações financeiras:

Na nota n.º 6 deste anexo são já referenciadas algumas informações sobre as participações directas e indirectas detidas pelas instituições de crédito e sociedades financeiras do consolidado BPN, S. A. No quadro abaixo estão descritas outras informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre estas participações financeiras, nomeadamente sobre aquelas para as quais foram apuradas menos-valias latentes.

Participadas	Valor de aquisição	Valor de mercado (VM)	Mais/ menos-valias latentes	Provisão	Fundos próprios
Casa da Sorte, S. A.	2 676	1 782	(894)	(197)	(295)
Calzeus, S. A.	1 397	648	(749)	(164)	(243)
Efisacar, S. A.	880	396	(484)	(108)	(158)
Unicre, S. A.	554	103	(451)	(44)	(66)
AMB — SGPS, S. A.	166	94	(72)	(34)	(21)
Cervejas de Nampula, S. A. R. L.	1 099	905	(194)	—	(13)
CGM, L.ª	8	—	(8)	—	(3)
Ergorent, S. A.	5	—	(5)	—	(2)
Sensorrent, S. A.	5	—	(5)	—	(2)

O critério utilizado para a determinação do valor de mercado das participações não cotadas foi o que está definido no aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal.

51 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Caixa	72 378	72 328	35 064	35 004
Depósitos à ordem em bancos centrais	215 829	215 056	557 919	557 460
	288 207	287 384	592 983	592 464

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu. De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Estes depósitos são remunerados à média das taxas das operações principais de refinanciamento do SEBC.

52 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:				
Depósitos à ordem	2 404	239	—	901
Cheques a cobrar	79 440	79 370	101 583	101 363
	81 844	79 609	101 583	102 264

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos à ordem	21 088	14 550	24 717	13 413
Cheques a cobrar	5 173	5 173	6 100	6 100
Organismos financeiros internacionais	35	—	47	—
Outras disponibilidades	78	—	—	—
	<u>26 374</u>	<u>19 723</u>	<u>30 864</u>	<u>19 513</u>
	108 218	99 332	132 447	121 777

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país foram enviados para cobrança no primeiro dia útil subsequente à data em referência.

53 — Margem financeira:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Juros e proveitos equiparados:				
Juros de disponibilidades	1 850	1 539	2 551	2 450
Juros de aplicações:				
Instituições de crédito	10 098	20 334	16 232	26 664
Crédito	203 428	155 221	193 405	139 916
Títulos	14 593	1 812	14 379	3 470
Devedores e outras aplicações	3 499	3 486	2 580	2 576
Crédito vencido	3 812	2 551	3 152	2 981
Juros de imobilizações financeiras	158	—	183	—
Outros juros e proveitos equiparados	1 601	924	1 186	1 063
	<u>239 039</u>	<u>185 867</u>	<u>233 668</u>	<u>179 120</u>
Rendimentos de títulos	506	324	2 165	517
Juros e custos equiparados:				
Juros de recursos alheios:				
Instituições de crédito	13 586	21 817	13 924	24 032
Depósito	89 647	69 255	99 360	73 735
Responsabilidades representados por títulos	2 600	235	3 928	700
De credores	71	14	53	48
Juros de capitais próprios e equiparados	4 267	4 267	2 680	2 680
Outros juros e custos equiparados	2 375	1 454	1 321	1 077
	<u>112 546</u>	<u>97 042</u>	<u>121 266</u>	<u>102 272</u>
	126 999	89 149	114 567	77 365

54 — Comissões:

A rubrica de comissões, tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Comissões recebidas:				
Por garantias prestadas	5 146	4 638	4 109	3 855
Por compromissos perante terceiros	355	355	570	570
Por operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações	17	2	4	4
Por serviços prestados	34 439	16 910	22 764	10 446
Por operações de <i>factoring</i>	1 787	—	1 307	—
Por operações realizadas por terceiros	4 669	4 585	3 522	3 513
Outras	10 593	7 811	7 316	5 195
	<u>57 007</u>	<u>34 301</u>	<u>39 592</u>	<u>23 594</u>
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas	—	—	—	—
Por compromissos assumidos por terceiros	—	—	—	—
Por operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações	—	—	—	—

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Por serviços bancários de terceiros	1 347	840	1 521	412
Por operações realizadas por terceiros	4 345	4 080	1 283	1 071
Outras comissões	3 965	19	4 667	—
	<u>9 657</u>	<u>7 471</u>	<u>1 483</u>	<u>47 350</u>
	47 350	29 362	32 121	22 111

55 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004		2003	
	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco
Lucros em operações financeiras:				
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	67 835	29 647	82 261	29 733
Lucros em operações sobre disponibilidades	1	1	—	—
Lucros e diferenças de reavaliação de aplicações	5 294	3 605	8 531	6 072
Lucros e diferenças de reavaliação em recursos alheios	—	—	—	—
Lucros em operações extrapatrimoniais	5 970	28	1 806	50
Outros lucros e proveitos	5 568	—	2 277	—
	<u>84 668</u>	<u>33 281</u>	<u>94 875</u>	<u>35 855</u>
Prejuízos em operações financeiras:				
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	63 966	27 076	74 262	22 962
Prejuízos e diferenças de reavaliação de aplicações	2 174	771	1 437	176
Custos em operações extrapatrimoniais	6 359	639	1 293	53
Outros prejuízos	390	—	178	—
	<u>72 889</u>	<u>28 486</u>	<u>77 170</u>	<u>23 191</u>
	11 779	4 795	17 705	12 664

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado do exercício, no montante de 12 328 162,65 euros, tenha a seguinte aplicação: para reserva legal 1 232 816,27 euros, para resultados transitados 3 009 093,38 euros, para distribuição de dividendos 7 100 000 euros e para distribuição pelos colaboradores 986 253 euros. O resultado consolidado foi de 34 457 milhares de euros.

1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *António Coelho Marinho*, vogal — *José Manuel Fragoso de Sousa*, vogal — *Armando José Fonseca Pinto*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *Abdool Magid Abdool Karim Vakil*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)
2008927660

COMPTA — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S. A.

Relatório n.º 13-Q/2007

Sede social: Avenida José Gomes Ferreira, 13, Algés.
Capital social: 15 000 000 de euros.
Pessoa colectiva n.º 500069891.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, sob o n.º 15 482.

Cândida Maria Coelho Borralho Reis, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Cascais, certifica que foram depositados os documentos de prestação de contas consolidadas do ano de 2003, em relação à sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

14 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Cândida Maria Coelho Borralho Reis*.

Relatório e contas consolidadas de 2003

Relatório do conselho de administração

Informação geral sobre a actividade da empresa e restantes empresas englobadas na consolidação

No cumprimento do normativo em vigor, o conselho de administração da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2003.

Em relação ao grupo de empresas objecto da consolidação de contas, os factos mais relevantes ocorridos no exercício em apreço podem sintetizar-se nos seguintes números (em euros):

Investimentos e desinvestimentos:

Imobilizado incorpóreo	(481 882)
Imobilizado corpóreo	1 110 500
Imobilizado financeiro	195 354

Operações financeiras (acréscimo líquido no período):

De curto prazo	(4 650 324)
----------------------	-------------

Volume de negócios	27 686 276
--------------------------	------------

Custos mais significativos:

Custos com o pessoal	7 942 154
Amortizações	3 759 565

Resultados financeiros	(1 093 548)
------------------------------	-------------

Outros elementos:

Valor global das provisões para créditos de cobrança duvidosa	2 142 986
---	-----------

230 pessoas ao serviço no final do período.

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das sociedades englobadas na consolidação:

1 — Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

1.1 — Actividade comercial

Manteve-se no exercício de 2003 o clima de recessão no mercado e na economia que já se vinha defrontando de há dois anos a esta parte. A economia portuguesa não reflectiu ainda a anunciada saída da crise. Têm-se atravessado períodos em que incipientes sinais pareciam apontar para tal mas, a seguir, voltam a surgir indicadores apontando num sentido negativo.

Assim, no exercício de 2003 a procura manteve-se em retracção, com reflexos muito negativos para toda a economia em geral e particularmente penalizadora dos fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a Compta desenvolve parte substancial da sua actividade. A Compta é um reconhecido fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio fortemente afectada pela recessão.

Natural e consequentemente em períodos que apresentam os contornos acabados de referir a concorrência exacerba-se, os clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados.

Em 2003 o volume de negócios foi de 22,6 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir nas áreas dos produtos (12,3 milhões de euros contra 13,5 em 2002) e dos serviços (10,4 milhões de euros contra 12,3 no ano anterior).

A margem média de comercialização situou-se na ordem dos 19,5% no exercício em apreço, a nível sensivelmente idêntico ao do ano anterior.

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

1.2 — Estratégia

A Compta oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, *frame relay* e TCP/IP, redes locais com e sem fios (*wireless lan*), redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, *contact centers*, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, *data minning* e *data warehousing*, *help desk*, gestão de conteúdo, arquivo e *workflow*, *business integration*, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A oferta da Compta desenvolve-se não apenas através da actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também duma actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Neste sentido, tem apostado na consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que já celebrou e oportunamente publicitou com a Lucent Technologies, IBM, etc.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, a Compta inclui produtos de alguns dos principais *leaders* mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitudo Software, Angoss, Apple Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CT1, eWare, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, mtervoice/Brite, ISS, Juniper Networks, Lucent Technologies, Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Seebeyond, Sonns Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

Continua-se a apostar no lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo esperável venha a tornar-se mais significativo nos próximos exercícios. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos, com o objectivo consolidação da Compta como agente dos mais importantes nestes mercados bem como a necessidade de obtenção de margens mais confortáveis. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupa-

ção da empresa — inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

No âmbito da reestruturação da Compta iniciada em 2001, consolidou-se o trabalho de análise sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como o desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este objectivo já se fez sentir em 2002 e 2003, só não sendo mais claramente evidente o seu reflexo nos resultados devido à influência dos enunciados factores adversos. Permitiu, contudo, minimizar os efeitos da conjuntura nos resultados operacionais. A necessidade de implantação acelerada destas acções tornou-se mais premente na medida em que se teve de adequar e articular a diminuição significativa do quadro de colaboradores com início no último trimestre de 2002, com o programa de *lay-off* parcial que se prolongou até Maio de 2003.

1.3 — Análise económica e financeira

Mau grado os factores adversos já anteriormente descritos e que conduziram ao decréscimo do volume de actividade, foi possível melhorar os resultados operacionais, que acabaram por fixar-se nos 630 000 euros, contra, os 119,4 mil euros apurados em 2002. O resultado líquido do exercício mostrou-se ainda negativo, na ordem dos 689 000 euros, fundamentalmente devido à desfavorável influência, embora positiva, dos ganhos em empresas do Grupo, da ordem dos 1,6 milhões de euros, entre os anos de 2002 e 2003.

A conjuntura vivida, com toda a imprevisibilidade associada, gera desequilíbrios na economia de exploração das empresas, caracterizada pelas maior ou menor rigidez dos custos em confronto com a incerteza dos proveitos.

Na vertente custos dependentes da gestão, têm-se tomado decisões de maior controlo e contenção ajustadas à situação.

No que respeita aos proveitos investe-se na procura de novos produtos, com características mais favoráveis e conformes com as necessidades dos clientes, acções estas que, normalmente, só produzem resultados a prazos mais dilatados.

Face às circunstâncias referidas foi accionado, já em 2002 e que se prolongou a 2003, um plano de reestruturação visando adequar o mais possível, custos aos proveitos, com o objectivo de restabelecer o desejável equilíbrio na exploração. A concretização do plano passou pela adopção de medidas no âmbito do objectivo incrementar proveitos (pesquisa de novos produtos e mercados) e conter custos (controlo e rigor).

Não obstante esta evolução de economia de exploração agravada ainda pelo prazo médio dos recebimentos superior em cerca de 45 dias ao dos pagamentos, foi possível regredir o passivo total em cerca de 3,2 milhões de euros, sendo 2,1 milhões de euros de passivo remunerado e 1,1 milhões de euros de passivo não remunerado.

O decréscimo dos capitais circulantes foi mais do que proporcional à quebra de actividade, atingindo cerca de 4,8 milhões de euros em resultado da rigorosa gestão na rotação dos stods e prazos médios de recebimentos e de pagamentos que se saldaram por reduções, respectivamente, de 50 dias e de 15 dias.

1.4 — Investimentos e desinvestimentos

Salvo raras excepções, a Compta não se limita a fornecer um produto — v.g., um *modem*, uma central telefónica, etc. — em condições idênticas às que seguem, por exemplo, os simples distribuidores/importadores. Procura responder às solicitações do mercado em que actua, solicitações essas que, pelo seu lado, também raramente se limitam ao pedido de fornecimento de um simples produto. O fornecimento de, por exemplo, um *contact center*, não se restringe à simples entrega de uma central telefónica; envolve muitíssimo mais! Desde o conhecimento das finalidades do centro, dos diversos equipamentos que podem compô-lo e dos softwares apropriados. Projectos deste tipo seguem, normalmente, os princípios da chave na mão.

Os clientes da Compta são, fundamentalmente, os operadores de telecomunicações, o mercado financeiro (bancos e seguradoras), grandes empresas e o Estado. As suas necessidades, desde as redes de telecomunicações até às soluções mais complexas, envolvendo a conjugação de *software* e *hardware*, aspectos de segurança, etc., carecem de respostas que, necessariamente, têm subjacente profundo conhecimento das disponibilidades do mercado fornecedor de equipamentos, do domínio das linguagens e ferramentas apropriadas e das possibilidades de concatenação de todos estes meios.

Diz-nos a experiência de mais de 30 anos neste mercado que, normalmente, uma solução montada para responder a uma solicitação concreta tem fortes probabilidades de poder ser aplicada, com as necessárias adaptações, as outras solicitações. Isto é, salvo raras excepções, uma solução não se esgota num negócio e, portanto, o custo suportado

para a sua montagem pode, e deve, ser repartida no tempo, na presunção de que, desta forma, se procura adequar os custos aos proveitos por via do sistema de imobilização desses custos e das amortizações que em cada período contabilístico se consideram como custo.

Acresce que estes negócios mais significativos são geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo do tempo. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por esta via e, portanto, ao longo de períodos que extravasam largamente o da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos num valor muito significativo, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados e equipamentos para reposição e aluguer. No âmbito da reorganização da Compta, face às novas variáveis do mercado, a empresa envolveu os seus recursos na definição da missão, estratégia e objectivos de curto e médio prazo. Trabalhou sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como no desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este trabalho ainda não influenciou a actividade de 2003 cujos benefícios esperados só se repercutirão nos próximos exercícios. Neste contexto, situou-se em cerca de 2,1 milhões de euros o valor do esforço desenvolvido e dos custos suportados que ainda não contribuíram para o negócio de 2003, tendo sido efectuada a sua contabilização em imobilizado corpóreo e incorpóreo, política esta que tem vindo a ser consistentemente adoptada. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se ao seu *wright-off*, num total de 2,5 milhões de euros.

Foi decidido promover a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica, de modo a permitir que o balanço reflecta com maior rigor a situação patrimonial da sociedade. Para o efeito recorreu-se a entidade idónea e independente, a Luso-Roux, S. A.

Face aos resultados apurados, tendo por base o valor corrente de mercado, procedeu-se a uma reavaliação livre destes activos imobilizados corpóreos, de acordo com o previsto na directriz contabilística n.º 16, tendo originado uma reserva de reavaliação de 1 225 699 euros.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 70 000 euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 1999.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC. As amortizações contabilizadas como custo ascenderam a 3,2 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo — operações financeiras.

1.5 — Outros elementos

Tendo em conta os riscos de crédito, considerados reduzidos, julga-se adequado o nível das provisões criadas.

As existências continuam a apresentar um valor despidendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 15 dias.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 176 no início do ano para 166 no final.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A situação líquida em 31 de Dezembro situou-se a nível inferior a metade do capital social. Para ultrapassar esta situação o conselho de administração tencionava, em momento oportuno, adoptar providências de saneamento, após consulta aos seus accionistas.

Já em 2004 os administradores João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Hélder José Mendonça Braz renunciaram aos cargos de vogais deste conselho. É proposta à assembleia geral a redução do conselho, de sete para cinco membros.

1.6 — Perspectivas

Espera-se que em 2004 se assista à inversão da situação que tem sido vivida e que se possa sentir um crescimento da actividade na área dos serviços e dos produtos. Admite-se alguma recuperação nas margens médias de comercialização, face ao estorço desenvolvido na obtenção de novos produtos e de penetração em novas áreas de mercado.

1.7 — Práticas do governo societário

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

2 — Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A.

Trata-se de uma *start-up* que iniciou a actividade em 2001. Foi criada com o objectivo de complementar a oferta do Grupo Compta na área das tecnologias e soluções *e-business*, posicionando-se e estruturando-se de forma a prestar um serviço global aos seus clientes, privilegiando sempre relações de parceria estáveis e duradouras.

Durante todo o ano de 2003 a empresa continuou a sua actividade nos EUA, em parceria com o Bcpbank. Esta parceria permitiu consolidar os produtos desenvolvidos em conjunto e a sua divulgação a algumas áreas de mercado. Tendo sido um ano particularmente difícil, a empresa, mantendo os seus cinco colaboradores permanentes, conseguiu um volume de facturação de cerca de 448 000 euros, o que corresponde a um crescimento de cerca de 16% relativamente a 2002.

Para o ano de 2004 a empresa conta desenvolver a sua actividade em duas direcções, no mercado dos EUA, continuando a sua parceria com o Bcpbank para a prestação de serviços e para o desenvolvimento e comercialização de produtos para a área bancária e no mercado nacional, em colaboração com a Compta, na comercialização dos seus produtos e serviços no mercado nacional.

3 — E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

A E-Tempus — SGPS, acompanhou o desenvolvimento da actividade das participadas e nos casos em que se mostrou necessário e ou aconselhável, dotou-as com os recursos financeiros considerados adequados, continuando a apoiar a gestão quando necessário.

Na fase recessiva que a economia mundial e também a portuguesa atravessam, manteve-se a política de redução da carteira de investimentos.

Assim, relativamente ao exercício de 2003 e no que toca à carteira de participações, há a referir as seguintes alienações:

Da participação na Rhmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A.;

Da participação na Multitempo — Empresa de Trabalho Temporário, L.ª;

Da participação na Vallstem — Consultadoria Financeira, L.ª

A empresa apresenta uma situação financeira que lhe permite continuar a sustentar o desenvolvimento dos projectos já lançados. Não está previsto o lançamento de novos projectos.

Relativamente às participadas da E-Tempus, em cuja gestão há maior intervenção, descrevem-se os factos mais relevantes sobre a actividade dessas empresas no ano de 2002 e suas perspectivas.

4 — Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A.

Durante o período em análise a empresa continuou a sofrer acções de reestruturação que passaram, nomeadamente, pela racionalização de meios humanos, implementação de sistemas de controlo e focalização do negócio em nichos de mercado ajustados à sua dimensão.

Estas acções criaram condições para a execução de trabalhos mais exigentes e consequentemente uma subida das margens brutas operacionais. Prevê-se para o início de 2004 a admissão de um elemento para a área comercial tendo em vista o alargamento da carteira de clientes.

Em 2003 a facturação atingiu os 462 052 euros.

5 — Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A.

Durante o período em análise constatou-se uma quebra acentuada do mercado de audiovisuais no 1.º semestre.

O 2.º semestre denotou uma substancial melhoria da facturação resultante de obras realizadas em auditórios que foram equipados pela Comptrading nas componentes de luz e áudio.

No último trimestre notou-se também um aumento da procura de equipamento na área das comunicações. As perspectivas para 2004 parecem relativamente animadoras.

Em relação ao mercado externo e por força da falta de financiamento, continua-se sem concretizar qualquer operação apesar das diversas tentativas para desbloquear tal situação.

A facturação somou 530 000 euros, o que representa um acréscimo de 13% relativamente ao exercício anterior.

6 — Data Bolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A.

Esta sociedade exercia actividade como prestadora de serviços na área das telecomunicações, nomeadamente através da exploração de um nó de comunicações internacionais. Muito embora se encontre neste momento inactiva, procura-se potenciar novos produtos e serviços de modo a permitir uma oferta qualitativa e competitiva em termos de mercado.

7 — Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A.

A Dez actua como prestadora de serviços às empresas nos campos da contabilidade, auditoria, apoio fiscal e jurídico, etc. Tem como clientes as empresas do Grupo bem como outras que com ele não tem qualquer relação de dependência.

Com o decréscimo de actividade dos seus clientes, alguns dos quais em situação de inactividade, a facturação apresenta-se em fase decrescente e os resultados reflectem, também, essa situação. Para contrariar esta tendência estão-se a desenvolver esforços de angariação de novos clientes.

8 — Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A.

A fanotron, em 2003, manteve actividade nas áreas de negócio tradicionais, fornecendo e instalando infra-estruturas de comunicações e sistemas de segurança e executando serviços de manutenção em diversos sectores, nomeadamente na banca, administração pública, operadores de telecomunicações, Forças Armadas, empresas de serviços e indústria.

A situação recessiva do mercado tem-se reflectido na actividade da Imotron que defronta dificuldades de ampliação do seu volume de negócios e, sob o ponto de vista financeiro, de cobrança dos seus fornecimentos já que se assiste a uma dilatação dos prazos médios de pagamento praticados no mercado.

A empresa continua a apostar na área dos sistemas de segurança electrónica procurando tirar partido do contrato de parceria com a Magal, líder no mercado internacional no fornecimento de sistemas integrados de segurança e de detecção perimétrica. As perspectivas são animadoras.

9 — S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.

Desde o início do ano de 2000 que a S3 deixou de ter actividade. Espera-se concretizar a sua liquidação no ano de 2004.

10 — Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A.

O ano de 2003 não trouxe alterações significativas relativamente ao exercício anterior no que respeita ao comportamento da economia, com os reflexos naturais na actividade da empresa.

A facturação da empresa no período em análise teve uma quebra da ordem dos 6% que ficou a dever-se, fundamentalmente, à desactivação da publicidade em revistas.

A empresa mantém em 2004 a exploração da publicidade nas máquinas ATM, bem como nos comboios da linha de Cascais. Em Dezembro de 2003 e após análise de rentabilidade, foi desactivado o painel electrónico da Rua Tomás Ribeiro.

O resultado Líquido do exercício ultrapassou os 495 000 euros, sendo o *cash-flow* gerado superior a 686 000 euros.

11 — Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A.

A Tecnotron não tem conseguido superar a fase de recessão em que o mercado se encontra. Por tal razão foi decidido desactivar a empresa e proceder à sua liquidação o que se espera concretizar em 2004.

12 — THINK — Tecnologias de Informação, L.ª

Não obstante os esforços de penetração no mercado tem-se mostrando especialmente difícil ampliar a carteira de clientes. Mesmo relativamente a projectos já em fase avançada, que obrigaram a investimentos avultados, tem havido por parte dos clientes dilatação nas tomadas de decisão. Estão neste caso alguns projectos de aplicação para troca de encomendas e facturas com um grande retalhista e integração da

informação no SAP, para troca e confirmação de encomendas, via *internet*, aplicação para automatização da gestão operacional de duas grandes unidades fabris, uma das quais no sector automóvel, com *interface web*, aplicação, com *interface web*, para a automatização e gestão de laboratórios de análises clínicas de um grande hospital, etc.

Tem-se procurado incentivar a colaboração com a Compta, aproveitando-se as sinergias da força de vendas da empresa mãe. Admite-se que, a manter-se esta situação, possa vir a equacionar-se a absorção por aquela da actividade da THINK.

13 — Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A.

O ano de 2003 foi marcado por um clima de pessimismo e de contracção do investimento. O produto interno bruto decresceu (1,3%) face a 2002 resultando fundamentalmente da quebra da procura interna. A quebra do investimento cifrou-se em (9,5%) sendo o agregado que mais contribuiu para a contracção do PIB.

Face à conjuntura de 2003, a Xecomplex operou comercialmente num clima de grande dificuldade o que obrigou ao reforço das áreas de coordenação comercial bem como o recurso à acção de *telemarketing*. Apesar das situações apontadas a Xecomplex teve, por força das acções tomadas, um crescimento da facturação de 11%. Para tal será de destacar a *performance* do centro de impressão que continua com um crescimento de dois dígitos ano após ano.

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 247 490 euros

14 — Sociedades liquidadas

Tal como previsto e já referido no relatório do ano transacto, em 2003 concretizou-se a liquidação das seguintes sociedades:

Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A.;
Datamais — Base de Dados, S. A.;
Mobitel — Serviços de Telecomunicações Complementares Móveis, S. A.

Notas finais

As contas individuais das sociedades acima referidas e englobadas nesta consolidação encontram-se disponíveis na sede da sociedade onde poderão ser consultadas pelos eventuais interessados.

Declaração

Os signatários declaram que os elementos inscritos nesta informação para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 142-A/91 são verídicos e que não há omissões nem alterações qualitativas e ou quantitativas na mesma.

15 de Abril de 2004. — O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

CAPÍTULO 0

Práticas do governo das sociedades

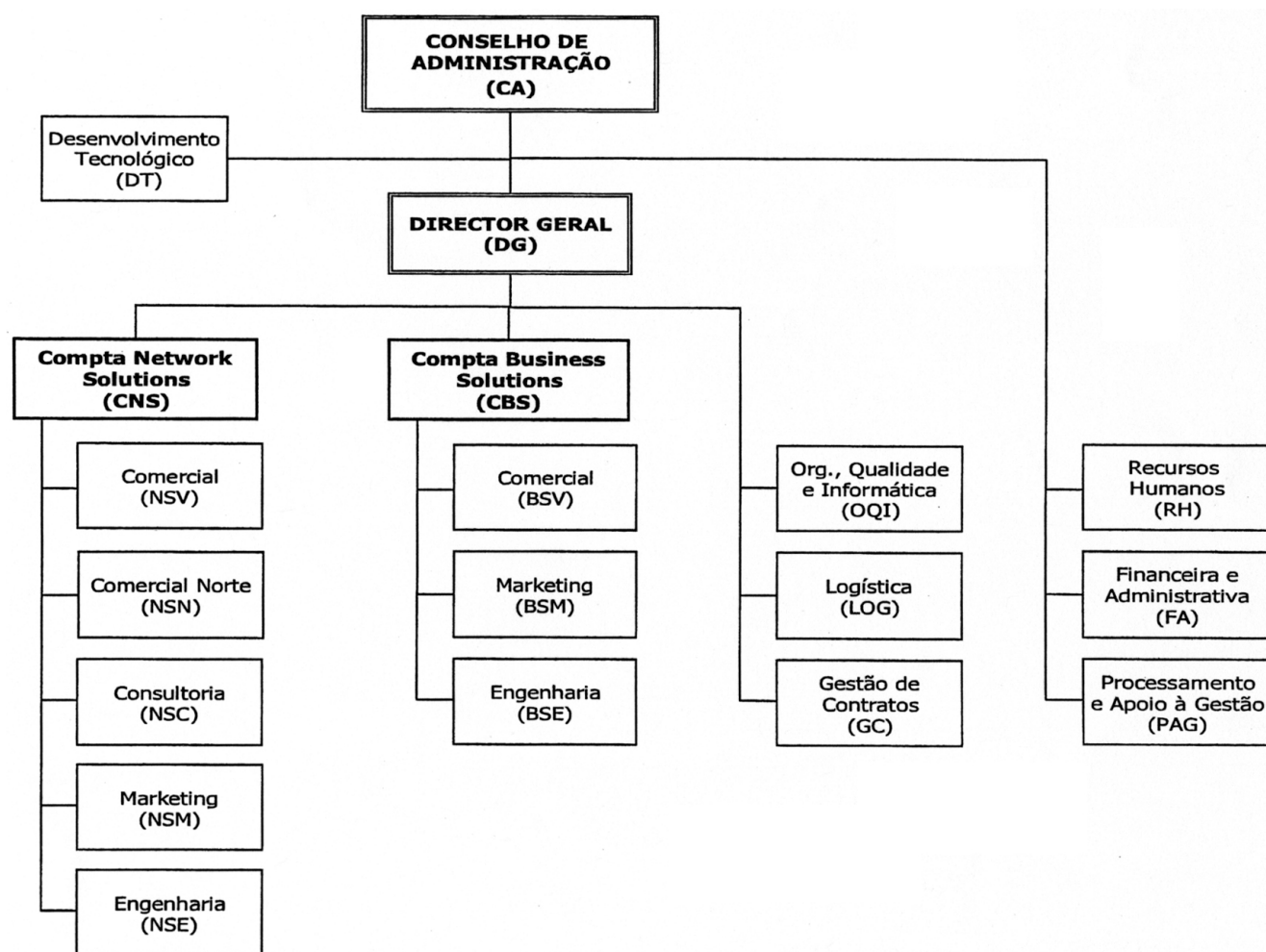
1 — A sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades.

CAPÍTULO I

Divulgação da informação

1 — Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da empresa, houve que proceder a acertos na organização, ao abrigo dos quais resulta, neste momento, o organograma a seguir apresentado. Está, também, definido um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um manual do colaborador, documento distribuído a todos os empregados.

Organograma



2 — No quadro seguinte é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. O último aumento de capital para o dobro, por incorporação de reservas, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Um desempenho menos favorável no 1.º semestre de 2002 terá, também, influenciado a cotação. Para além destes dois casos, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevalecentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.

Quadro/resumo da evolução da cotação das acções

Ano de 2002/mês	Número de sessões	Número de operações	Quantidade	Valor (euros)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					Euros	Data	Euros	Data	Euros	Data
Janeiro	20	156	22 545	62 617	2,43	31-1-03	2,43	31-1-03	3,09	2-1-03
Fevereiro	13	71	5 380	10 805	1,76	28-2-02	1,76	28-2-03	2,52	6-2-03
Março	10	42	4 674	8 200	1,76	25-3-03	1,65	25-3-03	1,93	3-3-03
Abril	16	56	5 200	8 286	1,62	30-4-03	1,51	4-4-03	1,82	1-4-03
Maio	13	46	8 673	10 162	1,61	30-5-03	1,35	8-5-03	1,69	2-5-03
Junho	14	116	9 590	14 852	1,54	27-6-03	1,45	25-6-03	1,66	6-6-03
Julho	16	95	11 882	18 749	1,55	30-7-03	1,50	3-7-03	1,70	11-7-03
Agosto	16	62	10 382	15 405	1,53	29-8-03	1,35	14-8-03	1,58	6-8-03
Setembro	12	39	11 292	16 870	1,55	29-9-03	1,40	9-9-03	1,55	9-9-03
Outubro	17	50	4 325	6 417	1,49	31-10-03	1,43	6-10-03	1,54	14-10-03
Novembro	13	69	16 135	23 568	1,50	28-11-03	1,34	3-11-03	1,61	28-11-03
Dezembro	12	72	23 503	39 691	1,65	31-12-03	1,56	29-12-03	1,99	2-12-03
Totais (médias)	172	874	133 581	235 622	1,67		1,56		1,89	

Nota. — Nos três últimos exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

3 — No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.

4 — Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.

5 — A sociedade tem disponível uma página na *internet* — *www.compta.pt* — onde põe à consulta do mercado informações de várias naturezas — financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. — que reputa de suficiente interesse para divulgação.

6 — Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o administrador José Eugénio Soares Vinagre.

CAPÍTULO II

Exercício de direito de voto e representação de accionistas

1 — Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

2 — A representação de accionistas nas reuniões da assembleia geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3 — Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.

4 — A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou

em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

CAPÍTULO III

Regras societárias

1 — Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.

2 — A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, duas vezes por ano.

3 — Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade — artigo 11.º, n.º 2: não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital. Não são conhecidos acordos parassociais.

4 — Não existem na sociedade comissões específicas que possam ser enquadradas no n.º 2 do Capítulo I do anexo do regulamento n.º 11/2003 da CMVM.

CAPÍTULO IV

Órgão de administração

1 — Entre os sete administradores da sociedade, quatro deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos sete membros, quatro exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes três são não executivos.

Entidade	Função	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente	Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — presidente do conselho de administração executivo. Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — presidente do conselho de administração.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/E	Vice-presidente	Compta B2B — Tecnologias de Infor., S. A. — presidente do conselho de administração. Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — administradora. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — presidente do conselho de administração. E-Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administradora. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — presidente do conselho de administração.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E	Administrador-delegado	S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — presidente do conselho de administração.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa	I/E	Vice-presidente	Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — administrador. Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A. — presidente do conselho de administração. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — administrador. E-Tempus International, Ltd. — gerente. E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administrador. Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A. — presidente do conselho de administração. S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — administrador. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — administrador. Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A. — administrador. VA — Consultores de Gestão, S. A. — administrador único. VA2 — Gestão Imobiliária, S. A. — administrador único. VA5 — Imobiliário, S. A. — administrador único.

Entidade	Função	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE	Administrador	—
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE	Administrador	—
Hélder José de Mendonça Braz	I/NE	Administrador	—

Notas:

D — Accionistas dominantes; I — Accionistas independentes; E — Administradores executivos e NE — Administradores não executivos.

Ao auditor foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (sem IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12 × 1525 euros = 18 300 euros — honorários;
 2 × 7500 euros = 15 000 euros — honorários relativos ao parecer do auditor externo;
 2 × 6200 euros = 12 400 euros — trabalhos adicionais para emissão do parecer de auditor externo;
 Total: 45 700 euros.

2 — Está prevista a redução do conselho de administração para cinco membros, dos quais três executivos e os restantes dois não executivos.

3 — Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos mensalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.

4 — No exercício de 2003 reformulou-se a composição da comissão executiva que passou a ser composta pelos dois vice-presidentes e pelo administrador-delegado.

5 — O conselho de administração reúne-se quinzenalmente com os assessores da administração e com o director geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.

6 — Não existem comissões de controlo internas.

7 — Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.

8 — As condições remuneratórias são fixadas por uma comissão de vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (euros) (a)		
	Parte fixa	Parte variável	Total
Executivos	678 036	—	678 036
Não executivos	86 096	—	86 096
Totais	764 132	—	764 132

(a) Já deduzidas da afectação do *lay-off* prevaleceu até Abril de 2103.

Anexo

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250.º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**ACTIVO****(Em euros)**

		2003			
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido	2002
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	25 e 27	3 439 933,34	1 418 615,10	2 021 318,24	1 114 318,51
Despesas de investigação e desenvolvimento	25 e 27	7 233 730,68	2 701 938,18	4 531 792,50	3 528 578,13
Propriedade industrial e outros direitos	27	2 260,87	688,82	1 572,05	2 590,56
Outras imobilizações incorpóreas	27	3 378 569,88	2 744 488,81	634 081,07	979 515,04
Imobilizações em curso	27	319 180,02	—	319 180,02	2 364 823,56
		14 373 674,79	6 865 730,91	7 507 943,88	7 989 825,80
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	2 583 120,27	—	2 583 120,27	2 048 494,93
Edifícios e outras construções	27	7 915 226,35	334 414,05	7 580 812,30	6 012 418,07
Equipamento básico	27	13 584 832,40	12 074 507,67	1 510 324,73	2 117 617,06
Equipamento de transporte	27	1 397 749,74	1 176 670,44	221 079,30	560 477,78
Ferramentas e utensílios	27	53 962,20	41 227,53	12 734,67	28 464,48
Equipamento administrativo	27	2 109 856,76	1 832 925,30	276 931,46	396 329,38
Outras imobilizações corpóreas	27	184 804,43	89 263,65	95 540,78	6 242,10
Imobilizações em curso	27	—	—	—	—
		27 829 552,15	15 549 008,64	12 280 543,51	11 170 043,80

(Em euros)

		2003			
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido	2002
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em outras empresas participadas	27 e 50	306 885,04	—	306 885,04	193 039,62
Títulos e outras aplicações financeiras	27	1 905 601,35	—	1 905 601,35	1 824 093,26
		<u>2 212 486,39</u>	<u>—</u>	<u>2 212 486,39</u>	<u>2 017 132,88</u>
Circulante:					
Existências:					
Produtos e trabalhos em curso		15 209,37	—	15 209,37	52 256,87
Mercadorias		641 159,10	—	641 159,10	906 586,26
		<u>656 368,47</u>	<u>—</u>	<u>656 368,47</u>	<u>958 843,13</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c		10 259 643,26	988 857,91	9 270 785,35	17 214 513,52
Clientes de cobrança duvidosa		1 107 460,12	1 107 460,12	—	—
Accionistas		2 372 229,57	—	2 372 229,57	2 615 973,06
Adiantamentos a fornecedores		300 385,89	—	300 385,89	235 821,82
Estado e outros entes públicos	53	684 195,53	—	684 195,53	569 421,53
Outros devedores	54	3 407 220,07	46 667,54	3 360 552,53	2 868 668,54
	46	<u>18 131 134,44</u>	<u>2 142 985,57</u>	<u>15 988 148,87</u>	<u>23 504 398,47</u>
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria		16 693,10	—	16 693,10	166 256,07
		<u>16 693,10</u>	<u>—</u>	<u>16 693,10</u>	<u>166 256,07</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		743 571,71	—	743 571,71	2 517 760,44
Caixa		24 789,19	—	24 789,19	26 644,56
		<u>768 360,90</u>	<u>—</u>	<u>768 360,90</u>	<u>2 544 405,00</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	56	299 241,63	—	299 241,63	61 991,04
Custos diferidos	56	404 091,97	—	404 091,97	3 384 386,61
Impostos diferidos	56	472 790,33	—	472 790,33	—
		<u>1 176 123,93</u>	<u>—</u>	<u>1 176 123,93</u>	<u>3 446 377,65</u>
Total de amortizações			<u>22 414 739,55</u>		
Total de provisões			<u>2 142 985,57</u>		
Total do activo		65 164 394,17	24 557 725,12	40 606 669,05	51 797 282,80

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	Notas	2003	2002
Capital próprio:			
Capital	55	15 000 000,00	15 000 000,00
Acções próprias	55	—	—
Valor nominal	55	(118 581,58)	(118 307,00)
Prémios e descontos	55	(287 834,17)	(287 999,02)
Prémios de emissão de acções		—	—
Diferenças de consolidação	10 e 55	(6 545 621,29)	(6 443 248,09)
Ajustamentos de partes de capital em associadas	10 e 55	(137 565,38)	(196 815,22)
Reservas:			
Reservas de reavaliação	55	1 365 283,08	139 583,70
Reservas legais	55	1 174 181,07	1 174 181,07
Reservas livres	55	1 712 582,58	1 712 391,48
Resultados tramitados	55	(9 475 276,30)	(2 504 285,11)
Resultado consolidado líquido do exercício	55	(1 811 252,65)	(2 508 556,13)
		<u>875 915,36</u>	<u>5 966 945,68</u>
Interesses minoritários		<u>383 185,96</u>	<u>530 210,19</u>

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito		—	498 798,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	47	6 281 525,60	6 549 597,45
		<u>6 281 525,60</u>	<u>7 048 395,45</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		19 515 476,51	24 165 800,13
Adiantamentos por conta de vendas		369 699,23	463 532,35
Fornecedores, c/c		6 034 423,40	7 106 116,98
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		281 971,52	80 529,31
Accionistas		40 515,77	42 558,03
Fornecedores de imobilizado, c/c	47	604 606,80	785 594,24
Estado e outros entes públicos	53	1 215 017,36	2 219 233,80
Outros credores	54	262 536,92	225 040,03
		<u>28 324 247,51</u>	<u>35 088 404,87</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimo de custos	56	2 458 237,13	2 670 245,08
Proveitos diferidos	56	253 853,04	—
Impostos diferidos	56	2 029 704,45	493 081,53
		<u>4 741 794,62</u>	<u>3 163 326,61</u>
Total do passivo		<u>39 347 567,73</u>	<u>45 300 126,93</u>
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		<u>40 606 669,05</u>	<u>51 797 282,80</u>

O Conselho de Administração: Vítor José Magalhães Assunção, presidente — José Eugénio Soares Vinagre, administrador — Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa — administrador-delegado — Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, vice-presidente — João Arnaldo Rodrigues de Sousa, vice-presidente — Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, administrador — Hélder José Mendonça Braz, administrador.

Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

CUSTOS E PERDAS

	Notas	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas		9 942 399,05	11 159 139,60
Fornecimentos e serviços externos		6 279 788,65	10 081 158,35
Custos com pessoal:			
Remunerações		6 312 172,67	18 031 422,98
Encargos sociais		—	—
Prémios para pensões		109 614,09	148 296,97
Outros		1 520 367,66	4 747 084,78
		<u>7 942 154,42</u>	<u>22 926 804,73</u>
Amortizações do imobilizado	27	3 759 564,61	4 462 242,89
Provisões	46	512 520,28	792 817,89
		<u>4 272 084,89</u>	<u>5 255 060,78</u>
Impostos		155 804,32	98 757,64
Outros custos operacionais		7 733,05	23 836,65
		<u>163 537,37</u>	<u>122 594,29</u>
(A)		28 599 964,38	49 544 757,75
Perdas relativas a empresas interligadas		—	32 010,50
Juros e custos similares — outros	44	1 876 181,49	2 959 130,42
		<u>1 876 181,49</u>	<u>2 991 140,92</u>
(C)		30 476 145,87	52 535 898,67
Custos e perdas extraordinários	45	1 498 279,38	3 975 286,49
		<u>1 498 279,38</u>	<u>3 975 286,49</u>
(E)		31 974 425,25	56 511 185,16
Imposto sobre o rendimento do exercício	57	240 308,66	558 889,86
		<u>32 214 733,91</u>	<u>57 070 075,02</u>
(G)		(219 009,39)	(358 027,59)
Interesses minoritários			
(H)		31 995 724,52	56 712 047,43
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1 811 252,65)</u>	<u>(2 508 556,13)</u>
		<u>30 184 471,87</u>	<u>54 203 491,30</u>

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Vendas de mercadorias	36	12 799 933,32	13 917 116,91
Prestações de serviços	36	14 886 342,28	33 244 819,81
		27 686 275,60	47 161 936,72
Variação da produção		(37 047,50)	—
Trabalhos para a própria empresa		950 882,50	7 968,29
Proveitos suplementares		(57 067,57)	834 902,12
Subsídios à exploração		—	61 357,69
Outros proveitos operacionais		46 913,91	7 155,88
		903 681,34	911 383,98
(B)		28 589 956,94	48 073 320,70
Ganhos relativos a empresas interligadas		113 845,42	65 758,80
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações:			
Outros		71 327,33	65 332,79
Outros juros e proveitos similares — outros	44	597 459,86	1 016 948,78
		782 632,61	1 148 040,37
(D)		29 372 589,55	49 221 361,07
Proveitos e ganhos extraordinários	45	811 882,32	4 982 130,23
(F)		30 184 471,87	54 203 491,30

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	(10 007,44)	(1 471 437,05)
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) =	(1 093 548,88)	(1 843 100,55)
Resultados correntes: (D)–(C) =	(1 103 556,32)	(3 314 537,60)
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =	(1 789 953,38)	(2 307 693,86)
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(H) =	(1 811 252,65)	(2 508 556,13)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Demonstração consolidada dos resultados por funções
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

	2003	2002
Vendas e prestação de serviços	27 686 275,60	47 155 043,98
Custo das vendas e prestação de serviços	(19 534 010,12)	(37 372 989,40)
Resultados brutos	8 152 265,48	9 782 054,58
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 712 668,32	5 744 593,30
Custos de distribuição	(231 540,26)	(495 971,25)
Custos administrativos	(7 872 221,69)	(10 035 477,42)
Outros custos e perdas operacionais	(1 871 605,58)	(4 242 378,42)
Resultados operacionais	(110 433,73)	752 820,79
Custas líquidas de financiamento	(1 465 338,50)	(1 879 432,90)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	113 845,42	33 748,30
Ganhos (perdas) em outros investimentos	257 873,85	2 584,05
Resultados correntes	(1 204 052,96)	(1 090 279,76)
Imposto sobre resultados correntes	(240 308,66)	(558 889,86)
Resultados correntes após impostos	(1 444 361,62)	(1 649 169,62)
Interesses minoritários	219 009,39	358 027,59
Resultado extraordinário	(585 900,42)	(1 217 414,10)
Resultado líquido do exercício	(1 811 252,65)	(2 508 556,13)
Resultado por acção	(0,60)	(0,84)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Hélder José Mendonça Braz*, administrador.

**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

(Em euros)

	2003	2002
Actividades operacionais:		
(+) Recebimentos de clientes	30 132 556,56	59 177 101,10
(-) Pagamentos a fornecedores	16 392 017,96	23 377 607,24
(-) Pagamentos ao pessoal	5 400 387,92	16 261 078,03
Fluxo gerado pelas operações	8 340 150,68	19 538 415,83
(-/+) Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(555 251,06)	(1 382 812,60)
(-/+) Outras recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(2293 803,85)	(15 921 440,84)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	5 491 095,77	2 234 162,39
(+) Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	343 318,06	16 261,75
(-) Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	38 114,51	62 131,67
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	5 796 299,32	2 188 292,47
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
(+) Investimentos financeiros	1 186 188,37	1 812,62
(+) Imobilizações corpóreas	35 151,49	19 014,75
(+) Juras e proveitos similares	257 801,38	112 320,31
Pagamentos respeitantes a:		
(-) Investimentos financeiros	176 397,05	1 792 072,91
(-) Imobilizações corpóreas	224 839,32	470 980,38
(-) Imobilizações incorpóreas	430 939,54	408 395,76
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	646 965,33	(2 538 301,37)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
(+) Empréstimos obtidos	10 884 643,71	6 051 711,20
(+) Juros e proveitos similares	494,11	—
(+) Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento	11 905 504,72	12 735 656,86
Pagamentos respeitantes a:		
(-) Empréstimos obtidos	13 971 660,50	5 319 950,60
(-) Amortização de contratos de locação financeira	1 699 991,44	1 523 562,46
(-) Juros e custos similares	1 262 173,68	1 413 301,53
(-) Dividendos	—	31 785,36
(-) Aquisição de acções (quotas) próprias	109,73	5 052,87
(-) Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento	12 735 656,86	11 010 226,91
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	(6 878 949,67)	(516 511,67)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(435 685,02)	(866 520,57)
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 220 739,02	3 577 181,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	785 054,00	2710 661,07
	(435 685,02)	(866 520,57)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Helder José Mendonça Braz*, administrador.

**Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados
consolidados em 31 de Dezembro de 2003**

(Montantes expressos em euros)

I — Informações sobre empresas incluídas e ou excluídas da consolidação:

Nota introdutória:

O Grupo Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., inclui as empresas identificadas nas notas n.ºs 1 e 2 e tem como acti-

vidade principal a comercialização de produtos de informática e a prestação de serviços conexos.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2003, e incluídas na consolidação, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, a administração da empresa-mãe entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de contas consolidadas (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2003:

Empresa/sede	Data de constituição	Actividade	Proporção efectiva do capital detido			Condições e métodos de consolidação (Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho)
			Directa (porcentagem)	Indirecta (porcentagem)	Alíneas	
Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	16-5-72	Comercialização de serviços de informática e prestação de serviços conexos.	—	—	—	Empresa-mãe — método integral.
E-Tempus SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	21-11-90	Sociedade gestora de participações sociais.	100,0	—	(a) (c)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés	18-1-01	Prestação serviços, consultoria, comercialização de bens e produtos no âmbito das tecnologias de informação.	99,8	—	(a)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
S3 — Sist., Software e Serviços, S. A., Praça de Alvalade, 8, 3.º, B1, 1700 Lisboa	5-6-90	Representação, desenvolvimento e comercialização de <i>software</i> informático e prestação de serviços conexos.	—	100,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-87	Comercialização de computadores e outros produtos e serviços.	—	97,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-92	Prestação de serviços e apoio através de tecnologias de <i>audiotex</i> e prestação de serviços conexos.	—	100,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Imotron — Edif. Inteligentes, S. A. Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	20-1-93	Estudos projectos e instalação de soluções nas áreas da domótica e informática e prestação de serviços conexos.	—	79,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A., Av. José Gomea Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	4-7-91	Investigar, desenvolver, produzir e comercializar materiais para sistemas integrados para automação, robótica, etc.	—	72,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Databolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	27-2-92	Exploração de base de dados da bolsa e ou outros serviços conexos.	—	60,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A., Av. António Augusto de Aguiar, 106, 2.º, 1000 Lisboa.	28-12-89	Desenvolvimento e aplicação de novas formas de publicidade e técnicas de comercialização (public. inform. e novas tecnologias).	—	86,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A., Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	15-9-93	Estudos, consult. e prestação de serviços em gestão global e funcional, estratégia empresarial, gestão de participações, etc.	—	99,0	(d)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.
Think — Tecnologias de Informação, L.ª, Avenida José Gomes Ferreira, 13, Miraflores, 1495-139 Algés.	5-2-98	Invest., consult., projecto, análise, desenvolvimento, customização e outro mat. inf. Formação, utilização e operação de TI.	—	87,0	(b)	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital [artigo 1.º, alínea a)] — método integral.

(a) Participação detida pela Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

(b) Participação detida pela E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

(c) Anteriormente denominada Compta — SGPS, S. A.

(d) Participação de 93,75% detida em pela E-Tempus, SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. Adicionalmente a Comptrading detém uma participação de 4,97%.

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Empresa/sede	Proporção do capital detido na empresa		Condições para não consolidação e método de valorimetria (Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho)
	Porcentagem	Montante	
Xeccnpex — Equipamentos e Serviços, S. A., Avenida António Augusto de Aguiar, 106, 1000 Lisboa.	46	193 040	Empresa não enquadrada no artigo 1.º — equivalência patrimonial.
E-Tempus Internacional, L.da, Scotiabank-building, Cardinal Avenue George Town, Grand Cayman, Cayman Islands BritishWestlhdies.	100	52 372	Empresa considerada imaterial para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Itime — Instituto de Tecnologia e Inovação para a Modernização Empresarial, Estrada do Paço do Lumiar, 16, 1600 Lisboa.	—	7 000	Participação não enquadrada no artigo 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Funde — Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção, Avenida do Brasil, 101, Lisboa.	—	10 000	Participação não enquadrada no artigo 1.º e material para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
CaboTV Madeirense, S. A., Avenida dos Estados Unidos da América, Nazaré, Funchal.	6	1 649 700	Participação não enquadrada no artigo 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo — custo de aquisição.
Edições Arrábida, L.da	—	—	Empresas em processo de falência registadas ao custo de aquisição mas com o investimento totalmente provisionado.
Miltidifusão, S. A.	—	—	

Nota. — Os relatórios de contas das empresas excluídas da consolidação encontram-se à disposição dos accionistas nas sedes das sociedades.

7 — Número médio de pessoal:

Durante o exercício de 2003 e 2002, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 230 e 673, respectivamente.

II — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica compõe-se da seguinte forma:

Empresa participada	Montante das diferenças de consolidação	
	Montante do custo de aquisição	Montante de ajustamento de partes de capital
Audio Media — Sistemas e Tecnologias de Informação, S. A.	(2 561 021)	
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A.	(440 348)	
Compra B2B — Tecnologias de Informação, S. A.	(74 748)	
Databolsa — Base de Dados e Telecomunicações, S. A.	(30)	
Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A.	(234 377)	
E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	116	
Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A.	253 177	
S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.	(900 988)	
Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A.	(201 748)	
Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A.	(2 286 540)	
Think — Tecnologias de Informação, L.da	(99 116)	
	(6 545 621)	

Empresa participada	Montante do custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios detidos		Montante de ajustamento de partes de capital
		Porcentagem	Montante	
Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A.	330 605	46	193 040	(137 565)

Os saldos das rubricas de diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas, foram originados na primeira consolidação das demonstrações financeiras pelo método integral e de aplicação do método da equivalência patrimonial (nota n.º 18), respectivamente, e correspondem à compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas e a proporção dos capitais próprios que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação.

15 — Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria:

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na nota n.º 23, excepto quanto à constituição de provisões para cobrança duvidosa. Estas, em virtude desta inconsistência, foram reforçadas a nível das contas consolidadas (nota n.º 46).

18 — Critérios de contabilização dos investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em associadas e em empresas do Grupo não incluídas na consolidação, por terem actividade diferenciada das restantes empresas do grupo (nota n.º 2) encontram-se registados nas demonstrações financeiras anexas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros registados ao custo (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração de resultados do exercício quando é decidida e anunciada a sua distribuição.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas filiais e associadas e o valor proporcional à participação da empresa nos capitais próprios dessas filiais e associadas à data de aquisição, quando posterior a 1 de Janeiro de 1991, são registadas na rubrica de diferenças de consolidação.

IV — Informações relativas a compromissos assumidos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

O Grupo apresentava, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, responsabilidades por *factoring* e letras descontadas, como segue:

	2003	2002
<i>Factoring</i>	2 648 157	7 912 313
Letras descontadas	21 457	59 753
	<u>2 669 613</u>	<u>7 972 066</u>

22 — Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Grupo tinha assumido responsabilidades com prestadas para concursos públicos, como segue:

	2003	2002
Garantias bancárias	969 499	386 006
Seguros de caução	150 134	111 475
	<u>1 119 633</u>	<u>497 481</u>

V — Políticas contabilísticas:

23 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (nota n.º 1) mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação:

Conforme indicado nas notas n.ºs 1 e 2 utilizaram-se, na consolidação das demonstrações financeiras anexas, os métodos integral e da equivalência patrimonial conforme aplicável.

No método de consolidação integral os saldos e transacções significativas entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

No método de equivalência patrimonial, as participações estão registadas pelo custo de aquisição, acrescido (ou reduzido) do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do capital próprio na data da sua aquisição e resultados posteriores.

Em ambos os métodos foram eliminados os resultados provenientes das operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, se significativas, quando ainda incluídos nos valores contabilísticos dos activos.

Principais critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, formação relativa a novos produtos e material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado. Estas despesas encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização, ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. Com excepção das despesas de investigação e desenvolvimento, que são amortizadas em cinco anos, o período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de três anos para seis anos (nota n.º 25).

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Instalações	10
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8

c) *Locação financeira*. — O Grupo utiliza o método financeiro na contabilização dos contratos de locação financeira celebrados com terceiros. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos nas rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota n.º 23, alínea b), são registadas como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) *Existências*. — As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

e) *Títulos negociáveis e outras aplicações financeiras*. — Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

f) *Acréscimos e diferimentos*. — O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) *Subsídios recebidos para financiamentos de imobilizações corpóreas*. — Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas.

24 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as cotações vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

VI — Detalhe de algumas rubricas do balanço e da demonstração dos resultados:

25 — Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento:

A rubrica de despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão do Grupo, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em seis anos para aquisições do exercício.

A rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, engloba as despesas com formação técnica no estrangeiro em novos equipa-

mentos comercializados, desenvolvimento de produtos próprios, bem como despesas referentes a estudos de mercado. Estas despesas são amortizadas em três anos se registadas até 2002 e em cinco anos se investidas no exercício [nota n.º 23, alínea a)].

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências, abates e ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1 995 824	1 498 568	—	54 459	3 439 933
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 956 602	2 586 383	—	1 309 254	7 233 731
Propriedade industrial e outros direitos	2 261	—	—	—	2 261
Outras imobilizações incorpóreas	4 558 348	395 690	—	1 575 468	3 378 570
Imobilizações em curso	1 930 154	319 180	—	1 930 154	319 180
	<u>14 443 189</u>	<u>4 799 820</u>	<u>—</u>	<u>4 869 335</u>	<u>14 373 675</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2 048 495	534 625	—	—	2 583 120
Edifícios e outras construções	6 217 251	1 697 976	—	—	7 915 226
Equipamento básico	13 597 513	168 704	2 925	178 459	13 584 832
Equipamento de transporte	1 431 222	1 679	35 151	—	1 397 750
Ferramentas e utensílios	61 846	125	—	8 008	53 962
Equipamento administrativo	1 930 612	195 120	2 968	12 907	2 109 857
Outras imobilizações corpóreas	218 740	—	—	33 936	184 804
	<u>25 505 678</u>	<u>2 598 229</u>	<u>41 045</u>	<u>233 311</u>	<u>27 829 552</u>
Investimentos financeiros:					
Empresas do Grupo	193 040	113 845	—	—	306 885
Títulos e outras aplicações financeiras	1 824 093	110 258	28 750	—	1 905 601
	<u>2 017 133</u>	<u>224 104</u>	<u>28 750</u>	<u>—</u>	<u>2 212 486</u>
	<u>41 966 000</u>	<u>7 622 153</u>	<u>69 795</u>	<u>5 102 645</u>	<u>44 415 713</u>

Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	885 394	646 218	—	112 996	1 418 615
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 441 805	1 181 901	—	921 768	2 701 938
Propriedade industrial e outros direitos	276	413	—	—	689
Outras imobilizações incorpóreas	3 578 833	741 123	—	1 575 468	2 744 489
	<u>6 906 308</u>	<u>2 569 655</u>	<u>—</u>	<u>2 610 232</u>	<u>6 865 731</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	204 833	129 581	—	—	334 414
Equipamento básico	11 534 126	587 653	2 165	45 116	12 074 508
Equipamento de transporte	858 939	341 900	24 169	(1)	1 176 670
Ferramentas e utensílios	33 494	8 831	—	1 097	41 228
Equipamento administrativo	1 669 382	121 338	—	(42 205)	1 832 925
Outras imobilizações corpóreas	120 589	597	—	31 922	89 264
	<u>14 421 363</u>	<u>1 189 910</u>	<u>26 335</u>	<u>35 929</u>	<u>15 549 009</u>
	<u>21 327 670</u>	<u>3 759 565</u>	<u>26 335</u>	<u>2 646 161</u>	<u>22 414 740</u>

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de 360 082 euros, registadas nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

36 — Informação por segmentos:

Para efeitos de apresentação de uma imagem da actuação das empresas consolidantes devidamente segmentada entendeu-se adequado pro-

ceder a agrupamentos em função dos tipos de actividade. Assim, adoptaram-se os seguintes segmentos relatáveis:

Networks — inclui-se aqui, fundamentalmente, a actividade ligada a telecomunicações e afins;

TI — compreende a actividade desenvolvida no âmbito das tecnologias da informação;

RH e consultoria — engloba os serviços as empresas nas vertentes de consultoria e de apoios nas áreas da contabilidade, assistência jurídica, fiscal, etc.;
Publicidade — como o próprio nome indica, reúnem-se aqui as actividades desenvolvidas no campo da publicidade, quer por recurso aos modernos meios electrónicos quer a tradicional.

Os valores consolidados incluem a empresa E-Tempus — SGPS mas, porque a maioria dos seus réditos não tem origem em vendas a clientes externos, não é incluída nos segmentos relatáveis. Esta empresa afecta negativamente os resultados operacionais em cerca de 106 000 euros.

	Networks	Tecnologias de informação	Recursos humanos e consultoria	Publicidade	Eliminações	Consolidado
Réditos:						
Vendas externas	16 601 172	6 614 797	276 580	3 496 141	—	—
Vendas intersegmentais	606 250	1 043 500	358 750	74 500	— 2 107 000	—
Réditos totais	17 207 422	7 658 297	635 330	3 570 641	— 2 107 000	27 686 276
Resultados:						
Resultados segmentais	838 965	— 1 379 094	— 104 092	628 038	—	— 110 434
Gastos da empresa não imputados	—	—	—	—	—	—
Resultados operacionais	—	—	—	—	—	— 110 434
Gastos de juros	—	—	—	—	—	— 1 465 339
Proveitos de juros	—	—	—	—	—	257 874
Parte de lucros líquidos em associadas	—	—	—	—	—	113 845
Impostos sobre os lucros	—	—	—	—	—	— 240 309
Resultados de actividades ordinárias	—	—	—	—	—	— 1 444 362
Perdas extraordinárias	—	—	—	—	—	— 585 900
Interesses minoritários	—	—	—	—	—	219 009
Resultado líquido	—	—	—	—	—	— 1 811 253
Outras informações:						
Activos do segmento	17 960 045	5 688 321	63 677	1 701 930	—	25 300 973
Investimento em associadas	—	—	—	—	—	2 212 486
Activos da empresa não imputáveis	—	—	—	—	—	13 093 210
Activos totais consolidados	—	—	—	—	—	40 606 669
Passivos do segmento	10 520 826	4 172 959	— 162 078	154 174	—	15 222 936
Passivos da empresa não imputados	—	—	—	—	—	24 124 632
Passivos totais consolidados	—	—	—	—	—	39 347 568
Dispêndios de capital fixo	501 231	281 455	—	8 776	—	791 462
Depreciações	2 552 470	955 379	11 378	175 700	—	3 759 565
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	242 519	221 670	22 557	25 774	—	512 520

39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2003 e 2002, foram de 843 894 euros e 1 094 393 euros, respectivamente. De acordo com os seus estatutos a empresa-mãe é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos administradores que tenham desempenhado funções na empresa-mãe durante um mínimo de quinze anos, podendo a assembleia geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2003 e 2002 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

41 — Reavaliação de imobilizações corpóreas (legislação):

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decretos-Leis n.ºs 430/78, de 27 de Dezembro; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 264/92, de 24 de Novembro, e 31/98, de 11 de Fevereiro.

Uma parte (40%) das amortizações adicionais futuras, resultantes destas reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

No ano de 2003 a empresa-mãe reavaliou os edifícios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. O montante referente às amortizações decorrentes desta reavaliação não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

44 — Demonstração dos resultados financeiros consolidados:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Perdas em empresas interligadas	—	32 011
Juros suportados	1 547 771	1 817 234
Diferenças de câmbio desfavoráveis	166 140	1 033 397
Descontos de pronto pagamento concedidos	741	2 594
Outros custos e perdas financeiras	161 330	105 905
	<u>1 876 181</u>	<u>2 991 141</u>
Resultados financeiros	<u>(1 093 549)</u>	<u>(1 843 101)</u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas interligadas	113 845	65 759
Juros obtidos	7 592	94 616
Diferenças de câmbio favoráveis	581 067	978 018
Descontos de pronto pagamento obtidos	918	2
Outros proveitos e ganhos financeiros	79 210	9 645
	<u>782 632</u>	<u>1 148 040</u>

45 — Demonstração dos resultados extraordinários consolidados:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Donativos	141 379	35 621
Dívidas incobráveis	105 170	136 212
Perdas em imobilizações (nota n.º 27)	—	1 945 980
Multas e penalidades	2 336	3 147
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 007 379	1 098 106
Outros custos e perdas extraordinárias	242 016	756 220
	<u>1 498 279</u>	<u>3 975 286</u>
Resultados extraordinários	<u>(686 397)</u>	<u>1 006 844</u>

Proveitos e ganhos:

Recuperação de dívidas	—	—
Ganhos em imobilizações (nota n.º 27)	360 082	55 145
Redução de amortizações e provisões	35 780	11 474
Correcções relativas a exercícios anteriores	149 314	265 771
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>266 706</u>	<u>4 649 740</u>
	<u>811 882</u>	<u>4 982 130</u>

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Saldo final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	1 791 376	805 001	616 935	1 979 442
Provisões para outros devedores	163 454	—	—	163 454

Conforme descrito na nota n.º 15, foram reforçadas em 477 000 euros as provisões omissas nas empresas do Grupo.

47 — Locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, no montante de 6 886 132 euros, registadas na rubrica de fornecedores de imobilizado. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2004	604 607	—
2005	—	430 937
2006	—	432 554
2007 e seguintes	—	5 418 035
	<u>604 607</u>	<u>6 281 526</u>

50 — Empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de investimentos financeiros — empresas do grupo tem a seguinte composição:

Investimentos	2003	2002
Da E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	—	—
Na Xecomplex — Equipamentos e Serviços, S. A.	306 885	193 040

51 — Existências à guarda de terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global 248 601 euros e 265 872 euros, respectivamente.

52 — Imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe tinha imobilizações corpóreas em poder de terceiros no montante de 2 446 592 euros e 2 446 592 euros, respectivamente.

53 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	227 223	110 845	215 822	348 277
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	—	149 278	555	167 415
Imposto sobre o valor acrescentado	456 972	797 298	351 909	1355 784
Contribuições para a segurança social	—	157 550	1 136	347 738
Outros	—	46	—	20
	<u>684 196</u>	<u>1 215 017</u>	<u>569 422</u>	<u>2 219 234</u>

54 — Outros devedores e outros credores:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Outros devedores e credores	3 407 220	262 537	3 032 122	225 040

55 — Movimento das contas de capital próprio:

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	15 000 000	—	—	—	15 000 000
Acções próprias	—	—	—	—	—
Valor nominal	(118 307)	—	275	—	(118 582)
Prémios e descontos	(287 999)	165	—	—	(287 834)
Diferenças de consolidação	(6 443 248)	—	(c) 102 373	—	(6 545 621)
Ajustamentos de partes de capital em associadas	(196 815)	(c) 59 250	—	—	(137 565)
Reservas de reavaliação	139 584	1 225 699	—	—	1365 283
Reserva legal	1 174 181	—	—	—	1 174 181
Reservas livres	1 712 391	191	—	—	1 712 583
Resultados transitados	(2 504 285)	(c) 1 299 802	(c) 5 762 237	(a) (2 508 556)	(9 475 276)
Resultado consolidado líquido do exercício	(2 508 556)	(b) (1 811 253)	—	(a) 2 508 556	(1 811 253)
	5 966 946	773 855	5 864 885	—	875 915

(a) Aplicação dos resultados do exercício de 2002.

(b) Resultados líquidos consolidados do exercício de 2003.

(c) Referente aos ajustamentos resultantes das alterações das participações nas subsidiárias e dos ajustamentos iniciais das novas participações.

Reservas de reavaliação: esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (nota n.º 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa-mãe.

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, a empresa-mãe é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa-mãe, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferenças de consolidação: a diminuição verificada nesta rubrica, no montante de 102 373 euros, resulta da alteração das participações da E-Tempus — SGPS.

Resultados transitados: o aumento de 1 299 802 euros registado nesta rubrica teve por base:

A utilização por parte da E-Tempus — SGPS da provisão para empréstimos accionistas no aumento de capital de uma associada e por via da venda de uma participada — aumento de 859 036 euros;

A aplicação da directriz contabilísticas relativa a impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de 2002 na Compta, S. A. — montante de 440 766 euros.

A redução no valor de 5 762 237 euros teve origem:

No reforço das provisões para empréstimos accionistas da E-Tempus — SGPS, e em pequenas correcções a ajustamentos anteriores — diminuição de 2 627 607 euros;

No abate efectuado na Compta, S. A., de investimentos de anos anteriores registados em imobilizações incorpóreas, no valor de 2 137 031 euros e nas provisões criadas para dívidas de clientes — redução total de 2 457 350 euros;

Na diminuição de 677 280 euros registou-se como consequência de alterações nos resultados transitados das participadas da E-Tempus — SGPS.

56 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Outros acréscimos de proveitos 299 242

Custos diferidos:

Projectos em curso	18 431
Publicidade e formação	101 397
Contratos de suporte técnico	96 804
Seguros	60 026
Rendas antecipadas	40 663
Outros custos diferidos	86 772
	<u>404 092</u>

Acréscimos de custos:

Férias e subsídio de férias	1 040 963
Juros a liquidar	65 048
Outros acréscimos de custos	1 352 227
	<u>2 458 237</u>

Proveitos diferidos:

Contratos de suporte técnico	197 140
Projectos em curso	56 523
Outros proveitos diferidos	190
	<u>253 853</u>

Impostos diferidos:

Activos por impostos diferidos	472 790
Passivos por impostos diferidos	2 029 704
	<u>2 502 494</u>

57 — Caixa e equivalentes:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Numerário	24 789	26 645
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	760 265	2 684 017
	<u>785 054</u>	<u>2 710 661</u>

58 — Impostos:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A segurança social pode ser revista durante 10 anos.

A administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa* — administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, vice-presidente — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, vice-presidente — *Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administrador — *Helder José Mendonça Braz*, administrador.

Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 2003, da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 40 606 669 euros e um total de capital próprio positivo de 875 915 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 811 253 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para

os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração (ou órgão equivalente), utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa chamámos a atenção para o seguinte:

8.1 — No corrente exercício uma das empresas incluídas na consolidação, procedeu à reavaliação livre dos imóveis de que é proprietária, com base em parecer técnico elaborado por avaliadores independentes. Desta avaliação resultou, após a contabilização de um passivo por impostos diferidos no montante de 464 920 euros, uma reserva de reavaliação no montante de 1 225 699 euros.

8.2 — No presente exercício foram capitalizados por uma empresa do grupo, 2 156 361 euros relativos a projectos desenvolvidos durante o ano. Essa mesma empresa procedeu ao abate na conta de despesas de investigação e desenvolvimento do montante de 2 507 048 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados. Deste montante, foi reflectido em resultados transitados o valor de 2 137 031 euros.

8.3 — Os capitais próprios das empresas, Comptarading, S. A., S3, S. A., Dez, S. A., Think, L.^{da}, Audio Média, S. A., e Tecnotron, S. A., incluídas na consolidação encontram-se negativos. Estes montantes encontram-se reflectidos na rubrica de diferenças de consolidação.

7 de Maio de 2004. — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho fiscal

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2003 da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., que compreendem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados e o anexo a estas duas peças contabilísticas, bem como o respectivo relatório consolidado de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Por unanimidade, foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2003 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

7 de Maio de 2004. — O Conselho Fiscal: *António José Caeiro Motta Veiga*, presidente — *José Manuel de Azeredo Vaz Pinto* — Moreira, Valente & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 37 da assembleia geral

Aos 24 dias do mês de Maio de 2004, pelas 12 horas, na sede social na Avenida José Gomes Ferreira, 13, em Miraflares, Algés, reuniu a assembleia geral anual da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., sociedade anónima com o capital de 15 000 000 de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 15 482, pessoa colectiva n.º 500069891, estando presentes ou representados accionistas detentores de 2 142 956 acções equivalentes a 71,43% do capital social, bem como os membros do conselho de administração, Vítor Assunção, Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, José Eugénio Soares Vinagre, Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa, João Arnaldo Rodrigues de Sousa, conforme melhor consta da lista de presenças que ficará a fazer parte do processo desta assembleia.

Por ausência do presidente da mesa da assembleia geral, assumiu a presidência o respectivo vice-presidente, Luís Frederico Redondo Lopes, secretariado pela secretária da sociedade, Cláudia Raquel de Amaral e Costa Dengucho.

Aberta a sessão, o presidente, depois de conferir a lista de presenças, disse encontrar-se a assembleia reunida nos termos legais, pelo que a considera legalmente constituída e em condições de validamente deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, tendo lido de seguida a respectiva convocatória a qual tem o seguinte teor:

Convoco os senhores accionistas para reunirem na sede social na Avenida José Gomes Ferreira, 13, no dia 24 de Maio do corrente ano, pelas 12 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

2.º Discutir e deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

5.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais;

6.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para a sua redução de sete para cinco membros;

7.º Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para que este fique autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de 1 euro cada e praticar os demais actos relacionados com tal alteração;

8.º Discutir e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Durante os 15 dias anteriores à data da assembleia serão facultados à consulta dos accionistas, na sede social, os elementos de informação preparatória previstos na lei.

Requisitos para participação e exercício do direito de voto:

Só podem assistir e participar na assembleia, além dos membros dos corpos sociais e do representante comum dos obrigacionistas, os accionistas que possuam o mínimo de 100 acções, quantidade a que corresponde um voto, e que, até ao oitavo dia útil anterior à data da reunião, possuam acções averbadas ou registadas em seu nome ou depositadas na sociedade ou numa instituição competente para o efeito e este comunique tal depósito à sociedade dentro do aludido prazo com a indicação de que ficam cativas até ao encerramento da assembleia;

Um accionista só pode fazer-se representar em assembleia geral por cônjuge, ascendente ou descendente, por um membro do conselho de administração ou por outro accionista, salvo os accionistas que forem pessoas colectivas, os quais poderão delegar a sua representação em quem entenderem;

Os instrumentos de representação voluntária de accionistas, quer sejam pessoas singulares ou colectivas, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até três dias úteis antes do dia da reunião.

Os accionistas podem votar por correspondência nos termos do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, processando-se o voto da seguinte forma:

O subscrito contendo as declarações de voto deve ser dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue na sede social ou para ai enviado por carta registada com aviso de recepção;

Tal subscrito deve dar entrada na sociedade até três dias úteis antes da data da reunião.

O mesmo subscrito deve conter:

1 — As declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em subscrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se destina;

2 — Carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura notarialmente reconhecida, manifestando a vontade de votar.

13 de Abril de 2004. — Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. — A Secretária da Sociedade, *Cláudia Raquel Dengucho*.

Dispensada pela assembleia a leitura do relatório de gestão e das contas do exercício e documentos anexos quer individuais quer consolidados por já serem do conhecimento dos accionistas, o presidente da mesa pôs em análise e discussão em conjunto os pontos 1.º e 2.º, embora a votação se realizasse ponto por ponto.

O vice-presidente da mesa da assembleia geral, deu então a palavra ao presidente do conselho de administração, Vítor Assunção, que, dirigindo-se aos accionistas presentes afirmou que a actual situação económica financeira da sociedade, não se deve a uma situação de crise desta, mas é causa directa da situação quer nacional quer internacional. Proferiu ainda palavras de confiança no futuro desta sociedade, afirmando que se trata de uma fase que, em tudo o quanto estiver ao alcance da sociedade, será fortemente combatida, terminando a sua breve intervenção passando a palavra aos administradores Rodrigues de Sousa e Afonso Chaby.

Tomou a palavra o administrador Rodrigues de Sousa, que disse: ao longo destes últimos quatro anos, várias foram as medidas tomadas por esta sociedade com o objectivo de ultrapassar as diversas crises que foram surgindo. Frisou que os resultados líquidos nos últimos anos são praticamente idênticos. No ano de 2003 o volume de negócios é, por comparação com o ano anterior, mais baixo, pelo que houve a necessidade e conforme o já esclarecido aos accionistas em anteriores assembleias gerais, de adoptar medidas no tocante aos custos (redução dos mesmos).

Tais medidas tiveram o efeito prático pretendido, nomeadamente no tocante à dívida à banca que tem vindo a diminuir. Ainda, agora quanto à redução de custos com o pessoal (redução de efectivos) foi conseguida sempre mediante acordos celebrados com os trabalhadores. Após esta breve exposição deu a palavra ao Afonso Chaby que acompanhou a sua exposição oral com projecção de *slides* vindo a explicar, de forma mais detalhada, o conteúdo das anteriores intervenções.

Após esta intervenção e uma vez que mais ninguém pretendeu intervir, o presidente da mesa tomou a palavra e, sublinhou a opinião expressa pelo conselho fiscal no respectivo parecer no sentido de recomendar a aprovação dos documentos postos à consideração dos accionistas.

Dado mais ninguém ter pretendido usar da palavra o vice-presidente da mesa colocou os documentos relativos ao ponto 1.º da ordem do dia à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

De imediato se entrou no ponto 2.º da ordem dos trabalhos e igualmente foi submetido à assembleia para discussão e aprovação o relatório consolidado de gestão, o balanço e demais contas consolidadas do exercício, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas.

Uma vez que as contas consolidadas já tinham sido apresentadas e explicadas e como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o presidente da mesa, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Entrou-se depois no ponto 3.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proposta que consta no relatório do conselho de administração que foi aprovada, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Nestes termos, o resultado líquido do exercício terá a seguinte aplicação:

Resultados transitados — (689 124,13) euros.

Passando-se ao ponto 4.º da ordem dos trabalhos, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, do teor seguinte:

Considerando:

1 — Os elementos constantes do relatório, balanço e contas do exercício de 2003 e a forma clara e correcta da sua apresentação, bem como os termos e conclusões do parecer do conselho fiscal;

2 — A actividade desenvolvida pelos órgãos da administração e fiscalização da sociedade durante o exercício anterior, tal como se verifica através dos dados colocados à vossa disposição e das informações obtidas.

Propõe-se:

Que nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º e do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste e fique exarado na acta desta assembleia o seu apreço pelo modo como foram realizadas a administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2003 e, consequentemente, seja deliberado um voto de confiança nos órgãos da administração e da fiscalização bem como nos respectivos membros.

Tendo sido admitida a proposta foi, sem discussão, aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto 5.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais, que seguidamente se transcreve:

Considerando o eventual interesse dos accionistas em a sociedade poder, dentro dos limites legais, adquirir e alienar acções próprias assim contribuindo não só para uma estabilização da sua cotação mas também para evitar ou atenuar efeitos especulativos:

Propõe-se que:

Nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais se autorize o conselho de administração a, em prazo não excedente a 18 meses a contar da data da deliberação da assembleia geral que recair sobre a presente proposta, adquirir ou alienar acções próprias, até ao máximo de 10% do número total de acções emitidas, desde que tais operações sejam efectuadas através das bolsas de valores, de instituições devidamente autorizadas ao seu registo ou, ainda, nos moldes preceituados na alínea a) do artigo 128.º do Código do IRS e desde que, nos dois últimos casos, os valores das operações não se afastem mais de 10% da cotação verificada nas bolsas na data das referidas operações.

Tendo sido admitida a proposta e uma vez que ninguém pretendeu usar a palavra, foi esta aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto 6.º da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para a sua redução de sete para cinco membros, a qual se transcreve:

Considerando que:

Na assembleia geral ordinária de 26 de Maio de 1998 foram eleitos sete membros para o conselho de administração o qual se viu, assim alargado de cinco para sete membros, tal como o previsto no artigo 16.º do contrato de sociedade;

Se vivia, então, um período de forte crescimento da actividade da sociedade com volumes de negócios que tinham praticamente duplicado o que vinha sendo habitual, justificando plenamente o alargamento então aprovado;

Se atravessa actualmente, desde há cerca de três anos a esta parte, uma situação diametralmente oposta, com uma forte retracção da economia, não apenas a nível nacional mas mesmo mundial, a qual, naturalmente, se reflectiu na sociedade, como está patente nas suas contas e em momentos próprios se teve oportunidade de explicar, tendo o nível de actividade regredido e acabado por se estabilizar a níveis idênticos aos que prevaleciam anteriormente ao período de crescimento acima referido;

Recentemente dois membros deste conselho, por razões de ordem pessoal, apresentaram pedidos de renúncia aos cargos.

Propõe-se que:

Pelas razões acima aduzidas, se aproveite a oportunidade para reduzir o número de membros do conselho, que passará a ser, novamente, de cinco, mantendo-se em exercício os restantes membros eleitos, até ao fim do mandato em curso.

Assinam Ana Mafalda Assunção e Rodrigues de Sousa, na qualidade de vice-presidentes do conselho de administração.

Como ninguém quis usar da palavra, o vice-presidente da mesa da assembleia geral, colocou de imediato a proposta à consideração da assembleia que a aprovou por unanimidade.

Entrando-se no ponto 7.º da ordem de trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para que este fique autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de um euro cada e praticar os demais actos relacionados com tal alteração, cujo teor se transcreve:

Considerando que:

Face à diminuta liquidez das acções da sociedade no mercado de capitais, tem sido preocupação do conselho de administração tomar medidas no sentido de contrariar essa característica, nomeadamente, pela intervenção no mercado e pelo recurso à celebração de contratos de liquidez;

Com a redenominação do capital para euros este passou a ter o valor de 15 000 000 de euros e ficou dividido em 3 000 000 de acções do valor nominal de 5 euros cada;

O conselho de administração admite que um valor nominal das acções mais baixo e, consequentemente, um maior número de acções representativas do mesmo capital, poderá conduzir a uma maior liquidez do papel;

Se julga útil alterar o valor nominal de cada acção para 1 euro, em vez dos actuais 5 euros, procedendo-se à substituição de cada uma das mais antigas acções por cinco novas acções, mantendo-se, o capital social nos 15 000 000 de euros;

O facto das acções se encontrarem já desmaterializadas facilitará tal operação.

Propõe-se que:

Fique o conselho de administração autorizado a, quando entender oportuno, alterar a divisão do capital social para 15 000 000 de acções com o valor nominal de 1 euro cada;

A proceder à apropriada alteração do contrato de sociedade;

A tomar as medidas necessárias para reflectir tal alteração junto da Euronext.

Assinam Ana Mafalda Assunção e Rodrigues de Sousa, na qualidade de vice-presidentes do conselho de administração.

Dando a palavra aos accionistas para, querendo, se pronunciarem, foi esta proposta posta a votação. Aprovada por unanimidade.

O vice-presidente da mesa deu a palavra à assembleia para que esta se pronunciasse sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Pedi então a palavra José Eugénio Soares Vinagre para, na qualidade de administrador informou os accionistas que, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais, os membros da administração iriam apresentar proposta em assembleia geral a convocar daí a 90 dias, mais propondo voto de louvor à mesa assembleia geral pelo modo como tinha conduzido a presente assembleia geral, proposta que mereceu aprovação unânime.

O vice-presidente da mesa agradeceu o voto que acabara de ser aprovado, declarou a sessão encerrada pelas 12 horas e 45 minutos.

Lavrando-se de seguida a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Luis Frederico Redondo Lopes*, vice-presidente — *Cláudia Raquel de Amaral e Costa Dengucho*, secretária.
2003146962

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
